



TAMANDARÉ



Diretoria do Patrimônio Histórico e Documen-
tação da Marinha
DPHDM

TAMANDARÉ

1ª edição

Rio de Janeiro
2009

T153 Tamandaré. – Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009.

148p.; 18 x 27 cm.

ISBN 978-85-7047-085-0

1. Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa, 1807-1897. I.
Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (Brasil).

COMANDANTE DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Marcos Martins Torres

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (EN-RM1) Armando de Senna Bittencourt

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA

Contra-Almirante Domingos Savio Almeida Nogueira

Departamento de História

Capitão-de-Mar-e-Guerra (T) Mônica Hartz Oliveira Moitrel

Departamento de Publicações e Divulgação

Capitão-de-Corveta (T) Ivone Maria de Lima Camillo

EQUIPE EDITORIAL

Diagramação

Edna Costa

Bernard Machado

Revisão Técnica

Capitão-Tenente (T) Carlos André Lopes da Silva

Revisão Ortográfica

Denise Coutinho Koracakis

Donato Barbosa do Amaral

Jacir Roberto Guimarães

Mauro da Silva

Capa

Bernard Machado

Acompanhamento Gráfico

1ºT (T-RM2) Luiz Cesário da Silveira do Nascimento

SUMÁRIO:

APRESENTAÇÃO

A SÍNTESE DA VIDA:

11. O despertar. Prof. Guilherme de Andrea Frota

19. Tamandaré – O Grande Patrono. VA (IM-Ref^o) Estanislau Façanha Sobrinho

23. Tamandaré: um modelo de herói brasileiro. Prof. Eduardo Ítalo Pesce.

29. Os últimos tempos de vida do Almirante Tamandaré e o destino dos seus restos mortais. AE (Ref^o) Eddy Sampaio Espellet

A AÇÃO DO HOMEM:

35. Tamandaré – 200 anos. AE (Ref^o) Mauro Cesar Rodrigues Pereira

37. Tamandaré jovem nos primeiros momentos de guerra: 1823-1827. CF(Ref^o) Antonio Luiz Porto e Albuquerque

47. O Tenente Marques Lisboa e as expedições à Patagônia. VA (Ref^o) Armando Amorim Ferreira Vidigal

53. Tamandaré e a evolução tecnológica naval. VA (Ref^o) Helio Leoncio Martins

59. O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental. VA(RM1-EN) Armando de Senna Bittencourt

A ANÁLISE DO HERÓI:

73. Joaquim Marques Lisboa: um ser humano. AE (Ref^o) José Maria do Amaral Oliveira

91. Tamandaré e a honra. VA (Ref^o) Fernando Manoel Fontes Diégues

95. Um militar no Império. Prof. Marcos Guimarães Sanches

105. A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil: uma breve análise teórica. CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida

115. “Aqui jaz o Velho Marinheiro”: as instruções de Tamandaré para seu sepultamento. VA (Ref^o) Fernando Manoel Fontes Diégues

FONTES PARA A HISTÓRIA:

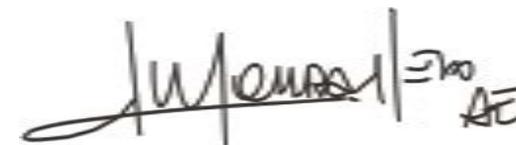
121. O Almirante Tamandaré através da *Revista Marítima Brasileira*: a construção da memória de uma instituição da Marinha do Brasil (1897-1950). Prof. Paulo André Leira Parente

Apresentação

Durante as comemorações do bicentenário de nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, em 2007, publicaram-se vários ensaios e comunicações sobre sua vida. Este livro reúne diversos desses trabalhos, que foram divulgados pela *Revista Marítima Brasileira* e pela *Navigator*, revista de história da Editora Serviço de Documentação da Marinha, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

Tamandaré é, muito justamente, o Patrono da Marinha do Brasil. Foi herói desde muito jovem, realizando diversos feitos notáveis em sua existência. Viveu durante uma fase difícil da História do Brasil, presenciando o fim do período colonial, o Reino Unido com Portugal e Algarves, o Império e a República. Participou da Guerra de Independência, no mar, e, ativamente, de três das quatro guerras externas em que o Brasil se envolveu, em seguida, no século XIX. Fez parte do grupo de estadistas, diplomatas e militares que garantiram a unidade do território nacional. Comandou seu primeiro navio de guerra aos dezoito anos de idade; foi prisioneiro dos argentinos na Guerra Cisplatina; recebeu na Europa e foi o Comandante do primeiro navio de guerra a vapor da Marinha do Brasil; comandou a intervenção no Uruguai, em 1864; e foi o Comandante-em-Chefe da Força Naval brasileira em operações na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, nos primeiros anos daquele conflito.

Este livro, portanto, contribui para que se preserve a memória de Tamandaré e para que seu exemplo de dedicação à Pátria sirva para todos os brasileiros.



Almirante-de-Esquadra
Comandante da Marinha

A Síntese da Vida

O despertar

Guilherme de Andrea Frota

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Joaquim Marques Lisboa nasceu em 13 de dezembro de 1807, na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Vila do Rio Grande. Era o décimo filho do casal Francisco Marques Lisboa e sua mulher Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima Marques Lisboa, ambos portugueses. Francisco resolvera migrar para o Brasil provavelmente porque seu primo, José Antônio Ribeiro Lisboa, já se tinha estabelecido no Rio de Janeiro com uma próspera casa de negócios. Francisco e seu irmão Antônio preferiram terras sulinas. Francisco casou-se em Porto Alegre, em 15 de maio de 1789, e, em 1800, passou a residir na Vila do Rio Grande com a sua prole de cinco filhos. Inteligente e disposto, logo percebeu que podia desenvolver uma atividade lucrativa protagonizando e dirigindo a praticagem do porto da difícil barra do Rio Grande. Acertada a prestação de serviço com 14 negociantes da vila, registrado o documento em cartório, preenchidas as tramitações burocráticas dos documentos necessários e pertinentes, o Decreto Real de 25 de março de 1808 deu licença para que Francisco Marques Lisboa ocupasse o ofício de patrão-mor do Porto do Rio Grande de São Pedro do Sul, “podendo usar o uniforme de segundo-tenente da Armada Real”. Com o tempo, Francisco Marques Lisboa desenvolveu o seu negócio, tornou-se proprietário de embarcações (Bergantins *Constante* e *Cecília* e Escuna *Eufrásia*), catracas e outros instrumentos indispensáveis, passou a ter como sócio na cidade do Rio de Janeiro o também português Tomé Ribeiro de Faria, construiu trapiches na barra do Rio Gran-

de e aumentou o número de empregados para bem desempenhar o serviço a que se propunha. Em pouco tempo amealhou considerável fortuna, reconhecido e prestigiado pelos moradores locais.

Apesar de Francisco Marques Lisboa ter possuído depósitos e propriedade na Vila de São José do Norte, localizada na margem oposta do canal, até porque se fazia mister em decorrência do ofício que exercia, nunca deixou de residir na Vila do Rio Grande com sua mulher e prole numerosa, contados 12 filhos. Muito se tem discutido se o futuro Almirante teria nascido não em Rio Grande mas em São José do Norte. À medida que sua projeção crescia no cenário nacional exacerbava-se a polêmica, cada uma das localidades almejando a honra de ser o berço natal de tão notável brasileiro. Acreditamos ser esta dúvida hoje completamente elucidada graças à documentação existente em seu arquivo quando, em dezembro de 1883, dirigiu-se à Câmara de Vereadores do Rio Grande declarando ser a ali a terra de seu nascimento.

Joaquim viveu com seus pais e irmãos até a idade de cinco anos, quando, em companhia dos pais, viajou para a Corte e, juntamente com seus irmãos Manoel e José, passou a viver com sua irmã mais velha, Maria Eufrásia, e seu primo e marido José Antônio Lisboa. Instalaram-se na praça da Glória nº 2, esquina com a Rua Pedreira da Candelária (atual Rua Bento Lisboa), em uma chácara aprazível adquirida por seu pai. E foi estudar as primeiras letras no colégio do professor Carvalho,

na Rua do Lavradio. Enquanto seu irmão José já estudava em curso superior, visando a alguma profissão civil, e seu irmão Manoel conseguia matrícula na Real Academia de Marinha (6 de março de 1814), o menino Joaquim adquiria conhecimentos com o professor Carvalho e participava de procissões religiosas, com trajes de anjo, entremeando guloseimas irrecusáveis e brincadeiras onde hoje se acha a Casa de Saúde São Sebastião.

Assim ia crescendo o jovem Joaquim, admirando os que o cercavam pela sua inteligência atilada. E procurou não se abater com a morte de seu irmão mais velho, Francisco, na Ilha de Jafa (Palestina), nem com o desligamento de seu outro irmão, Manoel, da Marinha, em 8 de janeiro de 1817, por agressão a um colega.

Completava 13 anos. Ainda em companhia dos pais, regressou à Vila do Rio Grande; fascinado pelas coisas do mar, tudo perguntava, assimilando com rapidez a arte de navegar. Breve estada no Sul, em 1821, Joaquim retornou à Corte para continuar seus estudos. Viajava só. E logo começou a desempenhar funções de piloto, marcando pontos da costa e alcançando intimidade com a bitácula e outros instrumentos. E tão bem se houve que lhe ficou para sempre na memória a exata marcação da entrada no Porto do Rio de Janeiro, fato impressionante considerando sua idade e diminuta experiência, no que foi largamente elogiado pelo seu capitão.

A vocação manifestava-se forte e absorvente. De tudo deu conta ao pai, em carta, dissertando sobre a viagem e os episódios que lhe acenavam com a carreira do mar e não a do comércio. E os estudos continuaram, freqüentando também a aula de inglês do Padre Thomas Trilby ou William Tilbury, na travessa de São Francisco com a Rua do Carmo, e nela conhecendo o colega Francisco Manoel Barroso da Silva.

Grandes mudanças políticas começaram a tomar corpo no Reino do Brasil com o retorno do Rei D. João VI para Portugal. O Príncipe D. Pedro, seu filho, que permanecera em terras americanas como regente deste Reino, conduziu-o à Independência, fazendo-se coroar Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo com o título de D. Pedro I. Ignorar os portugueses residentes no Brasil não traduzia uma política inteligente. Por isso, conclamou a que todos jurassem fidelidade à sua autoridade, liberando àqueles que não o desejassem o retorno a Portugal. Entretanto, alguns focos de lusitanidade empanaram o brilho do novo Império que surgia. Fazia-se necessário combatê-los para garantir a unidade territorial alcançada com sacrifícios nos séculos coloniais. E sendo o litoral o que realmente importava, fez-se mister organizar uma Armada para, de imediato, expulsar as tropas que o Brigadeiro Inácio Luis Madeira de Mello conservava em poder das Cortes Constitucionais na Capitania da Bahia. Várias providências foram tomadas pelo jovem monarca: reparação dos navios existentes no Rio de Janeiro, contratação de oficiais e marujos ingleses na Inglaterra graças à habilidade de Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marquês de Barbacena, convite a Lorde Thomas Cochrane para transladar-se do Chile ao Brasil e comandar a força naval e a abertura de voluntariado a brasileiros, também a portugueses, visando a suprir claros que se mostravam manifestos.

Com perseverança e habilidade, Joaquim convenceu ao pai que esta era a oportunidade de ingressar na carreira que, desde há algum tempo, sonhava. Não há dúvida que influiu a concessão, por parte do governo imperial, da Comenda da Ordem de Cristo a Francisco Marques Lisboa, que lhe conferia o direito de gozar das vantagens e regalias de um brasileiro nato. Em 22 de novembro de 1822, Francisco requereu que o filho servisse como voluntário na Esquadra. Joaquim

não completara 15 anos! Em 4 de março de 1823, a petição foi deferida. Luiz da Cunha Moreira, ministro e secretário dos Negócios da Marinha, nomeava Joaquim Marques Lisboa para embarcar, como voluntário, na Fragata *Niterói*, para cujo comando, desde 2 de março, fora nomeado o Capitão-de-Fragata John Taylor. E, assim, o menino Joaquim dava-nos um atestado de sua inteligência e praticidade: cursar a Academia de Marinha demoraria longos anos; como voluntário haveria a possibilidade, mais imediata, de se tornar tenente comissionado. Logo se apresentou na fragata que lhe fora designada; estava com 15 anos, dois meses e 19 dias de idade. Venceria somente a razão¹.

Em 1º de abril de 1823, Lorde Cochrane ordenou a partida de sua força. Seis navios ao todo: Nau *Pedro I* (capitânia), Fragata *Piranga*, Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, Brigues *Guarani* e *Real Pedro*, sem a *Niterói*, que não conseguira a sua prontificação, fazendo-o somente a 29 do mesmo mês. A bordo, voluntários brasileiros transbordando de entusiasmo, mas sem experiência, portugueses, experimentados, mas pouco confiáveis, e ingleses, recém-chegados da Inglaterra, gloriosamente embriagados. Cochrane velejou rumo norte exercitando as guarnições nas manobras de pano, base do combate naval da época. Desta viagem e do que ocorreu em seguida dispomos de minucioso relato escrito por Frei Manoel Moreira da Paixão e Dores*.

No dia 4 de maio, a Esquadra brasileira avistou velas inimigas. À frente dos navios portugueses encontrava-se o Chefe Felix de Campos. O combate teve início às 4 horas da tarde. Pensava o inglês que facilmente venceria, mas o encontro não produziu vitória nem derrota. Joaquim recebera, porém, o seu batismo de fogo.

Cochrane concentrou sua esquadra na enseada do Morro de São Paulo. Determinou, ainda, que John Taylor fosse transferido para a Nau *Pedro I*, retornando para a *Niterói* 45 dias depois. E o jovem Joaquim acompanhou o seu comandante.

Cercado por terra e mar e com dificuldades logísticas, o Brigadeiro Madeira de Mello preferiu abandonar Salvador. Embarcou sua gente, e mais todos os que desejassem, e no dia 2 de julho, 4 horas da manhã, determinou a partida para águas oceânicas. Saiu-lhe ao encalço o Almirante Cochrane no propósito de impedir que arribassem em outro porto brasileiro, onde o ideal de separação não estivesse firmado. Concluindo que o comboio se dirigia mesmo para Lisboa, já no 4º grau de latitude norte, encarregou ao comandante da *Niterói* proceder a continuidade da perseguição. Escreveu, então, a elegante fragata e sua tripulação uma das páginas mais destemidas e belas da Marinha de todos os tempos. Taylor conseguiu apresar 17 navios, levando a bandeira do novo Império quase à embocadura do Tejo. Assim, o brioso voluntário uniu o seu destino a este feito marcante da Guerra de Independência. Relato completo foi escrito pelo Capitão-de-Fragata Luis Barroso Pereira e publicado na *História Naval Brasileira*, de Theotônio Meirelles². Em 9 de novembro, a *Niterói* retornava a Salvador. Joaquim, conhecido a bordo como “Lisboinha”, recebeu elogios de seu comandante, que atestava que estava apto para as funções de bordo.

O Decreto Imperial de 19 de janeiro de 1824 determinou a matrícula do Voluntário Joaquim Marques Lisboa no primeiro ano de matemática, aparelhos e manobras da Academia Imperial de Marinha. Não era bem o que ele desejava, tendo em vista a promessa do mesmo governo imperial

¹ Documento de 4 de março de 1823, Arquivo da Marinha, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

* N.R.: DORES, Manoel Moreira da Paixão e. *Diário da Armada na Independência*. Brasília (DF): Instituto Nacional do Livro, 1972.

de efetuar sua promoção independente do curso a ser iniciado. Mas, obediente, cumpriu o que estipulava o decreto citado. E, como voluntário, enfrentou os estudos teóricos na Academia Imperial de Marinha.

Sabendo que uma Força Naval seria enviada para a Província de Pernambuco, conflagrada pelas ambições de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, solicitou ao Primeiro Almirante Lorde Cochrane o seu embarque. Conhecendo o seu valor, não titubeou o inglês em oficialiar ao Ministro da Marinha, Francisco Villela Barbosa, solicitando o embarque do “Lisboinha” na divisão que estava prestes a zarpar para o Norte. Mas o pedido foi negado, merecendo resposta da qual colhemos o seguinte trecho: “Permita-me dar a minha opinião, que a melhor academia de marinha é um navio de guerra, um respeitável e hábil lente...”

Pedido negado, o Primeiro Almirante recorreu ao Imperador em uma petição que atestava a capacidade do jovem voluntário. Argumentos consistentes que permitiram a resolução imperial, datada de 27 de julho de 1824, determinando o embarque do Voluntário Joaquim Marques Lisboa na capitânia da Esquadra. Após 146 dias de curso, deixava a Academia. Apresentou-se no Gabinete do Ministro e, em seguida, embarcou. No dia 2 de agosto, a Divisão Naval abria velas para o Porto de Jaraguá, em Alagoas. Estava composta pela Nau *Pedro I*, Corveta *Carioca*, Brigue *Maranhão*, Charruas *Caridade e Harmonia e*, ainda, Escuna *Leopoldina*, Fragatas *Paraguaçu e Niterói*, e pela Corveta *Maceió*. Transportava uma força de 1.200 homens, sob o comando do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, e entre estes o jovem Segundo-Tenente Luis Alves de Lima e Silva.

Os revolucionários não conseguiram

os seus intentos.

Pacificada a Província de Pernambuco, Cochrane velejou para o Ceará e, em seguida, para o Maranhão. Nesta província, o seu Presidente, Miguel Bruce, arregimentava forças assalariadas para resistir. Coube ao Voluntário Joaquim Marques Lisboa comandar um destacamento para desarmar e dissolver esses mercenários. E este foi o seu primeiro comando, cuja missão cumpriu com eficiência. E tão bem se houve que Cochrane o incluiu, designando-o como imediato, na força que despachou para o Pará, sob o comando do Primeiro-Tenente George Clarence, a fim de restabelecer a ordem na província agitada pelo Cônego Batista de Campos.

Com o advento da tranqüilidade no Pará, Joaquim retornou à Nau *Pedro I*, em São Luís, e, a bordo desta, regressou ao Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 1825, sob o comando de David Jewett; Cochrane partira para a Inglaterra. No dia seguinte, recebia a promoção a segundo-tenente de comissão, dia do nascimento do Príncipe D. Pedro que, em pouco tempo, seria o segundo no trono do Brasil. Um mês e 24 dias depois era efetivado neste posto.

Entrementes, ou mais precisamente, desde 19 de abril deste ano de 1825, D. Juan Antonio Lavalleja, com 32 companheiros, desembarcara na Praia da Agraciada desfraldando a bandeira da independência da Província Cisplatina, região conquistada em 1816 pelo Príncipe Regente D. João, aproveitando-se do estado anárquico do Vice-Reinado do Prata. Em pouco tempo, esse punhado de patriotas recebeu adesões, como a do prestigioso Brigadeiro Frutuoso Rivera. Na Vila de Flórida foi organizado um governo provisório e, em 25 de agosto, foi declarada a independência e, neste mesmo dia, aderiu-se à República das

Províncias Unidas do Rio da Prata. Reagiu o governo de D. Pedro I designando uma Força Naval (três corvetas, cinco brigues, onze escunas e nove canhoneiras), sob o comando do Chefe-de-Esquadra Rodrigo José Ferreira Lobo, para velejar até o Rio da Prata e bloqueá-lo. A aceitação, por parte das Províncias Unidas, da incorporação da Cisplatina (25 de outubro de 1825), provocou a declaração de guerra, em 10 de dezembro, por representar sua afronta à soberania brasileira. Tiveram início os combates em terra e em águas do Rio da Prata encontrando-se os navios da república comandados pelo irlandês William George Brown.

Joaquim Marques Lisboa embarcara na Fragata *Dona Paula* com destino ao Rio da Prata. Foi, então, designado para a Canhoneira *Leal Paulistana*, armada com seis canhões, comandada pelo Primeiro-Tenente Antonio Carlos Ferreira. Em 8 de fevereiro de 1826, no Combate de Colares, mar e pólvora misturaram-se, “... a guarnição, como que tomada de fúria incontrolável, em busca do revide pelos irmãos sacrificados, fazia vibrar com precisão suas peças incandescentes ...”, escreveu Gustavo Barroso em *Tamandaré, o Nelson brasileiro*.³

Com a mudança de comando, o Chefe-de-Divisão Rodrigo Pinto Guedes substituindo Rodrigo Lobo, o Tenente Joaquim foi transferido para a Fragata *Niterói*, sob comando de James Norton. E tão bem se houve o jovem tenente de 18 anos nos combates que se seguiram que, a 31 de julho de 1826, foi nomeado comandante da Escuna *Constança*. Seu primeiro comando! É quase impossível ao historiador de hoje reproduzir o misto de alegria e responsabilidade que se instalou neste adolescente; sem dúvida, um incentivo para melhor servir e cumprir os seus deveres.

Mas a guerra prosseguia ...

Em meados de fevereiro de 1827, o Chefe Rodrigo Pinto Guedes planejou enviar uma expedição à boca do Rio Negro de Patagones, onde se aninhavam corsários inimigos causadores de muitos inconvenientes. A importância desta região crescera em decorrência do bloqueio do estuário platino. A 16 de fevereiro, os navios brasileiros se fizeram de vela partindo de Maldonado: Corveta *Duquesa de Goiás*, capitânia, 20 canhões, comando do Capitão-de-Fragata James Shepherd, Corveta *Itaparica*, Capitão-Tenente William Eyre, Brigue *Escudeiro*, Segundo-Tenente Louis Clément Poutier, e Escuna *Constança*, Segundo-Tenente Joaquim Marques Lisboa. Conduziam 654 homens. Em 25 de fevereiro, atingiram o destino. Dois dias depois, investiram pela barra do Rio Negro. O navio capitânia manobrou mal no momento de entrar no canal, colidiu com um banco de areia e adernou em pouco tempo. O Tenente Joaquim ainda pôde salvar 280 homens em meio a forte temporal: 32 homens afundaram com o navio. Shepherd decidiu atacar, por terra, a Vila de Carmen del Patagones, ignorando as ponderações contrárias de seus oficiais. A 6 de março, desembarcaram e marcharam resolutos por chãos desconhecidos deixando alguns poucos guarnecendo os navios. Em 9 de março, atingiram a Vila de Carmen, encontrando uma resistência inesperada do povo e guarnição liderados pelo Coronel Ryman. Homens do mar travestidos de infantes foram envolvidos. Shepherd caiu morto aos primeiros tiros. O Capitão-Tenente Eyre, segundo em comando, ordenou a retirada sem êxito; envolvendo nossos homens com ataque mais cerrado, ateando fogo ao capim, melhores conhecedores do terreno, puderam os argentinos obter a capitulação dos que estavam vivos. E logo foram encarcerados. Os mercenários ingleses se passaram para

² SILVA, Theotonio Meirelles da. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Editor B. L. Garnier, 1884. p. 24-45.

³ BARROSO, Gustavo. *Tamandaré, o Nelson brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933. p. 34.

⁴ MAIA, João do Prado. *Através da história naval brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Série Brasileira, vol. 69) p. 98.

o inimigo. Os nossos navios tornaram-se presa fácil para os corsários que os abordaram. E mais prisioneiros foram feitos: 93 ao total, entre oficiais e praças. Todos encarcerados na Vila de Xavier. O governo argentino deliberou transferi-los para a barra do Rio Salado. Embarcados no Brigue *Ana*, partiram em 16 de agosto sob escolta das Corvetas *Chacabuco* e *Ituzaingó*. Os oficiais tinham o convés do *Ana* por menagem por estar o brigue-prisão abarrotado. E foi assim que o Tenente Joaquim, de acordo com o seu imediato da *Constança*, igualmente prisioneiro, e também Tenente Joaquim José Ignácio, combinaram apoderar-se do navio. Num golpe de audácia, dominaram, sozinhos, o comandante e a tripulação e soltaram os prisioneiros, que os ajudaram. A escolta não percebeu, pois continuaram a navegar em conserva. Em momento preciso, os dois oficiais orçaram o *Ana*, que navegou para Montevideú, entrando neste porto a 29 de agosto. Vinte e dois dias durou esta fuga em ziguezague para despistar os seus perseguidores. A amizade entre o Joaquim 1º (o futuro Tamandaré) e o Joaquim 2º (O futuro Inhaúma) foi selada neste episódio e perdurou enquanto viveram.

O Chefe Pinto Guedes não assumiu a responsabilidade pelo malogro da expedição: repassou-a aos oficiais e acrescentou acusações. A guerra de corso, em consequência, não paralisara. Foram expedidas 136 cartas de marca estimulando a ganância de perto de mil ingleses e alguns franceses e italianos, provocando diversos combates ao longo da costa brasileira, uruguaia e, mesmo, argentina. O Chefe Pinto Guedes concebeu, então, uma segunda expedição à Patagônia, visando a Baía de San Blás, cuja entrada os ingleses chamavam de *Hell's Gate*. E assim partiram os nossos bravos, em 26 de setembro, a bordo da Corveta *Maceió*, capitânia, e Brigues *Caboclo* e *Independência ou Morte*, comandados pelo Capitão-de-Fragata William Eyre,

que fez questão do concurso do Tenente Joaquim Marques Lisboa em seu navio. Na madrugada de 21 de outubro, os nossos navios iniciaram a entrada na baía. As dificuldades apresentaram-se enormes somadas ao desconhecimento do local e à quase total embriaguez da marujada. Perdia-se o *Independência*, fustigado pelo mar revolto, e a *Maceió* partiu-se ao meio na noite de 22 de outubro. Morreram 40 homens e 83 foram feitos prisioneiros pelos argentinos. O Tenente Joaquim preferiu enfrentar as águas revoltas da baía atirando-se ao mar, nadou até o Brigue *Caboclo*, que conseguiu escapar com 99 homens do *Independência* e 22 da *Maceió*.

Em 29 de outubro de 1828, o Brigue *Caboclo* chegava a Montevideú. Joaquim toma conhecimento de que fora promovido a Primeiro-Tenente no dia 12 de outubro. Recebeu ordem de embarcar na Fragata *Príncipe Imperial*, cumprindo-a 19 de novembro. No ano seguinte, em 21 de abril, ganhou o comando da Escuna *Bela Maria*, incluída na Divisão do Comandante João de Oliveira Bottas. Foi este o seu segundo comando. No dia 29 de maio, ocorreu um combate entre esta divisão e o navio argentino *Ocho de Febrero* (ex-*Januária*, apresado aos brasileiros no combate de Juncal) no estuário do Prata. O argentino, apesar de armado com cinco peças por banda, tentou fugir e encalhou nos baixios do Arregui, onde os navios da Divisão de João das Bottas não podiam chegar. Contudo, o Tenente Joaquim não se deteve e foi encalhar a sua escuna perto do argentino. Durante horas duelaram as guarnições até que, esgotada a munição, o *Ocho de Febrero* arriou a sua bandeira e, no dia seguinte, e seu comandante, Capitão Tomás Domingos Espora, entregou a sua espada ao Tenente Joaquim no convés do navio vencido.

A mediação do governo inglês encaminhou o término da guerra. Enquanto os diplomatas e políticos discutiam cláusulas,

o Tenente Joaquim deixava o comando da Escuna *Bela Maria* e recebia o de outra: a *Rio da Prata*. E ainda participou de mais um combate, em 24 de agosto de 1828, contra navios do Almirante Brown, em especial contra o navio *General Dorrego*, ex-*Mandarim*, comandado pelo aventureiro francês Soulin, que foi obrigado a arriar a bandeira.

No dia 27 de agosto era assinada, no Rio de Janeiro, a Convenção Preliminar de Paz entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. O Tenente Joaquim Marques Lisboa ainda permaneceu dois anos nas águas do Rio da Prata, no comando da Escuna *Rio da Prata*. No começo de maio de 1831 chegou ao Rio de Janeiro.

Contava 23 anos e já uma notável folha de serviço. Como assinalou o Almirante Prado Maia, em seu livro *Através da história naval brasileira*, mostrava-se bravo e altivo, justo e magnânimo como um cavaleiro medieval⁴.

Estava pronto para o grande destino que a História lhe reservava.

Tamandaré – O Grande Patrono

Estanislau Façanha Sobrinho

Vice-Almirante do Corpo de Intendentes da Marinha (Ref^o), membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Os Primeiros Anos

Dia 13 de dezembro de 1807, nascia uma das maiores figuras deste país, Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré e Patrono da Marinha do Brasil. Tamandaré foi o décimo filho de Francisco Marques Lisboa e Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima, que se casaram em Porto Alegre a 15 de maio de 1789.

O casal teve 12 filhos, sendo seis homens e seis mulheres. Dos homens, cinco seguiram carreira militar e um carreira diplomática.

Francisco Marques Lisboa, junto com dois irmãos, veio de Lisboa para o Brasil após o terrível terremoto de 1755 naquela cidade.

Em 1800, já pai de cinco filhos, Francisco Marques Lisboa transferiu-se para a cidade do Rio Grande, estabelecendo-se como comerciante. Em 1808 foi nomeado pelo vice-rei patrão-mor vitalício da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. Assumindo seu cargo, Francisco Lisboa introduziu uma série de melhoramentos em sua função tanto na aquisição de novos equipamentos como na administração dos serviços.

Com o correr do tempo, Francisco Lisboa tornou-se pessoa influente na vila e foi agraciado com o título de capitão da Guarda Cívica da Vila, uma espécie de milícia municipal. Com a nomeação para o cargo vitalício de patrão-mor da Capitania do Rio Grande, foi autorizado a usar o uniforme de Segundo-Tenente da Armada Real enquanto ocupasse o cargo.

Aos 65 anos, cansado e doente, afastou-se de seus cargos em 1832 por

reforma. Continuou a residir em sua casa na Vila do Rio Grande, onde vieram a nascer seus últimos sete filhos, aí incluído o sétimo, Joaquim, o futuro Marquês de Tamandaré.

A Infância

Educado no lar paterno até a idade de cinco anos, viajando então para a Corte, onde, com os irmãos Manoel e José, ficou como convidado da irmã mais velha, Maria Eufrásia, e de seu marido e primo, José Antônio Lisboa, professor da Academia do Comércio e Navegação. Ali permaneceu até concluir o curso primário. Revelou-se aluno atento, aplicado e dócil.

Nascido à vista do mar, Tamandaré logo se interessou pelas atividades marítimas de seu pai. Ficava sempre embevecido quando, na sua companhia, assistia à movimentação dos navios no porto. Era extremamente curioso, um perguntador insaciável, sempre procurando saber tudo a respeito das embarcações. Extasiava-se com os vários panoramas que o mar, com freqüência, apresentava a seus olhos infantis. O menino Joaquim não entendia por que o mar era tão inquieto e os ventos, tão variáveis.

Sua vida infantil era de muito contato com o pai em suas atividades de prático da barra, sempre muito interessado em tudo a sua volta. Certa ocasião o pai teve permissão para ir à Corte tratar de interesses pessoais. Navegou então para o Rio de Janeiro em barco de sua propriedade, levando a mulher e alguns dos filhos, entre eles Joaquim, que, durante a viagem,

interessava-se por tudo a bordo.

Aos 13 anos, Joaquim regressou da Corte para a casa paterna, no Rio Grande. Sempre que possível, embarcava em navios onde o pai ou o capitão do navio lhe ensinavam a manobrar com a barquinha, prumos, agulha de marear, assim como traçar na carta a posição do navio.

Num desses barcos, depois de transpor a barra do Rio Grande, Joaquim passou a desempenhar as funções de piloto, fazendo quartos de vigilância. De súbito, no oitavo dia de uma viagem que, em geral durava de 11 a 16 dias, com o navio no través do formoso Cabo de Santa Marta, no litoral catarinense, o capitão do navio foi acamado com bronquite. Entregou, então, a manobra ao mestre e a direção da navegação ao jovem Joaquim, que se conduziu muito bem.

No ano seguinte, 1821, já com 13 anos completos, retornou a Corte para prosseguir em seus estudos.

O Ingresso na Marinha

O pai de Tamandaré, embora convicto da vocação do filho para a carreira naval, não se entusiasmava com a ida dele para tal vida, traumatizado ainda com o ocorrido com os filhos mais velhos Francisco e Manoel: o primeiro morreu quando servia na Marinha britânica, e o segundo expulso da Academia de Marinha por reagir fisicamente à implicância de colega lusitano. Mas Francisco cedeu, e Joaquim pôde seguir seu ideal.

O príncipe D. Pedro, irritado e humilhado com decisões das cortes de Lisboa, desobedeceu-as e proclamou a Independência do Brasil, fazendo-se coroar como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil com o título de D. Pedro I.

Logo após sua sagração, em 12 de outubro de 1822, D. Pedro criou ordens honoríficas, com as quais agraciou alguns brasileiros e portugueses aderentes à nossa causa. Entre os brasileiros figurou Francisco

Marques Lisboa, patrão-mor e prático da Barra do Rio Grande, com a Comenda da Ordem de Cristo.

Meses depois, vendo D. Pedro que grande parte da oficialidade de terra e mar relutava em reconhecer a soberania do Brasil, resolveu contratar oficiais ingleses e franceses para dirigirem os navios de nossa Armada em formação, muitos deles portugueses, e convocou voluntários nacionais e portugueses fiéis ao Brasil para formarem suas tripulações. Assim, a 22 de novembro de 1822, Francisco Marques Lisboa requer para o filho, prestes a completar 15 anos, a honra de servir como voluntário na esquadra que se aprestava para enfrentar as forças portuguesas estacionadas na Bahia. Esse requerimento foi deferido em 4 de março de 1823.

Finalmente Joaquim Marques Lisboa estava na Marinha. Era o jovem voluntário com pouco mais de 15 anos embarcado na gloriosa fragata *Niterói*, sob o comando do bravo Capitão-de-Fragata John Taylor, procedente da Armada britânica. Em seu mastro tremulava a fâmula de nosso primeiro almirante, Thomas Cochrane.

Conforme as ordens recebidas, Cochrane devia fazer-se ao mar com os navios que contasse, no dia 30 de março, o que, no entanto, só ocorreu a 3 de abril, sem a presença da *Niterói*, que precisava ainda alguns reparos. Foi um lamento para o voluntário Marques Lisboa.

Depois desses eventos, veio a ordem de perseguir a Esquadra portuguesa até o Tejo. A esta altura, já com Taylor e Tamandaré a bordo, sozinha, a *Niterói* perseguiu os lusos até Lisboa. Nosso jovem voluntário estava realizado com esse belo início de carreira, e certamente seu pai, pela decisão de tê-lo deixado seguir seu glorioso rumo. Uma vez a bordo, o voluntário Joaquim Marques Lisboa não recebeu função específica. Pelos seus conhecimentos e habilidades marinheiras, era pau- para-toda-obra.

Dotado de acentuado poder de observação, e um espírito curioso, dinâmico e com admirável vocação para a vida do mar, só poderia vir a ser o que foi – o maior de nossos homens do mar. Sua competência e habilitação e seu devotamento aos deveres foram tão evidentes que Taylor, no regresso das duas missões da Esquadra, confiou-lhe a guarda e conservação dos cronômetros de bordo. Era uma prova de seu elevadíssimo conceito. Taylor, ao deixar o comando da *Niterói*, atestou que Marques Lisboa estaria apto a conduzir uma embarcação a qualquer porto do mundo. Esse atestado empenhava uma palavra de honra.

Carreira – Comissões – Elogios

Marques Lisboa teve uma carreira brilhante: de simples voluntário praticante de piloto no arrojado da travessia da *Niterói* a comandante-em-chefe das Forças Navais Brasileiras em Operações de Guerra contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai, de humilde candidato à Academia de Marinha a voluntário agraciado com referências elogiosas de seu comandante, John Taylor, e do comandante da Esquadra, Almirante Cochrane, de modesto tenente da Armada Imperial a caminho da luta na Cisplatina a nobre e alto dignatário da Corte, condecorado com o Colar da Rosa.

Quando Cochrane levou-o à presença de D. Pedro I quando de seu retorno da Academia à Esquadra, assim se expressou: “Afirmo a V. M. Imperial que esse voluntário, quase menino, é uma das mais promissoras esperanças da Marinha brasileira”.

Atingiu o mais alto posto na carreira aos 60 anos de idade e 44 de efetivo serviço, tomou parte em oito revoluções e quatro guerras, inclusive a da Independência, e passou a desempenhar funções fora do âmbito da Marinha, tais como: ajudante de campo do Imperador, veedor da Imperatriz, gentil homem da Imperial Câmara e ministro do Supremo Tribunal

Militar.

O Chefe de Família

Marques Lisboa casou-se com uma sobrinha, quase de sua idade, filha de sua irmã Maria Eufrásia, em companhia da qual passara grande parte de sua infância.

O casamento foi realizado na igreja N. S. da Glória, no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1839. Ele, filho de Francisco Marques Lisboa, português, e de sua mulher D. Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima Marques Lisboa, natural da Vila de Viamão, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ela, filha de José Antônio Lisboa, natural de Lisboa, e de sua mulher D. Maria Eufrásia Lisboa, natural do Rio de Janeiro. Foram testemunhas Francisco Marques Lisboa e sua mulher e José Antônio Lisboa e sua filha Maria Bárbara Lisboa, visto José ser viúvo.

Desse casamento nasceram seis filhos, três de cada sexo. A filha mais velha, Maria Eufrásia, morou sempre com o pai, por quem tinha veneração e a quem tratava com desvelo e carinho. Era dotada de grande virtude e defendia com intransigência os conceitos paternos.

O casal sempre viveu bem, em perfeita comunicação de sentimento, entendimento e compreensão, num lar onde só a moral e afeição mútua imperavam. Tamandaré era alegre, polido e comunicativo, embora altivo e muito sensível. Sua esposa faleceu em 1º de agosto de 1869. Foi um casamento por amor, e a presença dela era um estímulo para que ele vencesse os percalços da profissão.

Com a morte do filho Francisco de Borja, em 1884, recebeu o encargo da criação e educação de seus cinco netos como seus tutelados. Destes, veio a destacar-se Henrique Marques Lisboa, médico de nomeada, que exerceu as altas funções de diretor da Faculdade de Medicina e diretor do Hospital de Tuberculose em Belo Horizonte, onde residiu até sua

morte, em 1957.

Ainda na vigência do Império, D. Pedro II interpelou Tamandaré sobre os netos, procurando saber o que poderia fazer por eles. Sempre altivo, este respondeu: “Enquanto eu for vivo, nada, Majestade; depois de minha morte, tudo.” Mas o Imperador morreria antes.

Tamandaré morreu pobre. Assim era o glorioso marinheiro, padrão de honestidade e dedicação ao serviço da Pátria. Assim eram os grandes homens do passado.

Tamandaré: um modelo de herói brasileiro

Prof. Eduardo Ítalo Pesce

Especialista em Relações Internacionais, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e colaborador do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval (Cepe/EGN).

Introdução

A longa carreira naval de Tamandaré teve início durante a luta pela independência do Brasil, prosseguiu com a atuação na manutenção da unidade nacional e na defesa dos interesses nacionais – em especial nos conflitos do Prata, que culminaram com a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Além de estimular a imaginação dos jovens, pelos inúmeros feitos de heroísmo e bravura, sua vida dedicada ao serviço da Pátria é um exemplo para os brasileiros de todas as gerações.

Luta pela Independência

O processo de independência do Brasil difere dos de todos os outros países que um dia foram colônias ou estiveram sob domínio de potências estrangeiras. Só aqui a colônia tornou-se, por aproximadamente 13 anos, sede provisória da monarquia da metrópole. Isto facilitou, em certa medida, o processo de separação – por tornar inaceitável o retorno à condição anterior. Contudo, criou o mito da “independência incruenta”, que persiste até hoje.¹

Houve no Brasil uma Guerra de Independência, ainda que de curta duração. Na maioria das províncias (então chamadas capitânicas), a autoridade central do jovem imperador se fez valer sem o emprego da força – ou apenas pela ameaça de empregá-la. Entretanto, em algumas foi

necessário expulsar as tropas lusitanas de ocupação.² Na época, o mar era a única via de comunicação entre o Rio de Janeiro e as diversas províncias. Para obter a adesão da Bahia, do Maranhão, do Pará e da Cisplatina (atual Uruguai) à causa da independência, foi necessário constituir uma Marinha capaz de controlar áreas marítimas e projetar poder sobre terra, empregando os meios disponíveis ou que puderam ser mobilizados.

Origens de nossa Marinha

A jovem Marinha Imperial contou inicialmente com oficiais portugueses leais a D. Pedro I e com oficiais estrangeiros (o termo “mercenários” não é apropriado) servindo sob contrato. Nas guarnições, junto com brasileiros e portugueses, encontravam-se marujos voluntários de diversas nacionalidades. A Brigada de Marinha (embrião do atual Corpo de Fuzileiros Navais), por outro lado, era basicamente constituída por luso-brasileiros.

O uso de estrangeiros a bordo de navios de guerra era então prática usual, inclusive na *Royal Navy*. Os marinheiros podiam ser recrutados compulsoriamente, segundo o costume da época, mas a maioria era constituída por voluntários. Os fuzileiros navais eram um caso à parte. Uma das funções da tropa embarcada era manter a disciplina entre as praças da

¹ Cf. José Honório Rodrigues in *Independência: Revolução e Contra-Revolução – Volume 3: As Forças Armadas*. Rio de Janeiro/São Paulo: Francisco Alves/Ed. USP, 1975, p.35-40 *et passim*. Cf. também Fernando Diégues in *A revolução brasileira: Projeto político e estratégia da Independência*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 13-23 *et passim*.

² *Ibidem*.

³ Cf. Arthur Herman in *To rule the waves: how the British Navy shaped the modern world*. London: Hodder & Stou-

marinhagem. Por isso, os *Royal Marines* eram todos voluntários e súditos de Sua Majestade britânica.

A influência britânica sobre as Marinhas portuguesa e brasileira foi significativa. No final de 1822, D. Pedro I contratou a seu serviço o escocês Thomas Cochrane, Lord Dundonald, um dos mais brilhantes comandantes de fragata da época e mestre das táticas de combate de pequenos navios, nomeando-o para o posto (especialmente criado) de Primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial.³

Modelo de Herói

A legendária bravura de Cochrane inspirou a criação de vários heróis da literatura de “ficção naval”, um gênero popular nos países de língua inglesa. Esta lista de personagens de ficção inclui Horatio Hornblower, criação do imortal C. S. Forester; Lord Ramage, de Dudley Pope; e Jack Aubrey, de Patrick O’Brian, autor considerado o legítimo herdeiro de Forester.⁴

Curiosamente, o pioneiro deste gênero literário, Frederick Marryat, serviu como guarda-marinha (*midshipman*) sob o comando de Cochrane, a bordo da Fragata *Imperieuse*. Os sucessores de Marryat utilizaram os relatórios de Cochrane como fonte de pesquisa. Episódios como a captura da Fragata espanhola *El Gamo* pela pequena Chalupa *Speedy* serviram de base para suas narrativas.⁵

Na *Royal Navy*, a designação *sloop-of-war* (chalupa de guerra) aplicava-se tanto a uma corveta (três mastros) como a um brigue (dois mastros), desde que seu

comandante fosse *master and commander* (capitão-de-fragata, na hierarquia naval luso-brasileira da época). Uma nau de linha (*ship of the line*), assim como uma fragata, era comandada por um *post captain* (capitão-de-mar-e-guerra).⁶

Na época, era costume que os futuros oficiais de Marinha fossem para o mar muito cedo. Joaquim Marques Lisboa iniciou sua longa e profícua carreira naval em 1822, aos 15 anos de idade, como voluntário (candidato ao oficialato), vindo a tomar parte nos combates em águas do litoral da Bahia. A bordo da Fragata *Niterói* (*Nichteroy*, na grafia da época), sob o comando do também escocês John Taylor, participou da perseguição à Força Naval portuguesa em travessia até o Tejo.

Por sua conduta exemplar e sua bravura, Marques Lisboa recebeu elogios de seus comandantes. Cochrane pessoalmente o recomendou a Dom Pedro I, em 1823, afirmando que aquele jovem marujo, então com apenas 16 anos, seria no futuro o “Nelson brasileiro”. Os anos viriam comprovar o acerto desta previsão.

Em matéria de heroísmo, Horatio Nelson foi um caso singular. Por seu talento como militar e marinheiro e por suas qualidades como líder, ele é considerado “o herói nacional” da Grã-Bretanha. Venerado em vida e praticamente canonizado após a morte, sua incrível popularidade não deixa de ser um fenômeno interessante, quando se considera que, há 200 anos, os meios de comunicação de massa disponíveis eram bastante limitados.⁷

Campanha da Cisplatina

Entre 1825 e 1828, o Brasil travou seu primeiro conflito externo como Estado independente, entrando em guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, que pretendiam a anexação da Província Cisplatina, a qual havia se revoltado contra o Império. Neste conflito, o Brasil empregou seu Poder Naval de forma autônoma contra o comércio marítimo do adversário. Veio inclusive a sofrer pressões das grandes potências, devido à apreensão de navios engajados naquele comércio.

Durante a Guerra da Cisplatina, ocorreram diversos combates navais, nos quais o futuro Tamandaré se destacou, por sua bravura e capacidade de liderança. Aos 18 anos assumiu seu primeiro comando, a Escuna *Constança*. Capturado durante uma operação na Patagônia, tornou-se herói ao tomar o navio que o conduzia prisioneiro com outros brasileiros.

Aos 20 anos, no comando de seu segundo navio, a Escuna *Bela Maria*, obteve a rendição de um navio de guerra argentino após intenso duelo de artilharia, merecendo o reconhecimento do adversário pela cortesia para com os prisioneiros. Nessa guerra, podemos dizer que ele amadureceu precocemente, junto com a Marinha.

A Guerra da Cisplatina seria o primeiro de vários conflitos travados pelo Brasil no Prata. Este ciclo de intervenções – cujo apogeu ocorreria no período 1850-1870 – teve por objetivo neutralizar os projetos geopolíticos de restauração do Vice-Reinado do Rio da Prata – desmembrado pelo desmoronamento do império colonial espanhol, em consequência das Guerras Napoleônicas na Europa.

Lutas internas e introdução do vapor

Durante as décadas de 1830 e 1840, o Brasil foi envolvido por lutas internas, na repressão a inúmeras revoltas regionais que poderiam ameaçar a integridade do

Império. Nesses conflitos internos, o Poder Naval novamente desempenhou papel de destaque para a manutenção da unidade territorial do País. Em todas as ações contra-revolucionárias, a Marinha fez chegar as tropas legalistas aos pontos onde estas eram necessárias e apoiou as operações em terra.

Nesse período, a propulsão mecânica a vapor, novidade na época, chegou ao Brasil. A Marinha Imperial, que já possuía barcas a vapor, encomendou na Inglaterra sua primeira belonave a vapor de grande porte, a Fragata *Dom Afonso*, designando para seu primeiro comandante, em 1847, o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim Marques Lisboa.

No comando deste navio, Marques Lisboa realizou o salvamento da tripulação do Navio Mercante *Ocean Monarch*, incendiado nas imediações de Liverpool, e o reboque da Nau portuguesa *Vasco da Gama*, desarvorada por uma tempestade ao largo da barra do Rio de Janeiro. Estas ações humanitárias tiveram grande repercussão na época. A segunda delas também teve o mérito de demonstrar o potencial da propulsão a vapor.

No início, esta inovação tecnológica enfrentou certa resistência da parte dos chefes navais mais tradicionalistas, temerosos que a necessidade de abastecimento periódico de carvão limitasse em demasia o movimento das Esquadras. A superpotência hegemônica da época, a Grã-Bretanha, teve que construir uma rede de bases e estações carvoeiras ao redor do mundo, para uso da *Royal Navy* em sua missão de “polícia dos mares”.

Conflitos no Prata e construção de navios

A década de 1850 foi marcada pelo recrudescimento dos conflitos no Prata – inicialmente com a guerra contra o ditador

ghton, 2005, p.400.

⁴ Ibidem, p.401.

⁵ Ibidem, p. 400-401. Este último episódio serviu de base para o relato do apresamento do *Cacañuegos* (nome fictício) pelo *Sophie*, primeiro comando de Jack Aubrey em *Master and Commander*. Cf. Patrick O’Brian in *O mestre dos mares*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.330-339.

⁶ Cf. tabela de equivalência de postos e graduações no final deste artigo. Cf. também Herick Marques Caminha, *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Brasília/Rio de Janeiro: FUNCEP/SDGM, 1986, p.85 et seq. História Administrativa do Brasil, Vol. 15.

⁷ Cf. HERMAN, op. cit., p.395-398.

⁸ Ibidem.

⁹ Cf. Francisco Doratioto, *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002,

argentino Rosas. Marques Lisboa foi promovido a chefe-de-divisão (equivalente a comodoro na Marinha britânica) em 1852 e a chefe-de-esquadra (equivalente a contra-almirante) em 1854.⁸ Em 1857, seguiu para a Europa, em licença especial para tratamento de saúde de sua esposa.

Aproveitando sua estada na Europa, o Governo brasileiro incumbiu-o de fiscalizar a construção de dez canhoneiras com propulsão mista (vela e vapor), duas das quais na França e outras oito na Inglaterra. Estes navios foram um valioso acréscimo à Esquadra brasileira, tendo importante participação na questão com o Uruguai e, mais tarde, na Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai.

Em 1860, o Imperador Dom Pedro II outorgou ao então Vice-Almirante Marques Lisboa o título de Barão de Tamandaré. Em 1864, Tamandaré assumiu o Comando-em-Chefe das Forças em Operação no Rio da Prata. Naquele ano, o Império resolveu intervir na guerra civil em curso no Uruguai, em defesa dos interesses dos brasileiros residentes naquele país. A luta se encerrou com a vitória do Partido Colorado, apoiado pelo Brasil.

Guerra contra López

A Guerra da Tríplice Aliança contra o ditador paraguaio Solano López (1865-1870) foi o maior conflito militar da América do Sul, exigindo do Brasil um gigantesco esforço logístico e de mobilização. Podemos afirmar que este conflito contribuiu para a consolidação de nossa identidade nacional – assim como das identidades nacionais de Argentina, Uruguai e Paraguai.⁹

Coube a Tamandaré o comando das forças navais no início da guerra, em 1865 e 1866. Logo foi estabelecido o bloqueio

naval e comercial do Paraguai e organizado o apoio logístico às forças aliadas. O suprimento de combustível, munição, mantimentos e o apoio de manutenção dos navios foram essenciais para o êxito das operações.

No dia 11 de junho de 1865, teve lugar a Batalha do Riachuelo, maior batalha naval da América do Sul. Nesta batalha, o então Chefe-de-Divisão Francisco Manoel Barroso da Silva, no comando das divisões navais que operavam no Rio Paraná, obteve uma vitória decisiva – o que assegurou o controle da área fluvial e o bloqueio imposto ao Paraguai, mudando o curso da guerra.¹⁰

Isso permitiu a Tamandaré realizar a operação anfíbia de Passo da Pátria, obtendo sucesso num difícil desembarque e dando início à invasão do território paraguaio. O avanço aliado, porém, ficou prejudicado pelas fortificações do Rio Paraguai, principalmente a de Humaitá. Somente após a queda desta última seria possível prosseguir com a ofensiva que levaria à vitória final.¹¹

Às divergências com o argentino Mitre – que lhe cobrava urgência no apoio naval ao avanço das forças aliadas em terra – vieram somar-se os problemas de saúde de Tamandaré, que finalmente solicitou exoneração do cargo, sendo substituído, em dezembro de 1866, pelo então Chefe-de-Esquadra (Vice-Almirante em 1867) Joaquim José Ignácio, futuro Visconde de Inhaúma.¹²

Conclusão

Promovido a almirante, último posto da hierarquia naval, no início de 1867, Tamandaré não mais participou de operações navais até seu falecimento, em 20 de março de 1897, já no período republica-

no. O reconhecimento da nação brasileira por seus feitos começou durante sua vida e prosseguiu depois de sua morte.

Em 1859, quando se encontrava no comando da Esquadra em que Dom Pedro II foi a Pernambuco, pediu permissão para passar pelo porto de Tamandaré e recolher os ossos de seu irmão, major das forças revolucionárias, a fim de levá-los ao jazigo da família no Rio. O imperador concordou e, no regresso à Corte, outorgou-lhe o título de Barão de Tamandaré. Seria mais tarde elevado a Visconde, Conde e finalmente Marquês de Tamandaré.

Em 1865, um dos encouraçados fluviais construídos no Arsenal de Marinha da Corte para a guerra contra o Paraguai recebeu o nome de *Tamandaré*. No final do Império, este nome foi atribuído a um cruzador protegido, dotado de propulsão mista (vela e vapor). Projetado pelo engenheiro naval João Cândido Brazil e construído pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, este cruzador é, até hoje, o maior navio de guerra já construído no Brasil.

No século XX, a Marinha fez de Tamandaré o seu patrono. No início dos anos 50, o Cruzador Ligeiro norte-americano *Saint Louis*, veterano da Segunda Guerra Mundial, foi transferido para a Marinha do Brasil e rebatizado como *Tamandaré*. Desativado na década de 70, foi o último navio a ostentar este nome – que certamente voltará a ser atribuído, em futuro não muito distante, a uma das principais unidades de combate da Esquadra brasileira.

Sem dúvida, Tamandaré é um modelo de herói brasileiro. Sua juventude é cheia de episódios de coragem e heroísmo, que bem poderiam ter saído das páginas de um Forester ou de um O'Brian. O incrível é que são verdadeiros, e foram protagoni-

p.17-21 *et passim*.

¹⁰ Ibidem, p.146-156.

¹¹ Ibidem, p.195-255 e 309-332.

¹² Ibidem, p.253-255.

BIBLIOGRAFIA:

CAMINHA, Erick Marques. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Brasília/Rio de Janeiro: FUNCEP/SDGM, 1986. História Administrativa do Brasil, Vol. 15.

DIÉGUES, Fernando. *A Revolução Brasílica – O projeto político e a estratégia da Independência*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra – Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HERMAN, Arthur. *To Rule the Waves: How the British Navy shaped the modern world*. London: Hodder & Stoughton, 2005.

O'BRIAN, Patrick. *O mestre dos mares*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução – Volume 3: As Forças Armadas*. Rio de Janeiro / São Paulo: Francisco Alves / Ed. USP, 1975.

TAMANDARÉ – *Vida e obra*. Página especial sobre o Bicentenário de Nascimento de Tamandaré, disponível no sítio oficial da Marinha do Brasil, em <http://www.mar.mil.br/>.

Equivalência de postos e graduações da hierarquia naval britânica e luso-brasileira em 1822	
ROYAL NAVY	MARINHA IMPERIAL
Admiral of the Fleet	Primeiro-Almirante da Armada Nacional e Imperial (posto especial)
Admiral of the Red, Admiral of the White, Admiral of the Blue	Almirante
Vice-Admiral of the Red, Vice-Admiral of the White, Vice-Admiral of the Blue	Vice-Almirante
Rear Admiral of the Red, Rear Admiral of the White, Rear Admiral of the Blue	Chefe-de-Esquadra
Commodore 1 st Rate, Commodore 2 nd Rate	Chefe-de-Divisão
Post Captain	Capitão-de-Mar-e-Guerra
Master and Commander	Capitão-de-Fragata
Lieutenant	Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente
Midshipman	Guarda-Marinha, Aspirante-a-Guarda-Marinha, Voluntário
Warrant Officers (título conforme função)	Mestre/Contramestre/Guardião
Petty Officers (título conforme função)	Cabo/Marinheiro

Os últimos tempos de vida do Almirante Tamandaré e o destino dos seus restos mortais

Eddy Sampaio Espellet

Almirante-de-Esquadra (Ref^o), ex-Chefe do Estado-Maior da Armada

No dia 20 de março de 1897, falecia em sua residência, à Rua Marquês de São Vicente 75, de síncope cardíaca, o nosso patrono. Faleceu de mal com a vida. Amargurado, muito triste com os últimos acontecimentos, isto é, com a Proclamação da República, decepcionado, sentindo-se só, abatido e desprestigiado.

Quando foi proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, ele, imediatamente, dirigiu-se ao palácio imperial para prestar solidariedade ao seu grande amigo Pedro II, de quem era um sincero admirador. Lá, soube que as autoridades da República mandaram, por um portador, o Major Sólton, a ordem para que o imperador embarcasse no dia seguinte em um navio e seguisse para a Europa, com toda a sua família.

Tamandaré decidiu acompanhar o imperador no seu embarque. Foi determinado que D. Pedro II embarcasse na *Parnaíba*, que os transportaria até a Ilha Grande, onde eles seriam transferidos para o *Alagoas* para sua última viagem.

Tamandaré acompanhou o imperador até o *Alagoas*, regressando em seguida na *Parnaíba*. Ao chegar em terra, teria dito: “O que passou, passou. Só nos resta continuar a nossa vida.” Isso foi o que publicou o jornal *O Paiz* no dia seguinte. No entanto, sua filha desmentiu o jornal. Seu pai jamais se solidarizaria com a República.

O fato é que, logo que chegou a terra, dirigiu-se ao gabinete do ministro da Marinha, Almirante Wandenkolk, e pediu sua demissão e sua passagem para a reserva. O ministro, a muito custo, conseguiu que

o almirante voltasse atrás; mas, em janeiro de 1890, Tamandaré insistiu e foi reformado. Isso porque havia uma lei sobre a compulsória, e um decreto ressaltava o almirante. Porém, ele continuou como membro do Superior Tribunal Militar, por se tratar de cargo vitalício.

Durante a Revolta da Armada, em 1893, o presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, mandou prender 13 oficiais-generais que haviam se manifestado contra aquele estado de coisas e deportá-los para um lugar longínquo, no Estado do Amazonas. Quando Tamandaré soube do fato, dirigiu-se ao marechal e pediu que fosse incluído entre os 13. Floriano negou-se a fazer sua vontade, mas como ele insistisse muito, concordou que ele ficasse preso em sua residência.

Em virtude de seu estado de saúde ter se agravado, foi exonerado do Tribunal a pedido, em 14 de março de 1897. Poucos dias depois, em 20 de março, veio a falecer.

Nos seus últimos dias, sentindo que ia morrer, deixou com sua filha o seu testamento. Nele, dizia que queria ser enterrado em cova rasa, vestido em trajes civis, e que seu caixão fosse coberto com a bandeira imperial e carregado por seis marinheiros. Não queria nenhuma cerimônia militar e recomendou o seguinte epitáfio: “Aqui jaz o velho marinheiro”, seguido do seu nome e do de sua mulher.

Ele foi sepultado no Cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro, e o enterro teve um grande acompanhamento, mas, lamentavelmente, o presidente, os ministros e mesmo o chefe do Estado

-Maior da Armada não compareceram e nem fizeram-se representar.

As autoridades da República não permitiram que a bandeira imperial cobrisse o seu caixão. Ela foi junto a ele, dobrada.

E assim terminou a vida daquele velho marinheiro, herói de tantas campanhas e das guerras em que tomou parte. Tamandaré se alistou como voluntário no início de 1823, logo depois da Independência, e ficou no serviço ativo até o fim do Império. Foi de uma fidelidade a toda prova ao seu chefe, o Imperador Pedro II.

Em 5 de setembro de 1910, a Prefeitura do Rio doou um terreno no cemitério para que fossem ali sepultados seu corpo e os de sua família. Foi, então, construída uma capela sobre sua cova.

Pelo Aviso 3.332 de 4 de setembro de 1925, do Ministro Alexandrino de Alencar, foi instituído o Dia do Marinheiro em sua homenagem, no dia do seu aniversário natalício, 13 de dezembro. Este seria um dia de festa em que sua memória seria reverenciada. Até que enfim lembraram-se dele, porque até aquela data ele estava completamente esquecido.

Em 13 de dezembro de 1936, o ministro da Marinha, Almirante Guilhem, em cerimônia militar, com a presença de altas autoridades do País, lançou a pedra fundamental de um monumento que seria erigido em sua memória na Praça Nicarágua, na Praia de Botafogo.

Em 4 de janeiro de 1938, foi inaugurada a estátua em solenidade militar com a presença do Presidente e de altas autoridades. Eu, pessoalmente, tomei parte da cerimônia, pois era aspirante e formamos junto à estátua. Esse dia para mim tornou-se inesquecível, pois a Escola ficava na Ilha das Enxadas e viemos, desde o Cais da Bandeira, em formatura marchando com fuzil no ombro até o local da cerimônia, isso sob um sol de rachar. Em seguida, regressamos da mesma maneira, sob o comando do encarregado do Corpo de

Alunos, o Capitão-Tenente Paulo Bosísio.

Em 6 de dezembro de 1957, na administração do Almirante Câmara, os restos mortais do almirante e de sua esposa foram colocados em urnas de mármore e trasladados para o pé da estátua.

Em 1994, o Almirante Ivan Serpa, ministro, recebeu várias queixas de pessoas amigas, residentes nas cercanias do monumento, relatando a falta de respeito com que marginais se alojavam ao pé da estátua, utilizando o espelho-d'água para lavar roupas e mesmo fazer necessidades.

O almirante, sensibilizado com essas más notícias e resolvido a acabar com aquele desrespeito, procurou um outro endereço no Rio, mas sob a responsabilidade da Marinha e, ao mesmo tempo, de fácil acesso ao público, para instalar definitivamente os restos mortais de Tamandaré. Porém não foi encontrado nenhum lugar adequado. Conseqüentemente, resolveu que melhor seria conseguir-se um local digno na sua terra natal, Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, sob a guarda da Marinha.

Foi, então, nomeada uma comissão para fazer o traslado ainda naquele ano. Em cumprimento a essa determinação, no dia 9 de novembro de 1994 foram transferidas as urnas contendo os restos mortais do Almirante Tamandaré e de sua esposa, em um carro-lagarta anfíbio (CLAnf) do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), do monumento de Botafogo para o Salão Nobre do Ministério, tendo sido recebidas pelo ministro da Marinha e por autoridades do estado e do município, com as honras devidas, já com o exórdio específico, composto pelo Tenente (FN) Costa, mestre da Banda do CFN. Foi realizado então o velório, sob a guarda de aspirantes, com a presença da família, sendo lida uma Ordem do Dia do presidente da comissão.

No dia seguinte, às 10 horas, as urnas foram embarcadas em um escaler, tripu-

lado por oficiais da Esquadra e com o pavilhão do almirante içado, pavilhão este criado pelo Serviço de Documentação da Marinha conforme as regras da heráldica. O pavilhão foi passado para a Fragata *Niterói*, que pairava sob máquinas, nas proximidades do Cais da Bandeira. Essa fragata foi escolhida porque, quando o almirante ingressou na Marinha, em 1823, o seu primeiro embarque foi num navio com esse nome.

O navio seguiu viagem, passando em revista todos os navios da Esquadra, em formatura. Na viagem, foram escalados os portos de Santos, Paranaguá e Itajaí. Nesses portos, autoridades locais foram convidadas para assistir a uma cerimônia a bordo do navio.

Finalmente, em 16 de dezembro, um sábado, às 10 horas, o navio chegou a Rio Grande e fundeou ao largo. Um helicóptero transportou as urnas para a cidade de São José do Norte, situada em frente a Rio Grande. Em percurso pela cidade, as urnas, carregadas por marinheiros, foram depositadas na catedral e ali ficaram até a tarde daquele dia, sendo novamente transportadas para bordo. Essa passagem das urnas por São José do Norte foi feita porque o almirante, quando criança, lá residiu com seus pais, uma vez que seu pai era prático do porto e sua sede era ali. Mas seu lugar de nascimento foi a cidade de Rio Grande, segundo ele mesmo declarou.

O navio atracou em seguida, e as urnas foram transportadas em um CLAnf para a catedral de Rio Grande, onde, às 19 horas, foi celebrada uma missa pelo arcebispo da cidade. No dia seguinte, domingo, às 10 horas, finalmente as urnas foram levadas, também em um CLAnf, para o local do sepultamento, com a Banda Marcial do CFN à frente, tocando marchas fúnebres.

O local escolhido foi um terreno da Marinha, entre o prédio do Comando do 5º Distrito Naval e o da sede da Capitania

dos Portos. Fica situado no meio de um semicírculo, formado por quatro enormes e frondosas figueiras multisseculares, bem defronte ao mar, que o almirante tanto amou. De acordo com o seu desejo, foi enterrado com sua esposa em uma cova rasa, carregado por marinheiros, sendo na lápide gravado o epitáfio escolhido por ele: "Aqui jaz o velho marinheiro", com o seu nome e o de sua esposa.

Junto ao túmulo, a Prefeitura erigiu, em concreto armado, uma vela redonda enfunada, na qual foram gravados os nomes das dez campanhas em que ele tomou parte. Também foi colocada uma chama votiva, no topo de uma treliça, usada em bóias de sinalização náutica.

O prefeito proferiu um discurso e foi lida uma Ordem do Dia do ministro. Uma sobrinha-neta do almirante depositou um botão de rosa sobre as urnas e acendeu a chama votiva. Em seguida foi fechado o túmulo com a pedra carregada por seis marinheiros.

Assim, enterraram-se definitivamente os despojos de nosso patrono na sua terra natal, sob a guarda da Marinha. Foi cumprido o seu último desejo.

A Ação do Homem

Tamandaré – 200 anos

Mauro Cesar Rodrigues Pereira

Almirante-de-Esquadra (Ref^o), ex-Ministro da Marinha.

A vida dedicada à bela carreira da Marinha encanta quem a experimenta, deixa marcas profundas na alma, com recordações fortes e felizes, mas acaba de forma abrupta e definitiva. Para a maioria, independentemente de seus méritos, o fim de uma profissão aprendida no meio dos oceanos, sob o testemunho dos céus e das estrelas, ocorre compulsória e prematuramente.

Nessa ocasião, ante o possível sentimento de angústia, sobressai o valor de um símbolo verdadeiro, que dá visibilidade a toda uma legião de pessoas, que permanecem aparentemente anônimas, porém procuraram, pelo suceder dos tempos, cultivar características de competência, caráter, vontade e abnegação, tão presentes no Almirante Joaquim Marques Lisboa, que alcançou a glória sem a pretender e atingiu o cume da notoriedade por justiça e com humildade, emprestando a nobreza do título de Marquês de Tamandaré, por decisão de seus sucessores, à posição de Patrono da Marinha do Brasil.

Repassa-se o pensamento, então, pela vida do grande Almirante.

Tamandaré foi, sobretudo, um autêntico marinheiro. Conheceu as vicissitudes da vida no mar e as superou com maestria. Aproveitou e incorporou as lições de sabedoria, grandeza, coragem e humildade que os oceanos ensinam. Viveu a beleza das imensidões marítimas, sob céus profundos e infindáveis, adquirindo a finura de as entender bem.

Foi guerreiro audaz, corajoso e vitorioso. Enfrentou os combates, quando a

Pátria os exigia, cingindo-se ao uso da força na medida precisa do necessário.

Cultivou o respeito pelos adversários, em qualquer circunstância, principalmente após os haver dominado. O notável episódio com Espora, grande nome argentino, é página inesquecível de verdadeiro cavalheirismo.

Nunca hesitou ante o risco, quando precisou salvar vidas humanas em difíceis situações no mar, agindo sempre com perícia extraordinária.

Mostrou-se estrategista apurado, reagindo com presteza para estabelecer o bloqueio dos Rios Paraná e Paraguai, com as forças sob as ordens de Barroso, ao início da maior guerra sul-americana, que foi longa, contudo praticamente decidida com aquela ação.

Foi competente também na estruturação do apoio às forças navais no teatro de operações. Embora pouco conhecida, foi extraordinariamente avançada a organização do apoio logístico às operações desenvolvidas rio acima, estabelecida por Tamandaré em Buenos Aires. Em cenário muito difícil, considerada a situação à época, incorporou diversos elementos básicos de uma estrutura eficaz, como ainda hoje se aplica.

Soube ser prudente, mesmo ante as pressões de críticos mais açodados, retardando o desenvolvimento de ações por largo tempo, porém necessário à obtenção dos navios indispensáveis ao prosseguimento da campanha, sem riscos inaceitáveis. A passagem de Humaitá,

com emprego de encouraçados e monitores com propulsão a vapor, demonstrou o acerto das decisões.

Viveu com simplicidade, sem ostentação em qualquer sentido e sempre foi leal. Longevo, serviu à Pátria e à Marinha até o final de sua vida. Com a morte, conheceu-se o sentimento de alma pura expresso na singeleza de seu testamento, o qual hoje, gravado em bronze, inspira as novas gerações no Salão Nobre da Escola de Guerra Naval.

O conjunto do mausoléu criado no Comando do 5º Distrito Naval, em sua cidade natal, Rio Grande, seria até pequeno para tão grande exemplo de marinheiro, não fosse adequado a personalidade tão modesta.

Listar algumas de suas inúmeras qualidades, integralmente comprovadas por ações, mormente aquelas que os bons marinheiros gostariam de incorporar, é exercício de patriotismo e inspiração.

Retornando à digressão inicial sobre o sentimento dos que encerram a carreira, pode-se dizer: a presença viva do extraordinário Almirante e Patrono, sempre recordado com orgulho, não permite que a pressão do anonimato assombre. Basta saber e clamar: “Fui marinheiro na Marinha de Tamandaré”.

Tamandaré jovem nos primeiros momentos de guerra: 1823-1827

Antonio Luiz Porto e Albuquerque

Capitão-de-Fragata (Ref^o), bacharel em história, doutor em filosofia e professor de História Naval na Escola Naval (1968-1997).

Uma insistência inspirada

Na Marinha Real portuguesa, os alunos da Academia Real de Marinha (que depois veio a ser escola de engenharia), desde maio de 1796, podiam tornar-se segundos-tenentes da Armada, sendo eles primeiro “voluntários da Armada” com período de embarque para alcançarem essa posição¹. Isso quer dizer que essa situação de “voluntário” já existia normalmente. Quando da transposição do Estado português para o Brasil, em 1808, junto com a família real portuguesa, toda essa estrutura estava na mentalidade lusitana e passou também à mentalidade brasileira, muito especialmente dentre as pessoas habituadas às lides marinheiras.

Foi assim que o jovem gaúcho Joaquim Marques Lisboa, já afeito às vistas do mar em sua terra natal, embarcou durante a Guerra da Independência, conseguindo tornar-se segundo-tenente em comissão da Marinha imperial por força de diploma legal de 1825². Não havia cursado integralmente a Academia Imperial dos Guardas-Marinha, mas fez exames e tornou-se segundo-tenente efetivo em janeiro de 1826. Tinha 18 anos e estava embarcado no Navio de Linha *Pedro I*. Estava feita uma operação legal: começava uma carreira de oficial alguém que não fora guarda-marinha nem estudara

plenamente em sua academia. Seu pai, Francisco Marques Lisboa, porém, já recebera em 1804, do Príncipe Regente Dom João, o ofício de patrão-mor do Porto do Rio Grande de São Pedro do Sul, com uniforme de segundo-tenente da Armada Real. Nessa condição é que nasceu o seu filho Joaquim, em 1807³. Joaquim, desde menino, acostumou-se às lides marinheiras na companhia de seu pai. O próprio Tamandaré contou por escrito que escolhera a vida marítima, embora seu pai preferisse que ele continuasse uma vida mercantil. Isto porque o pai se recordava tristonho da morte de seu outro filho, Francisco, a bordo de navio da Marinha Real britânica. Joaquim Lisboa tinha completado seus estudos primários e seu pai lhe ensinou os rudimentos da navegação. Assim, pôde embarcar, com 13 anos de idade, como praticante de piloto na Escuna *Eufrásia*, propriedade de seu pai. Observou latitude, marcou ponto, mediu linha de barca para ver a velocidade do pequeno navio. Numa viagem para o Rio de Janeiro, chegou a encarregar-se da navegação quando o comandante adoeceu. E chegou bem ao porto de destino⁴. Este era o principal título que tinha para pretender ingressar numa carreira oficial que no passado só admitira fidalgos.

¹ Cf. ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. “A Academia Real dos Guardas-Marinha” in Brasil. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1979, II volume, tomo II, p. 360-362.

² Cf. BOITEUX, Henrique. *O Marquês de Tamandaré*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1943, p. 44.

³ Cf. VILLAR, Frederico. *Vida e glória de Tamandaré*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950, p. 23-24.

⁴ Cf. “Extratos do arquivo do Almirante Tamandaré” in *Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro:

De qualquer forma, apresentou-se, em março de 1823, na Fragata *Niterói*, comandada pelo britânico João Taylor. Tinha 16 anos e era apenas um “voluntário” para lutar pela independência do Brasil, mas que já tinha bons conhecimentos do mar. Por causa disso, fazendo-se ao mar com a Esquadra em abril desse ano, tornou-se bem considerado por Taylor e pelo Primeiro Almirante Lorde Cochrane, Conde de Dundonald e depois Marquês do Maranhão. Para que seu embarque como “voluntário” fosse oficial, Marques Lisboa teve licença do ministro da Marinha, conforme ofício do ajudante-de-ordens daquela autoridade, devendo “exercitar a bordo todas as práticas e serviços pertencentes a piloto e marinheiro” e, para vir a ser oficial de patente da Marinha Imperial, teria que ter boas informações de seu comandante sobre inteligência e conduta⁵.

Joaquim Marques Lisboa gostaria de ter seguido a Academia de Guardas-Marinha, pois que os estatutos de 1796 não exigiam condições sociais de nobreza, embora não pudesse aspirar à Companhia Real dos Guardas-Marinha. Decretos de 8 e 24 de janeiro de 1800, porém, restringiam as possibilidades de Marques Lisboa com exigência de foros sociais que ele não tinha. Entrou naquela Academia como “voluntário” e cursou o 1º ano, não podendo completá-lo por conta de embarque que fez. Assim, em outubro de 1824, foi inabilitado por faltas justificadas. E não tivera nota alguma entre 4 de março e 29 de julho de 1824, pois estava designado para embarcar na Nau *Pedro I* em comissão de guerra. O comandante desse navio, Capitão-de-Mar-e-Guerra João Taylor, atestou,

Imprensa Naval, 1950, vol. VIII, p. 32-34. 44.

⁵ Ibidem, p. 41.

⁶ Cf. “Extratos do arquivo do Almirante Tamandaré” in *Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950, vol. VIII, p. 43-44.

⁷ Ibidem, p. 44-49.

⁸ Cf. SILVA, Theotônio Meirelles da. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Editor L. B. Garnier, 1884, p. 18-46 e “Extratos do arquivo do Almirante Tamandaré” citados, p. 77.

⁹ Cf. BOITEUX, Henrique. Op. Cit., p. 44.

em 24 de janeiro de 1824, que aquele jovem, tendo servido sob suas ordens por 12 meses, mostrou-se capaz do serviço como “voluntário” na Armada Nacional e Imperial e que merecia contemplação, prometendo fazer honra à Marinha Imperial⁶. A questão é que Marques Lisboa requereu ao imperador para ser promovido a segundo-tenente, considerando as boas referências de que dispunha por seu serviço. O primeiro-almirante Marquês do Maranhão também atestou os bons serviços e as boas qualidades de Marques Lisboa de bordo da Fragata *Piranga*, em 4 de abril de 1825.⁷

O primeiro grande feito do então “voluntário” Marques Lisboa na Guerra da Independência foi sua parte na perseguição da Força Naval portuguesa de comando do Almirante Félix de Campos, no segundo semestre de 1823. Estava ele a bordo da Fragata *Niterói*, sob comando de Taylor, e foi desde a Bahia até a desembocadura do Rio Tejo, em Lisboa. Na rota, a fragata brasileira, usando de artimanhas (como emprego de bandeira britânica), fez presas. Seu navio não era de corso, mas belonave regular à procura de serviços gloriosos.⁸

Por aviso de 2 de dezembro de 1825, Marques Lisboa tornou-se segundo-tenente em comissão da Marinha Imperial, ainda durante a Guerra da Independência. Pouco depois, em 26 de janeiro de 1826⁹, tendo feito exames adequados, tornou-se segundo-tenente efetivo.

Uma operação ribeirinha

O Tenente Joaquim Marques Lisboa reconheceu que “infelizmente”¹⁰ tomou parte numa pouco conhecida operação

ribeirinha durante a Guerra Cisplatina. Sabe-se que essa guerra moveu-se entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Prata (depois República Argentina) em 1827-1828, para impedir que os portenhos se apropriassem da província Cisplatina, brasileira, mas outrora parte do Vice-Reino do Prata.

Tendo seus mares devastados por uma guerra irregular portenha, o governo imperial estava determinado a combater o ataque a seu comércio oceânico e sua operação dinamizadora, a guerra de corso marítimo¹¹, que trazia grandes prejuízos comerciais. Esses prejuízos advinham da própria finalidade desse tipo de navio, do latim *cursus*, destinado a apoderar-se de outros navios pertencentes ao inimigo. Regulamentos pertinentes ao corso marítimo já tinham sido baixados na França (terra de corsários famosos) desde 1800, e uma ordenança de 1833 também o regulamentaria¹².

Nesse quadro, a Marinha Imperial decidiu fazer uma operação de ataque ao Rio Negro, sul de Buenos Aires, com o propósito de destruir objetivos terrestres que eram base de navios corsários. O objetivo principal escolhido foi a aldeia de Carmen del Patagones, à margem esquerda desse rio, que deságua no Oceano Atlântico. Se aquela base fosse neutralizada, esperava-se o conseqüente enfraquecimento do corso.

O comandante dessa operação naval brasileira foi o capitão-de-fragata inglês Jaime Shepherd, capitão-de-bandeira da esquadra do Vice-Almirante Rodrigo Pinto

Guedes, depois Barão do Rio da Prata. Shepherd já se destacara sob as ordens do Almirante Lorde Cochrane no Chile e, mais recentemente, em campanha naval no Norte do Império¹³.

Já não era a primeira vez que elementos dinâmicos do Poder Naval brasileiro se acercavam daquela base corsária. Nas vésperas da guerra, em meados de dezembro de 1826, um navio imperial, o *Rio da Prata*, chegou à desembocadura do Rio Negro e o subiu para recuperar uma presa do corsário oriental (uruguaio) *Lavalleja*, fundeado na Patagônia. Ela foi recuperada, mas retomada quando os brasileiros foram alcançados e feitos prisioneiros a caminho de deixarem a barra.¹⁴

Algum tempo depois, no começo do ano seguinte, a Força Naval do Império novamente investiu sobre a base corsária. Uma flotilha, que tinha as corvetas *Duquesa de Goiás* (sob comando do Primeiro-Tenente Carlos Watson) e *Itaparica* (comandada pelo Capitão-Tenente Guilherme Eyre), o Brigue-Escuna *Escudera* (ex-argentina *Escudera*) e a Escuna *Constança*, rumou para a Patagônia. O comandante desta última era o Segundo-Tenente Joaquim Marques Lisboa, e o grupo de navios era comandado pelo Capitão-de-Fragata Jaime Shepherd, com sua flâmula na *Duquesa de Goiás*. Em 27 de fevereiro de 1827, a terra da Patagônia foi avistada pela Baía de San Blás. Preparou-se, então, um meio de se realizar o princípio da surpresa na sua dimensão tática. O Comandante Shepherd determinou uma mudança na mastreação da Corveta *Duquesa de Goiás*, sua capitânia,

¹⁰ Cf. “Extratos do arquivo do Almirante Tamandaré” in *Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950, vol. VIII, p. 79.

¹¹ Cf. CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *Delineamentos da estratégia*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1980, p. 498.

¹² Cf. CHESNEL, Conde de. *Encyclopédie militaire et maritime*, Dictionnaire des armées de terre et de mer, Paris: Armand le Chevalier, Éditeur, 1862-1864, primeira parte, p. 356.

¹³ Cf. CAILLET-BOIS, Teodoro. *Historia naval argentina*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1944, p. 301.

¹⁴ Ibidem, p. 301.

¹⁵ Cf. MENDONÇA, Mário F. e VASCONCELOS, Alberto. *Repositório dos nomes dos navios da Esquadra brasileira*.

para que passasse por um brigue-barca. A intenção de Shepherd era que esse navio, demandando o Rio Negro, fosse aprisionado por navio inimigo. Nessa circunstância, a Corveta *Itaparica* içaria o sinal de presa para passar pela Galera imperial *Conceição de Oliveira*, aprisionada anteriormente e já recolhida na Baía de San Blás. Essa galera passaria também por outros navios portenhos.

No dia 28 de fevereiro seguinte, essa flotilha imperial chegou à barra do Rio Negro. Havia ali um pequeno forte, que içou a bandeira argentina quando os navios brasileiros foram avistados. Isso e as providências visíveis fizeram os brasileiros perceber que a surpresa estava frustrada. Algum tempo depois, contando com a preamar, a flotilha imperial formou em combate. O navio da testa era o *Escudeira*, que logo abriu fogo, respondido fracamente pela posição armada de terra. Sabendo-se das dificuldades do relevo marítimo (que haveria de desgraçar mais tarde navios nossos), o *Escudeira* dispunha de prático. Esse navio, que pertencera à Armada portenha, como Escuna *Escudera*, havia sido capturado na costa da África em 11 de junho de 1826 e foi retomado pelos portenhos em 7 de março de 1827, vindo a chamar-se *Patagones*.¹⁵

O Tenente Joaquim Marques Lisboa, comandando a Escuna *Constança*, foi atento à manobra de sua flotilha e percebeu de pronto que o canal de entrada no Rio Negro não era livre nem reto, o que obrigou os navios a navegarem em ziguezague. Nessa manobra encalhou a Corveta *Duquesa de Goiás*, que acabaria naufragando na barra desse Rio Negro em 28 de fevereiro. Nesse meio tempo, a *Escudeira* e a *Itaparica* passaram pelo forte citado e adentravam o rio. A manobra seguinte foi o desembarque para assalto ao forte citado, que caiu sem resistência.

Sua artilharia, porém, não chegou a ser inutilizada, porque a marujada desembarcada foi acudir os escaleres brasileiros chegados à praia, que caíram nas mãos inimigas. Após essa manobra sem maiores resultados, os marujos reembarcaram sem perdas. A Corveta *Itaparica*, comandada por Eyre, também encalhou, desfazendo-se de seus pesos (inclusive munição) para flutuar novamente livre, mas a anarquia reinante não permitiu isso. Também não foi possível salvar a *Duquesa de Goiás*, cheia d'água, que teve de ser novamente encalhada. As guarnições, quase todas inglesas, porém, começaram a ser salvas pelo navio de Marques Lisboa, a Escuna *Constança*, que fundeara o mais próximo possível sem risco de ir a pique¹⁶. Muito mais tarde, na Guerra do Paraguai, durante a Batalha do Riachuelo, em 11 de junho de 1865, houve caso análogo de encalhar-se um navio no Rio Paraná para que não fosse a pique.

É curioso lembrar que Marques Lisboa não sabia nadar (não passara pela Companhia de Guardas-Marinha na Academia ou Escola de Marinha) e aguardava a hipótese de sua morte. Era preciso passar da escuna para os escaleres salvadores, o que o tenente conseguiu fazer com a ajuda de dois companheiros, quando um dos escaleres encostou-se ao navio¹⁷.

A Corveta *Duquesa de Goiás* perdeu-se inteiramente. A *Constança*, de Marques Lisboa, safou-se, deixando a vista de terra nos dias 28 de fevereiro e 1^a de março. Depois reaproximou, valendo-se de um prático. O Comandante Shepherd, porém, estava desanimado com o andamento da expedição, e com ele outros marinheiros. Preparou-se, porém, o desembarque previsto para se fazer de bordo da *Constança* e da *Escudeira*, que subiram o Rio Negro, tendo ficado na barra a *Itaparica*. No começo de 7 de março fez-se o desembar-

que da marujada que atacaria Carmen. A seguir, ainda cedo, os navios brasileiros foram atacados por belonaves portenhas e um corsário. Fez-se fogo e Marques Lisboa tinha ordens peremptórias de Shepherd para salvar seu navio e reuni-lo à Corveta *Itaparica*. Quase abordados e sem mais pólvora, os brasileiros da *Constança* desceram o rio e encalharam sua escuna. Foram abordados e rendidos. Uma vez aprisionada nesse dia 7 de março de 1827, essa escuna passou a chamar-se *Juncal*¹⁸, da Marinha portenha.

Evitando ficar na “micro-história” ou apenas na história factual, com ênfase em detalhes fluviais da guerra, lembra-se que a grande questão desse conflito externo era sustentar a posição da antiga Província Cisplatina como integrada ao Império do Brasil. Nesse caso, o problema maior era com as Províncias Unidas do Prata e sua capital, Buenos Aires. Um caso a ver-se era a duplicidade de concepções da diplomacia luso-brasileira, que longamente sustentou os limites naturais para o estabelecimento de fronteiras da antiga colônia portuguesa da América com seus vizinhos hispânicos. Nesse caso, defendia-se o Rio da Prata como limite natural ao Sul, incluindo a Banda Oriental do Rio Uruguai no território brasileiro. Essa idéia, porém, não prevalecia no Norte, onde o limite natural seria o Rio Amazonas. Se assim fosse, o Brasil teria perdido grande parte de seu território amazônico. Por tudo isso, os portenhos tinham a seu serviço um almirante irlandês, Guilherme Brown, a quem entregaram a missão primordialmente naval da questão platina.

Assim, em 1826-27, o Império do Brasil viu-se diante de efeitos básicos definidos para a Armada portenha, que incluíam pressão militar e econômica sobre nós,

que devíamos fazer proteção de nossa própria força militar, na possibilidade de ser empregada contra os portenhos em eventual desembarque em praia hostil, no caso a hipótese de operação ribeirinha. Neste caso, a Marinha Imperial operaria por conta própria, sem apoio de forças terrestres, já se deslocando em território adversário sob o comando do Marquês de Barbacena. Foi desse modo que surgiu a concepção do ataque puramente naval à Vila de Carmen del Patagones, ou seja, à Patagônia, não do extremo sul da Argentina, mas a terra que circunda essa vila fluvial citada, nas margens do Rio Negro.

A historiografia argentina considera abertamente um fiasco a operação naval brasileira. Salva, porém, a ação de alguns navios, dentre os quais a Escuna *Constança*, comandada pelo Tenente Joaquim Marques Lisboa. O Barão do Rio Branco, porém, fazendo um contraponto com a opinião argentina, lembrou as ações navais no Rio da Prata e não deixou de relatar que no combate nas águas da Ilha de Martin Garcia, o Almirante Brown viu-se “abandonado por quase todos os seus navios”, que fugiram para Buenos Aires, perseguidos pelos brasileiros¹⁹.

O historiador Theotônio Meirelles da Silva comentou a estratégia de guerra irregular adotada por Brown como “guerrilheiro ou salteador” no mar²⁰. Pois que esse almirante irlandês fazia escaramuças contra os navios imperiais, crivando-os de balas e gerando muitos mortos. E ainda buscava combater em águas rasas, onde tinham fundo poucos de nossos vasos de guerra. Isso era reconhecido claramente pelo Almirante Rodrigo Pinto Guedes em partes feitas ao governo imperial, no que era secundado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Norton, comandante da divisão naval. José E. Garcez Palha, em suas

Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 3 ed. 1959, p. 93-94.

¹⁶ Cf. “Extratos do arquivo do Almirante Tamandaré” citados na nota 1, p. 80.

¹⁷ Ibidem, p. 80-81.

¹⁸ Cf. MENDONÇA, Mário e VASCONCELOS, Alberto. Op. cit., p. 74.

¹⁹ Cf. RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Rio de Janeiro: Ministério das

Efemérides navais de 1890, lembrou a carnificina da luta e os prejuízos também havidos nas belonaves argentinas, como a Corveta *Vinte e Cinco de Maio*, que nunca mais pôde navegar por ter ficado arruinada pelos projetis brasileiros²¹. Essa questão dos altos fundos empregados afortunadamente pelos portenhos já tivera exemplo em 5 de junho de 1827, quando a divisão naval brasileira comandada pelo Capitão-de-Fragata João Antônio de Oliveira Botas combateu a esquadilha argentina do Almirante Guilherme Brown. Essas forças bateram-se desde a ponta de Lara até Quilmes, mas os argentinos navegaram junto à costa, impedindo que as ações tivessem maior vulto²².

Um dos livros relativamente recentes, com segunda edição em Buenos Aires em 1974 (a primeira edição foi de 1905), comenta a ação brasileira sobre Carmen del Patagones a partir do combate de Juncal, travado em 8 de fevereiro de 1827 nas proximidades da Ilha de Martin Garcia, no Rio da Prata. A 3ª Divisão da Esquadra Imperial, comandada pelo Capitão-de-Fragata Jacinto Roque de Sena Pereira, tentava romper o bloqueio da foz do Rio Uruguai, mantido pela Esquadra argentina, em frente a essa ilha. A peleja foi vitória do Almirante Brown, com perdas de navios imperiais, exceto dois de toda a divisão naval ali empenhada. Esse mês foi, pois, considerado de “glória” portenha na “desigual” campanha militar contra o que foi chamado “orgulhoso imperador americano”²³. Enfatiza-se a ação corsária portenha a partir da Vila de Carmen e da Baía de San Blás, ação naval bem danosa aos interesses do Império. Os navios de

curso saídos impunemente dessas bases favoreciam também o tráfico comercial da República Argentina e chegavam às vizinhanças do Rio de Janeiro e às extremidades norte do Império, fazendo presas muito importantes no litoral e nos portos²⁴. Essa ação corsária também alcançou os navios negreiros, elevando o preço de sua “carga”, os infelizes negros destinados ao trabalho cativo no Brasil. Em 12 de março de 1828, por exemplo, um comerciante do Rio de Janeiro escreveu a um rico comerciante e financista mineiro de Barbacena avisando que o preço de escravos tinha subido muito por conta das tomadas feitas pelos corsários portenhos, que já haviam aprisionado três embarcações com mais de 1.200 negros, já vendidos por preços entre 380 e 400 réis cada um²⁵. Diante desses empreendimentos navais no Rio da Prata e percebendo o pouco alcance da operação de bloqueio daquele estuário, o governo imperial decidiu fazer a expedição contra Carmen del Patagones, sob o comando do Capitão-de-Fragata britânico Jaime Shepherd.

Chegara ao conhecimento do Almirante Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata, que alguns navios inimigos estavam consertando e se armando no Rio Negro da Patagônia; entre esses navios estava a Corveta *Chacabuco* e um grande navio corsário. Esse almirante decidiu, então, enviar uma expedição naval àquele lugar para destruir e incendiar tais navios²⁶. Dentre as belonaves brasileiras para essa missão sob o comando do Capitão-de-Fragata Shepherd estavam as Corvetas *Duquesa de Goiás* e *Itaparica* e as Escunas *Escudeira* e *Constança*, esta comandada

pelo Primeiro-Tenente Joaquim Marques Lisboa. A *Escudeira* tinha sido argentina, com o nome de *Escudera* e, como lembrado acima, foi retomada pelos portenhos em 7 de março de 1827, passando a se chamar *Patagones*, certamente em recordação dos feitos corsários daquele país austral.

Em 27 de fevereiro de 1827, a força naval de Shepherd chegou à vista da barra do Rio Negro. Compunham-na as corvetas *Duquesa de Goiás* e *Itaparica*, acompanhadas das escunas *Escudeira* e *Constança*. Sua força totalizava 654 homens na tripulação e 55 peças de artilharia, dentre canhões de ferro e de bronze e outras.

A população da Vila de Carmen não estava preparada para enfrentar esse conflito, mas parecia pronta para defender-se valendo-se do espírito nacional. Em princípio só havia um navio de guerra regular portenho naquelas imediações, a citada Corveta *Chacabuco*, secundada por três navios corsários, *Hijo de Mayo*, *Hijo de Julio* e *Oriental Argentino*. Uma coluna de cavalaria local dispôs-se contra a marujada de Shepherd que desembarcou na margem esquerda do Rio Negro a caminho de Carmen. Marujos corsários também se uniram aos piquetes de cavalaria e infantaria portenhos, auxiliando a pouca artilharia do forte do lugarejo. Deu-se o alarme argentino quando os marujos brasileiros foram percebidos em terra contra Carmen. Às forças regulares e irregulares navais e terrestres da Argentina somaram-se trabalhadores camponeses dos arredores para fazerem a defesa. Os brasileiros desembarcados avançaram decididamente no dia 28 seguinte, mas a Escuna *Constança* restou ao largo, acolhendo a seu bordo marujos da *Duquesa*

de *Goiás*, encalhada. No meio tempo, a Corveta *Itaparica* e a Escuna *Escudeiro* trocaram tiros com o pequeno forte local citado e tiveram suas tripulações reforçadas com gente dos outros navios imperiais. Levando sua gente para o desembarque, ambos os navios forçaram a entrada na barra do Rio Negro, demandando Carmen da Patagônia²⁷. Enquanto isso, porém, o grosso das forças defensoras de Carmen defendeu o povoado e tentou impedir o desembarque. Paralelamente, a marujada argentina, tendo desembarcado canhões e munição para uso do forte e, indo a bordo da Sumaca *Beija-Flor*, acompanhada dos navios corsários *Oriental Argentino*, *Chiquilla* e *Emperatriz*, preparou-se para abordar a Escuna *Constança*, de Joaquim Marques Lisboa, o que não conseguiram fazer. Nossos marujos fizeram um segundo desembarque ao norte do forte de Carmen, tomando-o.

A Corveta *Itaparica* e a Escuna *Escudeiro* suspenderam do porto de Carmen no dia 4 de março, a pouca distância do litoral, de onde obtiveram víveres.

Tendo-se perdido a Corveta *Duquesa de Goiás* logo ao entrar na barra do Rio Negro, parte de sua guarnição se salvou, mas um pouco mais adiante a Corveta *Itaparica* encalhou e assim ficou por muitos dias, prejudicando-se a missão da força naval de Shepherd. Por causa da perda da primeira corveta e do mau tempo, Shepherd resolveu apressar-se, seguindo por terra com seus homens para surpreender os inimigos na Vila de Carmen e no forte adjacente. Dentre as pessoas escolhidas para acompanhar o Comandante Shepherd estava o Primeiro-Tenente Joaquim Marques Lisboa, que passou o comando da Escuna *Constança* para o Segundo-Tenente Joaquim José Ignácio,

Relações Exteriores, s.d., p. 72.

²⁰ Cf. SILVA, Theotônio Meirelles da. Op. cit., p. 104.

²¹ Cf. PALHA, José E. Garcez. *Efemérides navais*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 2 ed., 1983, p. 260.

²² Cf. VASCONCELOS, Alberto. *Efemérides navais brasileiras*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 2 ed., 1961, p. 140.

²³ Cf. BALDRICH, J. Amadeo. *História de la guerra del Brasil: contribución al estudio razonado de la historia militar argentina*. Buenos Aires: 2 ed., Editorial Universitária de Buenos Aires – Eudeba, 1974, p. 212.

²⁴ Cf. BALDRICH, J. Amadeo. Op. cit., p. 212-213.

²⁵ Cf. ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1800-1888: elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988, p. 77-79.

²⁶ Cf. SILVA, Theotônio Meirelles da. Op. cit., p. 122.

²⁷ Cf. BALDRICH, J. Amadeo. Op. cit. p. 213-214.

futuro Visconde de Inhaúma.

A expedição de Shepherd seguiu por lugares desconhecidos de terra demandando a vila e seu forte e sem saber se tropas inimigas poderiam ser enfrentadas no caminho. A idéia do comandante britânico era que os argentinos estariam desprevenidos e com pouca ou nenhuma arma forte. Esse erro de avaliação logo se revelaria, pois, no dia 5 de março daquele ano de 1827, cinco navios armados e bem tripulados caíram sobre a Escuna *Escudeira*. Seu comandante, o Tenente Pontier, resistiu, mas foi gravemente ferido e teve que se render. Paralelamente, os portenhos convergiram sobre a Escuna *Constança*, que descarregou sobre o inimigo sua artilharia, mas seu comandante, Tenente Joaquim José Ignácio, vendo-se só e mal armado, com parte de sua guarnição em terra, procurou salvar seu navio, buscando a proteção da Corveta *Itaparica*, que estava encalhada a algumas milhas de distância. Entretanto, a *Constança* encalhou e foi abordada pelos argentinos, que aprisionaram Ignácio e os poucos marujos de sua guarnição.

A essa altura, Shepherd retrocedeu diante da guerrilha inimiga, para chegar de volta aos navios. Foi morto, porém, nessa retirada e substituído pelo Capitão-Tenente Guilherme Eyre. A derrota brasileira estava selada em meio aos campos incendiados e os navios apresados. Marques Lisboa era de opinião que os homens desembarcados deveriam caminhar junto à margem do rio e não se internarem no campo, pois que este foi incendiado pelo inimigo, que já se valia de forte calor. Foi assim que uma força irregular de cavalaria com cerca de 90 homens flanqueou nossos 600 marujos, que pediam água e quiseram render-se.²⁸

Os brasileiros presos foram embarca-

dos no brigue portenho *Anna*. Dentre os presos estavam Eyre, Ignácio e Marques Lisboa, outros oficiais e mais 93 praças. A caminho de seu destino, esses presos conseguiram se levantar contra a guarnição do brigue e nele seguiram para Montevidéu.²⁹

Malgrado o êxito em se salvarem, os brasileiros imperiais não conseguiram realizar a missão de que estavam incumbidos sobre Carmen de Patagônia. Perderam todos os seus navios, muito armamento e homens, enquanto os portenhos perderam apenas cerca de dez homens, entre mortos e feridos. E ainda obtiveram três bons navios nossos (que passaram a se chamar *Ituzaiçó*, *Patagones* e *Junca*), o que foi de grande valor para o inimigo, num tempo de pobreza de recursos.³⁰

Ou seja, o término das campanhas militares de Tamandaré em sua juventude, passadas as refregas navais da Guerra da Independência, foi uma experiência de coragem e frustração, de lutas e surpresas. Isso, porém, não lhe diminuiria o esforço de prosseguir sua carreira na Marinha imperial com as variadas demonstrações de interesse e competência, que lhe permitiriam alcançar as posições de relevo conhecidas e merecer do imperador dom Pedro II o título de marquês dado sobre o nome de um lugar que lembrava seu irmão morto, aliás, em luta contra o governo imperial, em 1824.

²⁸ Cf. "Extratos do arquivo do Almirante Tamandaré", citados, p. 83-84.

²⁹ Cf. SILVA, Theotônio Meirelles da. Op. cit., p. 122-126.

³⁰ Cf. BALDRICH, J. Amadeo. Op. cit., p. 215.

O Tenente Marques Lisboa e as expedições à Patagônia

Armando Amorim Ferreira Vidigal

Vice-Almirante (Ref^o), membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

É talvez no momento das grandes derrotas, mais do que nos triunfos, que se pode medir o caráter do herói, sua fortaleza, sua liderança, sua coragem e seu desassombro.

A participação do voluntário Marques Lisboa na consolidação de nossa Independência, quando tinha apenas 15 anos, a bordo da Fragata *Niterói*, levou-o, em 1826, a ser efetivado como segundo-tenente no Quadro de Oficiais da Armada, mesmo não tendo completado o curso na Academia Real da Marinha. A necessidade de oficiais nos navios da Esquadra levou Cochrane, por recomendação de John Taylor, a interceder junto ao Imperador para que essa excepcional concessão fosse feita a Marques Lisboa.

Designado para embarcar na Canhoneira *Leal Paulistana* durante a Cisplatina, participou da Batalha de Colares, a 8 de fevereiro de 1826, o primeiro encontro entre as duas Esquadras. A Esquadra argentina, sob o comando do Almirante William George Brown, tentou romper o bloqueio naval brasileiro do Porto de Buenos Aires, mas, diante da tenaz oposição da Esquadra brasileira, aproveitando-se do pequeno calado de seus navios, pôde, navegando por entre os baixios, regressar ao porto. O jovem tenente destacou-se “pelo sangue-frio e impavidez durante a peleja”.

A pedido de James Norton, então comandante da *Niterói*, capitânia da 2ª Divisão, Marques Lisboa retorna, a 20 de maio, para o navio onde combaterá sob as ordens de Taylor. Neste navio –

nos encontros de 23 e 25 de maio, mera repetição de Colares, e nos combates de 11 de junho e 30 de julho, em que a *Niterói* tomou parte –, Marques Lisboa teve atuação destacada, o que o levou, com apenas 18 anos e meio, ao comando da Escuna *Constança*.

As expedições à Patagônia, ocorridas entre 15 de fevereiro e 20 de outubro de 1827, são objeto de nossa atenção. O precário planejamento, os erros de decisão de alguns chefes navais e a falta de práticos com conhecimento da região levariam nossas Forças Navais à derrota. Nessas condições extremamente adversas, analisaremos o comportamento do jovem Tenente Marques Lisboa.

Desde o início do conflito da Cisplatina, devido à superioridade naval brasileira, a Marinha Imperial impôs o bloqueio do Rio da Prata, de forma a impedir qualquer tráfego comercial com o exterior. Inferiorizados no mar, os argentinos apelaram para guerra de corso contra o tráfego marítimo brasileiro, em especial àquele que dava apoio logístico à Esquadra operando no Prata. Os corsários, de diversas nacionalidades, operavam de pequenos portos da Patagônia situada em região inóspita e muito pouco conhecida sob o aspecto da navegação, atacando os navios mercantes brasileiros até o Nordeste de nosso País, apresando e/ou destruindo os navios nacionais que encontravam.

O ataque aos corsários nos seus portos de abrigo e a destruição deles e das pequenas oficinas e depósitos que lhes serviam de apoio, além da possível re-

captura dos navios brasileiros apresados e da libertação de suas tripulações, eram medidas de grande valor estratégico, mais simples e mais eficazes do que a caça e destruição desses corsários na imensa área marítima em que operavam. Sob este ponto de vista, as expedições contra a Patagônia eram absolutamente necessárias; seu êxito poderia encurtar a guerra, além de fazê-la menos onerosa para o Império.

Um dos melhores portos patagônios de onde operavam corsários era o de Carmem del Patagones. Sabedor de que alguns corsários estavam abrigados neste pequeno porto do Rio Negro, próximo à sua barra, juntamente com três sumacas brasileiras apresadas, o comandante-em-chefe da Esquadra Imperial destacou uma divisão, sob o comando do Capitão-de-Fragata James Shepherd, composta da Corveta *Duquesa de Goiás*, de 20 canhões, como capitânia; da Corveta *Itaparica*, também de 20 canhões, sob o comando do Capitão-Tenente Guilherme Eyre; do Brigue-Escuna *Escudeira*, de cinco canhões, sob o comando do Capitão-Tenente Luiz Clemente Foutier; e, finalmente, da Escuna *Constança*, de seis canhões, sob o comando do Tenente Marques Lisboa. A Divisão Naval levava a bordo um número grande de fuzileiros para qualquer operação terrestre que se tornasse necessária.

Na manhã do dia 24 de fevereiro, após nove dias de viagem, a Divisão Naval brasileira surgiu diante da barra do Rio Negro. Ventos tempestuosos tornaram, porém, impossível realizar a operação, mormente considerando-se o pequeno conhecimento da costa que tinham os brasileiros. Os navios afastaram-se da costa, e somente após a melhora das condições, a 28, fizeram novas investidas.

A falta de práticos com conhecimento da região levou Shepherd a inverter a linha de coluna brasileira, com os navios de menor calado adiante. Assim, coube à pequena *Constança*, de menor calado, a

penosa incumbência de liderar a divisão para transpor a barra. Logo após a passagem, a divisão brasileira foi recebida pelo fogo intenso de uma bateria montada nas margens do rio, mas o fogo da *Itaparica*, auxiliado pelo do *Escudeira* que, de menor calado, pôde se aproximar mais da bateria, a silenciou.

A *Duquesa de Goiás*, último navio a investir a barra por ter o maior calado, encalhou num dos inúmeros bancos, tendo seu casco arrombado. Sua posição ficou crítica.

A fatalidade, que quase certamente levaria a expedição ao fracasso, não abateu o jovem Marques Lisboa: ele retrocedeu com a sua escuna, e, com grande habilidade, acostou à corveta encalhada, conseguindo retirar dela 280 homens, entre oficiais, marinheiros e fuzileiros das tropas de desembarque. Pouco depois, devido ao continuado mau tempo, a corveta afundou, levando consigo 32 homens de sua tripulação. Não fosse a competência e a coragem do Tenente Marques Lisboa, a tragédia teria proporções muito maiores.

Não podendo vencer com seus navios a forte correnteza do rio, Shepherd resolveu deixar os navios restantes fundeados na barra e colocar em terra uma força que deveria avançar em direção à Vila de Carmem e capturar e/ou destruir o que lá houvesse. Assumiu pessoalmente o comando da força de desembarque, designando como seu segundo Guilherme Eyre e como ajudante Marques Lisboa. Este passou o comando da escuna para o Tenente Joaquim José Ignácio de Barros (futuro Visconde de Inhaúma) e, atendendo às determinações de seu comandante, destacou 40 homens de sua tripulação para a força terrestre. Não só a *Constança*, mas também os demais navios tiveram de destacar cerca de dois terços de suas tripulações para compor a força terrestre, o que iria se revelar um erro colossal, pois os navios fundeados ficaram com apenas um terço de sua tripulação, praticamente

desprotegidos.

A 7 de março de 1827, a força de desembarque iniciou sua marcha contra a vila, levando consigo todo o armamento portátil disponível, o que agravou ainda mais a possibilidade de defesa dos navios fundeados. Nenhuma artilharia foi levada.

Os experientes corsários prepararam-se eficazmente para o combate. Dividiram suas forças em dois grupos: um na vila, pronto a receber o ataque frontal da força brasileira; outro, escondido em um morro, nas imediações, preparado para, no momento oportuno, investir contra os atacantes pelos flancos. O ataque frontal, feito sem o apoio de artilharia, logo se revelou temerário e ineficaz: a força brasileira sofreu inúmeras baixas, o seu comandante, inclusive, pereceu no combate.

O substituto imediato de Shepherd, Guilherme Eyre, viu que a situação estava perdida e iniciou a retirada. O inimigo pôs fogo na macega, sufocando as forças brasileiras; o ataque à força em retirada pelo flanco tornou a resistência impossível. Antes de se render, a força brasileira já havia perdido 40 homens.

Os corsários, estimulados por este primeiro sucesso, resolveram atacar os navios fundeados que, como já dissemos, tinham poucas condições de defesa e logo foram apresados pelo inimigo vitorioso.

Dos quatro navios que participaram da excursão, um foi afundado e os outros três foram apresados; tivemos 38 homens mortos por afogamento e 41 nos combates em terra; deixamos 579 prisioneiros, sendo 200 mercenários ingleses que, afinal, com seu pagamento atrasado pelo governo imperial, não tinham por que se empenhar no combate.

Depois de ficarem presos no forte até 30 de março, nossos homens, inclusive Marques Lisboa, foram levados para a Vila Xavier, no interior da Argentina, de onde seriam transportados, por via marítima, para um local no Rio Salado onde os

argentinos dispunham de oficinas e depósitos; a idéia era que os prisioneiros lá chegados trabalhassem nessas instalações. Os brasileiros foram transferidos para o Brigue *Anna*, que seria comboiado até o seu destino por uma divisão formada pelos três navios que tinham sido apresados – a *Itaparica*, agora com o nome de *Ituzaingó*; o *Escudeira*, como *Patagones*; e a *Constança*, como *Juncal* –, capitaneados pela Corveta *Chacabuco*.

No *Anna*, os marinheiros foram colocados no porão e os oficiais foram mantidos no castelo da proa. Desde que chegou a bordo, Marques Lisboa, juntamente com Joaquim José Ignácio, planejou fugir do navio-presídio, dominando sua tripulação e apossando-se da embarcação.

José Francisco de Lima, na sua biografia do futuro Marquês de Tamandaré, assim se expressou sobre o episódio:

“Que extraordinária felicidade para aquelas infelizes criaturas terem por companheiro de desventura o Tenente Marques Lisboa!

Exímio conhecedor da arte de navegar, extremamente observador e possuidor de uma coragem pessoal inexcelsável, instante após achar-se a bordo previu com absoluta segurança o êxito de tal plano.”

Na calada da noite, os oficiais libertaram os marinheiros prisioneiros e, com a ajuda deles, dominaram a tripulação do navio-presídio, e o fizeram com tal maestria que a luta não foi percebida pelos navios da escolta. Aproveitando a escuridão da noite, Marques Lisboa, com grande habilidade, manobrou o navio para afastar-se dos demais; quando sua manobra foi percebida, a distância já era grande e o *Anna* não pôde ser detido.

Após 22 dias de viagem, navegando em ziguezague para escapar das embarcações inimigas, Marques Lisboa chegou a Montevideú, ostentando uma bandeira imperial improvisada. Tinha salvado 93 prisioneiros brasileiros, exaustos após

quase seis meses de encarceramento, e trazia no porão 46 prisioneiros argentinos, da tripulação do *Anna*.

O Almirante Pinto Guedes, chefe da Divisão Naval Imperial sediada naquele porto, irritado com o fracasso da expedição, enviou a Conselho de Guerra os oficiais que julgou responsáveis pelo desastre e não soube, naquele momento, premiar Marques Lisboa pelos feitos extraordinários praticados durante a expedição, como o salvamento de 280 homens da Corveta *Duquesa de Goiás* e o apresamento e a condução do *Anna* até Montevideu, salvando 93 brasileiros do cativo e capturando 46 argentinos. O Tenente Marques Lisboa simplesmente recebeu ordens para se apresentar na Corveta *Maceió*, navio em que tomara parte na segunda expedição à Patagônia.

Apesar do retumbante fracasso da expedição anterior, Pinto Guedes não deixou de reconhecer a importância daquele tipo de operação para o êxito da guerra. Informado da existência de diversos navios corsários em reparos na Baía de San Blas – onde estava também a Galera portuguesa *Conde da Ponte*, apresada pelos argentinos em novembro de 1825 –, resolveu o almirante mandar uma nova Divisão Naval, composta pela Corveta *Maceió*, onde embarcara Marques Lisboa, sob o comando do Capitão-Tenente Alexandre Reid; Brigue *Independência ou Morte*, comandado pelo Capitão-Tenente Francisco Clare; e Brigue *Caboclo*, sob o comando do Capitão-Tenente James Inglis. A Divisão foi posta sob o comando do Capitão-de-Fragata Guilherme Eyre, absolvido no Conselho de Guerra, julgado pelo almirante como conhecedor da área.

Após dez dias de viagem, a 20 de setembro, a divisão apareceu diante da barra. Os dois primeiros navios que a investiram, a *Maceió* e a *Independência ou Morte*, encalharam no banco conhecido como Colorado, cerca de sete milhas de

Punta Rubra. Rondando o vento, ambos os navios se safaram ilesos do encalhe. Eyre, temendo que fosse criada uma situação semelhante à da primeira incursão e não confiando, com justa razão, nos práticos que tinha a bordo, decidiu regressar a Montevideu e lá tomar outros práticos. Entretanto, Clare assegurou-lhe que tinha absoluta confiança no seu práctico e que este lhe garantiria que levaria os três navios para dentro da baía sem nenhum risco, colocando antecipadamente em posição duas bóias que demarcariam o canal. O comandante da *Caboclo*, que não concordava com o regresso a Montevideu, apoiou Clare, e o Comandante Eyre mudou a sua decisão anterior.

A operação teve início com a *Maceió* e a *Independência ou Morte* aprofundando à primeira das bóias, mas, antes de lá chegarem, já próximos dela, encalharam. A *Caboclo* manobrou para evitar o encalhe e logo se aproximou da *Maceió* para prestar auxílio, recebendo parte da sua tripulação. Durante a noite, o vento forte levantou o mar, castigando os navios encalhados: a corveta partiu ao meio e o brigue ficou seriamente avariado. Ambos os navios naufragaram pouco depois, com a perda de 50 homens. Em botes, os oficiais e marinheiros restantes rumaram para a costa e foram feitos prisioneiros pelos argentinos. Marques Lisboa recusou-se ser aprisionado e atirou-se nas gélidas águas em direção à *Caboclo*, que o recolheu e a mais 21 naufragos.

Terminava, de forma ainda mais melancólica que a primeira, a segunda expedição à Patagônia. É incontestável que, por não estar desta vez no comando de uma embarcação, Marques Lisboa não pôde, como da vez anterior, dar inúmeras provas de seu valor. Como simples oficial de um dos navios da divisão, não deixou, porém, de demonstrar toda a sua coragem e obstinação quando não se deixou aprisionar, podendo voltar a prestar novos e relevantes serviços à sua pátria em ope-

rações de guerra.

Ao regressar a Montevideu, a 29 de outubro de 1827, lá encontrou a carta de sua promoção a primeiro-tenente, datada de 12 do mesmo mês. A pedido de Norton, embarcou na Fragata *Príncipe Imperial*, mas, apenas quatro meses mais tarde, foi nomeado comandante da Escuna *Bela Maria*, onde, na Divisão de Oliveira Botas, cobrir-se-ia de glória no combate épico contra o *Ocho de Febrero* (ex-*Januária*), comandado pelo bravo Capitão Tomás Domingo Espora e tendo como imediato Antonio Tholl, grande marinheiro argentino que também servira com Cochrane. Mas esta já é outra história.

Tamandaré e a evolução tecnológica naval

Helio Leoncio Martins

Vice-Almirante (Ref^o), membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

O Brasil à época do Império é descrito como nação agrícola, com uma elite de bom nível humanístico, economicamente conservadora, pouco numerosa e à margem da revolução industrial e tecnológica que se desenvolvera na Europa desde o século XVII. Isso é até certo ponto verdadeiro, mas não em relação aos cuidados do Governo Imperial com a Marinha. Em proporções modestas, acompanhou toda esta evolução técnica dos meios marítimos, o que se fez sentir de modo especial quando das transformações radicais trazidas pela invenção da máquina a vapor nos transportes, na indústria e no mar, neste com a mudança da propulsão veleira para a mecanizada, o que influenciou fundamentalmente tanto nas atividades pacíficas como nas bélicas.

Na Guerra Cisplatina, já a Marinha utilizou barcas a vapor para serviços auxiliares, como correio. Nas lutas internas no Rio Grande do Sul (Farrapos) e no Maranhão (Balaios), as operações na Lagoa dos Patos e no delta de São Marcos obrigaram o uso de barcas a vapor. Quando a política imperial começou a ter preocupações internacionais, um primeiro navio de guerra com propulsão a vapor foi construído na Inglaterra e os estaleiros da Ponta da Areia lançaram de suas carreiras vapores, ainda que desarmados.

Com a invenção do hélice, as rodas ronceiras, que também dificultavam a colocação dos canhões em bateria, desapareceram. Canhoneiras construídas na Europa já receberam esse novo tipo de propulsão. Na Guerra do Paraguai, os blindados foram os navios capitais. Antes do fim do século, em 1885, a Marinha

incorporou grandes encouraçados e, logo a seguir, torpedeiros.

E como essa evolução, que modificou profundamente a funcionalidade do Poder Naval, afetou a vida profissional daquele que simboliza a Marinha como seu Patrono, Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Marquês de Tamandaré?

Sua carreira naval, que se confunde com a história da Marinha Imperial, e mesmo a vida particular têm sido alvo de estudos, análises, enaltecimentos e críticas, aparecendo ele como o velho marinheiro formado na rudeza dos veleiros, no comando de escunas, brigues e corvetas, mas pouca ênfase é dada à sua adaptabilidade à evolução tecnológica, quando teve que fazê-lo.

Em agosto de 1839, foi o Capitão-de-Fragata Marques Lisboa nomeado comandante do Brigue *Três de Maio*, capitânia de uma pequena Força Naval que incluía dois brigues, uma escuna e unidades menores (iate, patacho, canhoneiras), a fim de combater os denominados balaios. Como o movimento se desenvolvia nos afluentes do delta de São Marcos, as unidades oceânicas e veleiras não eram utilizadas. Com a chegada do Coronel Luiz Alves de Lima e Silva (o futuro Duque de Caxias), nomeado presidente da Província e comandante das Armas, os mais tarde patronos do Exército e da Marinha, na única vez que operaram juntos, combinaram estratégia para a luta contra os rebeldes: a distribuição das canhoneiras pelos rios do delta. Impedia-se assim seus avanços fluviais, que os obrigava a seguir por terra, enfrentando as tropas de

Lima e Silva. Para ter mobilidade a fim de atender toda a região assolada, Marques Lisboa fez sua capitânia a barçaça a vapor *Fluminense*, de 25 cavalos de potência e armada com dois canhões de calibre 12. Com isso podia reforçar o bloqueio das canhoneiras, atacar pontos de resistência, transportar suprimentos e tropas, e mesmo Lima e Silva, quando necessário.

Marques Lisboa passara em seu primeiro teste, utilizando com êxito a tecnologia moderna para atender às exigências físicas do teatro de operações.

Em 1847, a Marinha deu seu primeiro passo para aceitar os avanços tecnológicos e estabelecer as bases do Poder Naval ao mandar construir na Inglaterra um navio de guerra misto, o *Dom Afonso*, de 900 toneladas de deslocamento, armado em escuna para efeitos de aumento de raio de ação e economia de combustível, mas tendo com propulsão principal rodas laterais acionadas por máquina de 300 cavalos de potência e armado com dois canhões de calibre 68 e quatro de calibre 32. Essa unidade demonstraria seu valor no Rio da Prata, como aconteceu.

O comando foi dado ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim Marques Lisboa. Chefiava a Comissão de Construção o Almirante John Pascoe Grenfell, cônsul em Liverpool. Mas coube a Lisboa conduzir as experiências do recebimento. Nelas não mais se ouvia as costumeiras vozes de “caça papa-figo” ou “arria a bujarrona”. Agora seriam dadas ordens de comando como “adiante toda a força” e “atrás a roda de bombordo”. Tinham também que ser consideradas as “curvas de giro” e de “rotação/velocidade”, o que pôs à prova o comandante em sua primeira saída. Tinha a bordo a Princesa D. Januária, o marido desta e outras notabilidades. Foi avistado um cargueiro inglês incendiando. A princesa, apiedada pelos tripulantes em perigo, bradou “salve-os, salve-os!”. Todas as manobras para efetuar o salvamento foram feitas com as máquinas em meio às

vagas procelosas: aproximar-se do navio em fogo, fundear, arriar escaleres, lançar um cabo de vaivém, tudo desafiando a habilidade do comandante – que se iniciava nas manobras de um barco a vapor! A totalidade dos naufragos, 162, foi salva, com reconhecimento do governo inglês pela proeza.

A viagem do *Dom Afonso* para o Brasil não foi calma. A maquinaria primitiva não era confiável. Relatórios no Arquivo Nacional fazem referências a avarias, as quais, embora da responsabilidade dos maquinistas ingleses, envolviam decisões do comando. A arribada no Recife destinava-se a reparos e abastecimento. Ali encontrou em andamento a Revolta Praieira, que Marques Lisboa, com sua guarnição, ajudou debelar.

Na Guanabara, as novas habilitações do comando foram exigidas. Por fora da barra, uma nau portuguesa – *Vasco da Gama* –, desmastreada por fortíssimo sudoeste, fundeara com toda sua amarra e esperava ser rebocada. Depois de algumas horas de difíceis manobras com as máquinas, dificultadas pelo mau tempo, capeando, passando o cabo de reboque, o *Dom Afonso* entrava à barra com a nau. Uma espada de ouro foi o agradecimento da colônia portuguesa.

Tarefa mais técnica e complexa esperava Marques Lisboa, exigindo-lhe outros conhecimentos. Com a capacidade de previsão e de provisão que caracterizava o Império, no fim da década dos 1850, à vista das dificuldades criadas pelo ditador do Paraguai para a navegação no Rio Paraguai, tão importante para nossa ligação com as províncias do oeste, as autoridades navais decidiram construir unidades apropriadas para as campanhas fluviais que poderiam advir.

O já Chefe-de-Divisão Marques Lisboa estava na Europa, de licença para tratar da saúde de sua esposa. Considerando seus méritos e a confiança que inspirava (o que

também seria econômico, uma preocupação do Império), o Ministro João Antônio Saraiva determinou que ele se encarregasse de “adquirir” dez canhoneiras a serem construídas na Europa. No Arquivo da Marinha encontra-se uma carta-instruções (a terceira) datada de 13 de outubro de 1857, na qual, ao lado de dizer a que elas realmente se destinavam (serem utilizadas contra o Paraguai), informa que a sua vinda para o Brasil não seria tão urgente como escrevera em carta anterior, porque Paranhos (Visconde do Rio Branco) estava parlamentando, e isto talvez pudesse levar a uma solução pacífica. Assim, a chegada ao Brasil, marcada inicialmente para janeiro ou fevereiro, poderia ser adiada para abril ou maio. Quanto às características dos navios (dois estavam sendo construídos na França e oito na Inglaterra), reafirmava apenas que não deveriam calar mais do que sete pés (dois metros), se levado em conta o teatro em que operariam, mas também capazes de navegar em mar aberto se não se efetivassem os problemas fluviais. Relativamente à sugestão de serem também construídas “bombardeiras”, as canhoneiras tinham prioridade no momento. Uma ou duas delas poderiam, entretanto, ser mais armadas para atuar como “bombardeiras”.

O ministro ajuntava: “Com o que digo, está V. Exa. habilitado para acompanhar as modificações do pensamento do Governo Imperial, ditadas pelos acontecimentos e mais acurada consideração do que nos convém fazer relativamente aos vapores encomendados... Nesses negócios, o bom êxito legitima todos os desvios do que se tiver ordenado; e o Governo Imperial não teria mesmo de censurar tais desvios, se consultasse a confiança que V. Exa. lhe merece, como dedicado servidor do País”. Isto é, toda responsabilidade era dada a Marques Lisboa com relação a projetos, armamento e guarnição das canhoneiras. Também no Arquivo da Marinha existem propostas de aquisição de materiais de

máquinas na Inglaterra para serem enviadas para os estaleiros franceses, citando peça por peça, com seus valores, que Marques Lisboa deveria aprovar. Mesmo que ele contasse com técnicos para orientá-lo, as decisões finais eram suas, e em relação a assuntos para ele inteiramente originais.

Resultado do trabalho dirigido por Marques Lisboa, foram incorporadas à Marinha as canhoneiras inglesas (*Araguari*, *Iguatemi*, *Mearim*, *Tietê*, *Ivaí*, *Araguaia*, *Ibicuí* e *Itajaí*) e as francesas (*Belmonte* e *Parnaíba*). As primeiras deslocavam 400 toneladas, calavam 6 pés (1,8 metro) e tinham propulsão a hélice, 100 cavalos-vapor de força, velocidade de 7 nós, raio de ação de três a cinco dias de operações. O armamento era de dois canhões calibre 68 e quatro calibre 32. As francesas deslocavam um pouco mais, 405 toneladas, e montavam também um canhão rodízio de calibre 70 na proa, para que servissem como bombardeiras. Baseou-se Lisboa, segundo sua informação, nas experiências da Guerra da Criméia (*Subsídios para a História Marítima do Brasil – Vol X*), “forrando de ferro do lume d’água para cima e à prova de balas de grosso calibre”. O projeto, a construção e o recebimento das canhoneiras foram altamente elogiados pelo Ministro Saraiva, em reunião do Gabinete Zacarias. Mas o melhor elogio – confirmando o acerto de seu preparo para serem empregadas no teatro de operações que as esperava –, foi sua utilização na primeira fase da Guerra do Paraguai, na qual venceu, inclusive, a Batalha do Riachuelo. Marques Lisboa apreendera e compreendera perfeitamente a evolução tecnológica da Marinha, com os novos tipos de navios que devia operar.

E foi ao Vice-Almirante Marquês de Tamandaré que coube operá-los, como comandante-em-chefe das duas Forças Navais empregadas nas campanhas do Uruguai e do Paraguai. Na primeira, mais simples e rápida, com todas as unidades a vapor, em teatro de fácil acesso – o Rio

da Prata –, o seu problema foi mais diplomático do que naval. Considerando-se (sem ser nomeado, pois era expressão não usada na época) comandante do Teatro de Operações, teve que lidar com os muitos navios de diversas nacionalidades que lá comerciavam e que não queriam ser prejudicados, e com os navios de guerra que os protegiam. Atritou até mesmo com os diplomatas brasileiros (um deles o antigo Ministro Saraiva), quando considerou que a política precisava ser “continuada” pela força. Apoiou a tomada de Salto e desembarcou as guarnições dos navios, atacando e ocupando Paissandu.

Mas a grande prova em lidar com modernidade, o clímax de sua atividade guerreira, foi o comando no Paraguai. Novamente como comandante do Teatro de Operações posicionou-se em Buenos Aires, dedicando-se à difícil tarefa de manter operando um maior número de navios, alguns mais complexos do que suas canhoneiras (os encouraçados já vinham a caminho e quatro chegaram a ficar sob seu comando), no interior inóspito da América do Sul, sem nenhum ponto de apoio próximo. E ainda tinha que aturar as críticas dos “estrategistas da Rua do Ouvidor” e manter-se independente da chefia da Tríplice Aliança, que não considerava apta a bem utilizar as unidades navais. O seu trabalho de preparar uma campanha com aspectos tecnológicos novos, não só no Brasil como no resto do mundo, foi fantástico.

Coube-lhe prover os suprimentos de combustível, munição, peças de máquina, comida e roupa em quantidade suficiente, e com caráter de permanência, a distâncias cada vez maiores, conforme o avanço das forças. A necessidade de reparos aumentava, não só pela fragilidade ainda existente dos componentes mecânicos, mas também como fruto dos contínuos bombardeios de terra. Uma base “avançada” foi instalada no Rio Paraná, na Ilha de Cerrito, que por fim já fabricava peças

e pólvora. Ponto importante era manter a higidez das guarnições, encerradas nas casamatas, no clima mefítico, e alvos dos tiros da margem. A saúde recebeu cuidados especiais, com uma cadeia de atendimentos que ia de um navio-hospital à enfermaria em Corrientes, hospitais em Buenos Aires e Montevideu e transporte para o Rio de Janeiro nos casos mais graves.

Simultaneamente, na parte operativa, dentro de plano preestabelecido, enviou seu auxiliar de maior confiança, Barroso, com força disponível, para bloquear o rio, opor-se ao avanço inimigo pela margem do Rio Paraná e derrotar seu apoio fluvial pelo flanco direito (em Riachuelo), o que o fez retroceder para o próprio território. Seguiu-se o preparo e a execução de perfeita ação anfíbia no Passo da Pátria. Como se tratava (como depois, nos ataques a Curuzu e Curupaiti) de operações mais amplas, combinadas com as forças terrestres, a bravura do Tenente Marques Lisboa ressurgiu, e o velho Almirante Tamandaré acompanhou-as e dirigiu-as em escaleres a remo, afrontando os projetis guaranis.

Não há glorificação humana que não sofra juízos negativos, encontrando falhas na sua ação de maneira injusta e maledicente. Tamandaré, após ser substituído no comando do Paraguai depois da falência de Curupaiti (pela qual nenhuma culpa lhe coube, pois a Marinha cumpriu integralmente sua tarefa), não só por suas dificuldades de saúde como também devido à reorganização completa do comando, sofreu acusações infundadas. São tristes as palavras de um seu auxiliar direto: “não lhe caber o comando pelo seu estado valedudinário e por falta de conhecimentos profissionais”.

Em resposta a essa crítica, a pergunta que vem à tona é a quem atribuir todas as providências logísticas, estratégicas, táticas e técnicas que tanto sucesso tiveram na fase talvez mais difícil da guerra, até

Curupaiti? Mas esses maldosos comentários se esvaecem ante uma longa vida que se caracteriza pelas virtudes pessoais de integridade, lealdade, dedicação, patriotismo e amor à sua carreira e pela exponencial capacidade de marinheiro e guerreiro, seja em sua fase veleira nos embarques e comandos em escuna, brigues, fragatas, nas Guerras da Independência e Cisplatina, ou ampliando sua mobilidade no delta de São Marcos, no combate aos “balaios” com embarcação a vapor, dando prova de adaptabilidade ante novos desafios, ou ainda manobrando o primeiro navio de guerra a vapor, dirigindo projeto e construção das canhoneiras fluviais propulsadas a hélice e chefiando campanhas e forças navais com tecnologia bem diferente daquelas de sua formação.

O Almirante Marquês de Tamandaré impôs-se como Patrono da Marinha brasileira, tanto a veleira como a mecanizada, em que se transformou no correr do século.

O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental

Armando de Senna Bittencourt

Vice-Almirante do Corpo de Engenheiros Navais (RM1-EN) e Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

O período em que o Almirante Tamandaré comandou as ações durante a intervenção do Brasil na República Oriental do Uruguai, em 1864 e 1865, é um dos mais difíceis de sua longa carreira a serviço da Marinha do Brasil. Sua ação eficaz, mas aparentemente impulsiva, aliando-se a uma das partes de um conflito interno, bombardeando e quase destruindo Paissandu e ameaçando Montevidéu do mesmo destino, bem como seu desentendimento com o futuro Visconde do Rio Branco – que negociou a paz e, em seguida, foi demitido – são bem conhecidos e existe uma farta historiografia a respeito. A importância, no entanto, dessa ação militar e política, freqüentemente questionada até por historiadores, que foi o estopim da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai, motivou este ensaio, escrito no ano em que se comemorou os 200 anos de nascimento do Almirante Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil.

Na República Oriental do Uruguai, os Partidos Blanco e Colorado se digladiavam pelo poder. Lá residiam cerca de 40 mil súditos do Império e muitos brasileiros tinham propriedades em território uruguaio. Constituíam uma parcela importante da população desse país, eram donos de algumas das melhores propriedades lá existentes e muitos estavam envolvidos na política local.

Havia, então, o hábito de transferir livremente o gado do Uruguai para as charqueadas do Rio Grande do Sul, no

Brasil, ou mesmo, de passar gado pela fronteira, entre estâncias, às vezes do mesmo proprietário.

Em 1860, assumiu o poder o Partido Blanco, sob a presidência de Bernardo Berro. Ele iniciou uma política desfavorável a esses brasileiros, inclusive limitando suas liberdades exageradas, principalmente ao taxar o comércio através da fronteira e ao questionar o direito deles possuírem escravos em território uruguaio¹. Intensificou-se, também, nessa época, a hostilidade entre os dois partidos e, pouco depois, a situação era de guerra civil e violência. Venâncio Flores, líder do Partido Colorado, invade o território do país, em abril de 1863, com tropas organizadas em território argentino e com o apoio do governo de Buenos Aires. Ele era aliado do Presidente da República da Argentina, Bartolomé Mitre, e participou da Batalha de Pavón, na Argentina, em 1861, apoiando a vitória obtida por Buenos Aires. A Argentina, porém, manteve uma posição oficial de neutralidade nesse conflito.

Essas disputas internas também causavam dificuldades e prejuízos aos negócios normais e corretos de brasileiros e, com o aumento da violência, passaram a ocorrer ofensas graves e, até brutalidades. Com a renúncia do Presidente Bernardo Berro e a transferência do poder executivo para Atanásio Aguirre, presidente do Senado, em março de 1864, e devido à intensificação da guerra civil, tornou-se até

¹ BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai – História e historiografia. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 13.

insegura a permanência de brasileiros no Uruguai. Houve, também, denúncias sérias de desordens na fronteira com o Brasil. Cabe, no entanto, observar que, segundo declarações oficiais do próprio governo imperial brasileiro, muitos de seus súditos haviam aderido à causa do General Flores². Alguns estavam, portanto, erradamente envolvidos nas disputas internas do país, durante uma guerra civil, e conseqüentemente, sujeitos aos azares da situação. O *Jornal do Commercio* de 16 de novembro de 1863, citado por Euzébio José Antunes em suas *Memórias*, resume assim a situação:

“Muitos brasileiros estão hoje reunidos ao General Flores por causa das violências praticadas contra eles pelos Generais Lamas e Medina, principalmente pelo primeiro, que nos vota um ódio estranhável, e que, em retribuição, é execrado por quase todos os nossos compatriotas estabelecidos no Departamento do Salto. Considero natural, e até já o manifestei em uma anterior correspondência, que as forças legais, por um esforço que seria bom evitarem, desmantelem estâncias dos chefes brasileiros que estão com os revoltosos; mas é intolerável que arruinem a propriedade brasileira em geral, como estão praticando, embora pertença a homens inofensivos que emigram por não estarem suficientemente garantidos. Deste modo, de represália em represália, de violência em violência, chegaremos a uma situação em que será impossível aos dois governos evitar um sério conflito, embora se achem animados das melhores disposições para viver em harmonia, como convém aos interesses dos dois países.”³

O Partido *Blanco* contava com a simpatia do governo do Paraguai, o que lhe era muito importante, por se contrapor ao Brasil e a Buenos Aires. O ditador paraguaio, Francisco Solano López, que sucedeu no poder seu pai Carlos López, recebeu propostas dos *blancos* uruguaios

e, também, de Justo José de Urquiza, líder dos *federales* argentinos e caudilho da província de Entre Rios, para estabelecer uma aliança defensiva e ofensiva entre o Paraguai, o Uruguai e Entre Rios. López manteve, inicialmente, uma posição cautelosa, evitando compromissos excessivos, mas a aliança lhe convinha, pois garantia uma saída para o mar para seu país, muitas vezes dificultada, no passado, por Buenos Aires. A República Argentina somente reconheceu a independência do Paraguai em 1852 e, por longo período no passado, procurou incorporar o Paraguai às Províncias Unidas do Rio da Prata.

Os representantes do Partido Blanco em Assunção mantinham López alertado contra supostas más intenções brasileiras e argentinas contra o Paraguai, aproveitando a desconfiança que ele tinha em relação às intenções do Brasil e da Argentina, com os quais seu país tinha questões de limites não solucionadas. A falta de representações diplomáticas paraguaias permanentes, no exterior, fazia com que ele não tivesse informações suficientes para suas análises, dificultando suas decisões – perigosamente, como o futuro mostraria –, em relação à política externa e o potencial dos países vizinhos e, em especial, sobre as intenções do Brasil em relação ao Paraguai.

López protestara contra o apoio do governo argentino à invasão dos rebeldes *colorados*. Inicialmente adotou uma postura conciliatória, inclusive se oferecendo como árbitro para as questões, mas depois, mostrou que estava decidido a defender seus interesses na região do Rio da Prata. A Argentina e o Brasil, no

entanto, também mal informados sobre o potencial militar existente, por incompetência de seus diplomatas neste assunto e dificuldades de obter informações no regime ditatorial imposto por López, o consideravam um intruso e subestimavam o Paraguai.

Com as reclamações chegadas ao Rio de Janeiro, inclusive através de uma representação de pecuaristas gaúchos liderada pelo General Souza Neto, o governo brasileiro, então representado por um gabinete formado pelo Partido Liberal, resolveu enviar uma missão diplomática ao Uruguai em 1864, para proteger os súditos do Império. Nomeou um diplomata, o Conselheiro José Antonio Saraiva, e designou para Comandante-em-Chefe das Forças Navais do Rio da Prata, surtas em Montevidéu, o Vice-Almirante Barão de Tamandaré, para respaldá-lo com uma relativamente poderosa Força Naval. Era uma atitude típica do século XIX e os brios estavam feridos pelas represálias sofridas na Questão Christie com a Grã-Bretanha, com quem as relações diplomáticas estavam cortadas. Ainda estava recente o fim da Revolução Farroupilha e o governo temia que os gaúchos iniciassem uma guerra, por conta própria, com o Uruguai, em defesa de seus interesses, ou, por lhes faltar apoio, que se reavivassem sentimentos contrários ao governo imperial⁴.

A missão do Conselheiro Saraiva tinha por objetivo, conforme o futuro Visconde de Rio Branco, mais tarde, em 1865, resumiu:

... obter satisfações de agravos recebidos pelo Império em várias épocas, a partir de 1852, nas pessoas e propriedades de súditos brasileiros residentes no Estado Oriental. O Sr. Conselheiro Saraiva devia exigir reparação daquelas ofensas

e segurança para o futuro e, se nossas reclamações não fossem atendidas, deveria apresentar o seu *ultimatum* e combinar o emprego de represálias.⁵

O governo *blanco*, no entanto, não se intimidou, pois acreditava contar com o apoio do Paraguai. O chanceler uruguaio emitiu uma nota denunciando o Brasil e a Argentina como os responsáveis pela guerra civil, por terem permitido que as tropas dos *colorados* se organizassem em seus países. Segundo o mesmo Rio Branco, o Partido *Blanco*, “desde muito tempo, nos considera infensos à sua influência e ao seu predomínio na Banda Oriental.”⁶

Saraiva, verificando a dificuldade, ou até mesmo a impossibilidade, que teria em obter do governo uruguaio as satisfações exigidas pelo Brasil, naquela situação de guerra civil sem solução, em que os dois lados não tinham condições de vencer, pois a Flores faltavam meios para atacar as cidades e ao governo cavalaria para derrotar os *colorados*, no campo aberto, decidiu ajudar a restabelecer a paz no Uruguai e obteve, para tal, autorização do governo brasileiro. Era preciso conseguir um acordo entre Venâncio Flores e o governo de Aguirre. Esperava, também, obter o afastamento dos elementos que se opunham mais fortemente aos interesses brasileiros e a incorporação de *colorados* no ministério. Em Buenos Aires, o Presidente Mitre, para quem o acordo também resolveria a questão entre a Argentina e o Uruguai, chegara à conclusão semelhante. Mitre resolveu enviar seu chanceler, Rufino de Elizalde, a Montevidéu e conseguiu envolver o representante britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, na difícil tarefa, inclusive possibilitando que Elizalde viajasse para Montevidéu em um navio britânico, juntamente com Thorn-

² RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p. 307.

³ ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o Comando do Almirante Visconde de Tamandaré*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007. p. 13.

⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 51.

⁵ RIO BRANCO, op. cit. p. 307.

⁶ Ibidem. P. 308.

⁷ DORATIOTO, op. cit. p. 87-91.

ton. A Grã-Bretanha – que, como os bons historiadores contemporâneos mostram⁷, teve pouca influência nos acontecimentos que levaram à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai – era, então, vista como a idealizadora e protetora da independência do Uruguai e lá também tinha interesses econômicos a proteger.

Saraiva tratou, em seguida, de unir seus esforços aos negociadores britânico e argentino, mas a tentativa de pacificação amigável não foi possível. Concorreu para isto a impossibilidade que o Presidente Aguirre julgou ter para nomear os novos ministros, faltava-lhe força para tal, tendo em vista as paixões políticas existentes em seu partido. Assim, os três negociadores se retiraram e as hostilidades entre as partes reiniciaram. Tal esforço conjunto, no entanto, serviu para tranquilizar as desconfianças ainda existentes entre o Brasil e a Argentina e evitou que a Grã-Bretanha interpretasse a ação brasileira no Rio da Prata como tentativa de obter vantagens territoriais ou econômicas.

Considerando sua missão pacificadora no Uruguai terminada, Saraiva foi a Buenos Aires, em junho, e tentou obter a continuação da participação da Argentina. Mitre garantiu seu apoio, mas afirmou que manteria seu país fora da intervenção armada, que parecia ser a próxima etapa desse conflito de interesses entre os governos dos países.

Com a neutralidade argentina assegurada, Saraiva apresentou ao governo uruguaio seu ultimato, no início do mês de agosto, dando um prazo de seis dias para atender as exigências e ameaçando represálias. Não se especificava bem, no documento, quais seriam as represálias, mas Saraiva explicou que não se tratariam de atos de guerra. Mesmo assim, o governo uruguaio reagiu e protestou, por escrito, contra o que considerou inaceitável. Criou-se, então, uma situação de iminente

intervenção militar brasileira. Essa intervenção, no entanto, não poderia contar, tão cedo, com tropas provenientes do Rio Grande do Sul, porque elas estavam completamente despreparadas e levou um bom intervalo de tempo – cerca de quatro meses –, para que tivessem condições de invadir território do Uruguai.

No dia 11 de agosto, Saraiva deixou Montevideú, a bordo da Corveta *Niterói*. Fracassara a ação diplomática, agora, tudo dependia de Tamandaré, que permanecera em Montevideú como a maior autoridade brasileira, cabendo-lhe a direção política e militar. Ele tinha sob seu comando uma Força Naval composta dos seguintes navios: Fragata *Amazonas*; Corvetas *Niterói*, *Jequitinhonha*, *Belmonte*, *Beberibe* e *Parnaíba*; Canhoneiras *Meirim*, *Araguari*, *Ivaí*, *Itajaí* e *Maracanã*; e o Vapor *Recife*.

Aguirre, por sua vez, enviara, em 14 de julho, um emissário ao Paraguai, Antonio de las Carreras, solicitando uma intervenção paraguaia, pois, segundo ele, o Brasil e a Argentina, de comum acordo, pretendiam primeiro anexar o Uruguai e, depois, seria a vez de acertarem as contas com o Paraguai, devido às questões pendentes de fronteiras.

Ao tomar conhecimento do ultimato brasileiro entregue ao governo uruguaio, o governo do Paraguai protestou, formalmente, em 30 de agosto, afirmando que se ocorresse qualquer invasão de território uruguaio pelo Brasil ela seria atentatória ao equilíbrio da região do Rio da Prata, que era do interesse paraguaio, “como garantia de sua segurança, paz e prosperidade”⁸ e que, portanto, ele não se responsabilizaria pelas consequências que daí viessem a ocorrer⁹. Essa ameaça não foi percebida, pelo Brasil e pela Argentina, como o prenúncio de uma horrível guerra. A qualidade das infor-

mações sobre o Paraguai, em ambos os países, era péssima, apesar de manterem serviços diplomáticos permanentes em Assunção. Possivelmente, faltasse aos diplomatas capacidade de avaliação de ameaças militares. Somente em agosto de 1864, o novo agente diplomático brasileiro em Assunção, o Ministro Viana Lima, relatou atitudes hostis de autoridades paraguaias, manifestações populares organizadas e ameaças de ações militares contra o Brasil.

Enquanto isso, no Uruguai, Tamandaré exigiu do governo uruguaio a total imobilização de seus navios de guerra, no que foi obedecido quanto ao Vapor *General Artigas*. Mandou, em 22 de agosto, uma divisão de sua Força Naval, composta por três navios (*Jequitinhonha*, *Araguari* e *Belmonte*) para Paissandu (onde a *Belmonte* já estava), com a finalidade de atuar no Rio Uruguai. Cabia ao comandante desta divisão, Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Pereira Pinto, além de exigir das autoridades uruguaias ao longo do rio a promessa de que respeitariam os brasileiros residentes na região, obter, também, a imobilização do Vapor *Villa del Salto*. No dia 24 de agosto, Pereira Pinto encontrou o *Villa del Salto* junto à foz do Rio Negro, descendo o Rio Uruguai, e intimou-o a parar. O navio de guerra uruguaio não obedeceu, fez a volta e escapou subindo o rio, apesar de um tiro de advertência¹⁰. Mais tarde, em um novo encontro, desta vez com as Corvetas *Jequitinhonha* e *Belmonte*, o *Villa del Salto* foi encalhado propositadamente e depois incendiado por sua tripulação¹¹.

No dia 25 de agosto, aniversário da independência da República Oriental,

os navios brasileiros em Montevideú embandeiraram e salvaram, cumprindo o cerimonial em homenagem a essa República¹². Procuraram assim mostrar que não agiam contra o Uruguai e que tinham intenções pacíficas.

Em 29 de agosto, Tamandaré expediu ofício para o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Nele, relatou que explicara aos seus comandantes de navio que a missão era exclusivamente obter satisfações do governo uruguaio pelos agravos sofridos por brasileiros, bem como obter garantias para eles e para seus bens. Não havia a intenção, continuou, de molestar habitantes pacíficos, nem de humilhar a soberania do Uruguai. Também teceu considerações sobre possíveis represálias, de que só convinha exercê-las no que afetasse imediatamente esse a governo e que, portanto, tinha, até então, se limitado a pressões morais para lhe tirar o prestígio, sem ofender os particulares. Comentou, em seguida, que um procedimento contrário poderia levar a uma guerra declarada, para a qual não se julgava preparado, “com o risco de reunir as duas bandas do Rio da Prata contra nós.”¹³ Referia-se ao Uruguai e à Argentina.

Em 30 de agosto, o governo uruguaio enviou nota à legação diplomática brasileira, reclamando a ação contra o *Villa del Salto*. Acusava os brasileiros de terem dado o primeiro tiro e de terem impedido que esse navio socorresse Mercedes, que resistia ao assédio das tropas *coloradas*, favorecendo, portanto, a ação de Venâncio Flores, que se apoderara desse povoado. Juntamente com a nota, enviava os passaportes à legação, dando-lhe 24 horas para que ela deixasse o território uruguaio¹⁴.

¹⁰ ANTUNES, op. cit. p. 131.

¹¹ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 1v. p. 310.

¹² Ibidem. p. 309.

¹³ ANTUNES, op. cit. p. 42.

¹⁴ FRAGOSO, op. cit. p. 132.

⁸ ANTUNES, op. cit. p. 199.

⁹ DORATIOTO, op. cit. p. 59.

Rompam-se, formalmente, as relações diplomáticas com o Brasil.

A imobilização dos navios de guerra uruguaios, sem dúvida, favoreceu Flores, que se aproveitou da situação. Segundo o futuro Visconde do Rio Branco, falando ao Senado, “ainda que o governo imperial não o queira, nas circunstâncias atuais em que se acha a república, a sua ação coercitiva há de traduzir-se em auxílio à revolução”¹⁵. Não era somente ele que, no Rio de Janeiro, criticava a ação diplomática no Uruguai. O próprio Marquês de Caxias, também político do Partido Conservador, na oposição, não era favorável¹⁶.

Flores, habilmente, pediu explicações a Tamandaré sobre o incidente do *Villa del Salto*, no que foi satisfeito. Tamandaré lhe enviou um ofício em que explicou o ocorrido e declarou não ter intenções de ofender a bandeira uruguaia. Aliás, estava disposto a salvá-la com 21 tiros, se assim fosse solicitado. Este ofício, porém, criava um novo problema, pois Flores não era ainda reconhecido como beligerante pelo Brasil. Ele, sem autorização, estava se aproximando de Flores e, sem dúvida, sua ação favorecia a causa dos *colorados*.

Cabe observar que Tamandaré estava em uma difícil situação de comando e imerso em uma crise de grandes proporções – “o modo de fazer as represálias tinha ficado ao arbítrio do almirante”¹⁷, como, mais tarde, declarou o Visconde do Rio Branco –, mas suas decisões estavam sempre coerentes com o que afirmou em seu ofício de 29 de agosto, citado anteriormente. Ele estava prejudicando o governo uruguaio, com o propósito de obter as satisfações desejadas pelo Brasil.

Os *blancos*, no entanto, provavelmente julgando que teriam apoio externo, possivelmente do Paraguai, continuavam evitando o diálogo e contribuindo para o agravamento do conflito.

Em 7 de setembro, o governo imperial expediu ordens a Tamandaré para que Paissandu, Salto e Cerro Largo fossem ocupadas e, também, que Flores e os *colorados* fossem reconhecidos como parte beligerante. Era, também, a ratificação de suas ações até aquele momento.

Em 27 de setembro, em outro ofício ao ministro de Negócios Estrangeiros, Tamandaré reportou ter enviado através do Pacote *Marquês de Olinda*, que passara por Montevidéu, com destino à Província de Mato Grosso, informações sobre o que se passava no Uruguai para que o ministro brasileiro em Assunção tivesse subsídios para suas explicações ao governo paraguaio. Solicitou, também, reforços para enfrentar o Paraguai, na hipótese de se concretizarem hostilidades desse país. Verifica-se que Tamandaré era um dos poucos que viam seriamente a ameaça paraguaia.

Em 11 de outubro, ele oficiou às autoridades diplomáticas estrangeiras residentes em Montevidéu que o governo imperial determinara que o território uruguaio ao norte do Rio Negro fosse ocupado, como represália, até que se obtivessem garantias e satisfações do governo uruguaio. Solicitava, também, que os navios de suas bandeiras não transportassem equipamentos, munições e tropas nas costas do Uruguai e nos rios para o governo de Aguirre. Os diplomatas rejeitaram, corretamente, essa solicitação, principalmente porque não

havia uma declaração de guerra ou de bloqueio a respeitar¹⁸.

Tamandaré, em seguida, determinou o bloqueio de Paissandu e Salto, após estabelecer, em 20 de outubro, um pacto de cooperação com Flores. Ele via em Flores um aliado necessário, pois sabia não poder contar, tão cedo, com o apoio do Exército Brasileiro, ainda se concentrando na fronteira. O Pacto de Santa Lúcia se fez através de cartas. Na carta dirigida a Flores, Tamandaré declarou:

... creio que V.Ex.^a avaliará o quanto eficaz é o apoio que lhe garanto debaixo de minha responsabilidade, o qual se traduzirá imediatamente em fatos, que reconhecerá nele mais uma prova da simpatia do Brasil pela República Oriental, a cujos males estimaria pôr termo, concorrendo para constituir o governo que a maioria da nação deseja e que só encontra oposição num reduzido número de cidadãos.¹⁹

Flores prometeu que daria “condigna reparação em tudo quanto for justo e eqüitativo, estiver em harmonia com a dignidade nacional e não for obtido como uma conseqüência natural e forçosa do triunfo da revolução.”²⁰ Cabe observar que, sem esse acordo, ambos não teriam condições para vencer a luta.²¹

Em 12 de outubro, uma brigada do Exército Brasileiro, comandada pelo Brigadeiro José Luis Mena Barreto, penetrou em território uruguaio, pela fronteira do Rio Grande do Sul e atacou a Vila de Melo, expulsou os defensores, e entregou-a aos *colorados*. Foi uma ação isolada, pois somente ao final de novembro o Exército Brasileiro teria condições de efetivar a invasão.

A notícia dessa invasão chegou ao Paraguai em 25 de outubro e o representante

do governo uruguaio solicitou providências de Solano López, que disse não saber ainda do fato por meios oficiais. Mas, em 11 de novembro, o Vapor *Marquês de Olinda* foi capturado pelo governo paraguaio poucas horas depois de partir de Assunção para a continuação de sua viagem. Criava-se uma situação em que o Paraguai interpretava que o Brasil havia lhe agredido ao invadir o Uruguai, como conseqüência do que alertara no protesto paraguaio de 30 de agosto. Em sua nota à legação britânica, o governo paraguaio explicou que, ao capturar o *Marquês de Olinda*, havia “respondido às hostilidades iniciadas pelo Brasil sem prévia declaração de guerra”²². Seguiu-se a invasão do Sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul por tropas paraguaias. Estava iniciada a guerra com o Paraguai, que ocorreria por longos cinco anos, transformando-se no segundo conflito mais sangrento das Américas, somente superado pela Guerra Civil Americana (1861-1865), que ainda não terminara.

O Paraguai vinha se armando seriamente desde o início de 1864 e o país estava mobilizado para uma guerra. O Exército tinha efetivos superiores aos dos países vizinhos e López contava com o possível apoio dos *blancos* uruguaios e dos partidários argentinos de Urquiza. Deveria ter esperado alguns meses, pois receberia mais armamento e navios encouraçados (*ironclads*) que havia encomendado no exterior. O estado precário em que se encontrava o Exército Brasileiro, diminuído, despreparado, com dificuldades até para intervir no Uruguai, e a inexistência de navios encouraçados na Marinha do Brasil capazes de enfrentar as fortificações existentes no Rio Paraguai com algumas chances de bom êxito, demonstravam,

¹⁵ RIO BRANCO, op. cit. p. 310.

¹⁶ DORATIOTO, op. cit. p. 65.

¹⁷ RIO BRANCO, op. cit. p. 310.

¹⁸ Ibidem. p. 312 e 313.

¹⁹ FRAGOSO, op. cit. p. 144.

²⁰ RIO BRANCO, op. cit. p. 3131 e 314.

²¹ DORATIOTO, op. cit. p. 63 e 64.

²² Ibidem. p. 66.

no entanto, um perigoso desequilíbrio de Poder Militar que deve ter influído fortemente em sua decisão precipitada. Poderes militares despreparados podem levar ao emprego da força no confronto de interesses nacionais de diferentes países. Em minha opinião, essa imprevidência do Império foi uma das causas da passagem de uma situação de paz, onde os conflitos de interesses são principalmente disputados por diplomatas, com a contribuição, porém, de elementos de todos os campos do Poder Nacional, para uma de guerra, onde prevalecem os meios violentos do Poder Militar. López arriscou perigosamente o futuro de sua pátria ao decidir pela guerra, com resultados futuros desastrosos.

No Uruguai, Flores e Tamandaré começaram pela ação contra Salto, sitiando-a em 28 de novembro. No mesmo dia, à tarde, os defensores se renderam e entregaram a vila. Julgou, então, Tamandaré que, devido ao efeito moral da rendição de Salto, convinha, imediatamente, obrigar Paissandu a se render²³.

Passaram para Paissandu, onde iniciaram as operações em 3 de dezembro. No dia seguinte, o Coronel Leandro Gomes, que comandava a defesa de Paissandu, repeliu a tiros a proposta de rendição. Após o bombardeio pelos navios e o primeiro ataque, encontrando forte resistência, Tamandaré e Flores decidiram esperar pelas tropas do Marechal João Propício Mena Barreto, que se aproximavam. O Exército Brasileiro começara a efetuar a transposição da fronteira em Pirai Grande, em 25 de novembro, e Mena Barreto chegou a Paissandu em 29 de dezembro, acampando nas imediações.

Em 31 de dezembro, efetuou-se o segundo ataque a Paissandu; após forte

bombardeio, a luta continuou dentro da cidade, combatendo-se nas ruas. No dia seguinte, Tamandaré rejeitou o pedido de Leandro Gomes para cessar-fogo por oito horas, para enterrar os mortos e socorrer os feridos. Continuou a luta, sem trégua, até vencer, pois acreditava que em oito horas já teria tomado a cidade e não podia dar tempo ao inimigo para se fortificar.

Os brasileiros aprisionaram Leandro Gomes ao fim dos combates. Alguns dos uruguaios de Flores solicitaram aos brasileiros para lhes entregarem esse prisioneiro, o que foi concedido por concordância do próprio Leandro Gomes. Recebeu-o o Coronel Goyo Suarez, cuja família, anteriormente, fora vítima das crueldades do próprio Leandro Gomes. Poucos momentos depois, soube-se que os uruguaios haviam fuzilado o prisioneiro, juntamente com outros oficiais. Tamandaré ficou indignado e, em comum acordo com Flores, providenciou para que todos os outros prisioneiros fossem imediatamente libertados.²⁴

Segundo o futuro Visconde do Rio Branco, Leandro Gomez não deveria ser fuzilado daquela forma, mas poderia, então, ser submetido a um conselho de guerra e sentenciado à morte, mesmo pelo que fizera em Paissandu, tratando cruelmente prisioneiros e mostrando as cabeças degoladas de soldados brasileiros.²⁵

Como resposta à violência do bombardeio e do ataque a Paissandu, o governo de Aguirre considerou rompidos todos os tratados com o Brasil. Em 18 de dezembro, esses tratados foram queimados, em cerimônia pública em uma praça de Montevidéu (Praça da Independência), na presença do presidente da República e de outras autoridades.

Além desses atos, Aguirre decidiu

enviar uma coluna uruguaia para invadir território brasileiro no Rio Grande do Sul. O comando dessa incursão coube ao General Basílio Muñoz, que contava com 1.500 homens. Em 27 de janeiro de 1865, ele cruzou o Rio Jaguarão e atacou a cidade do mesmo nome. Saquearam, incendiaram casas e se apossaram de gado e escravos, retornando ao território uruguaio.

Com a saída de Saraiva e, depois, dos diplomatas brasileiros do Uruguai, era necessário preencher o vazio existente. Resolveu o governo imperial designar, em novembro, José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, pai do futuro Barão do Rio Branco, para preencher esse vazio. Segundo o próprio Paranhos, as instruções que recebeu do governo continham a única política possível para a situação existente: manter a aliança com a Argentina e tentar obter sua participação no conflito; e ter como base, para pacificar o Uruguai e resolver as pendências, a aliança com Flores. Em discurso no Senado, em 5 de junho de 1865, do Visconde do Rio Branco declarou que a “garantia mais satisfatória para os interesses brasileiros seria que de nossa intervenção resultasse ficar na Presidência da República o nosso aliado, o General Flores”²⁶.

Não conseguindo obter a participação da Argentina, que manteve sua neutralidade, e tendo-se concluída a vitória em Paissandu, Paranhos tratou de reconhecer Flores, formalmente, como beligerante e declarou a intervenção armada do Brasil, para pacificar a República Oriental. Regularizou, em seguida, oficialmente, através de notas para o governo argentino e para os diplomatas estrangeiros no Rio da Prata, as atitudes tomadas pelo Brasil no Uruguai.

Tamandaré, Flores e Paranhos combinaram, em seguida, avançar para Montevidéu. Nos primeiros dias de fevereiro de 1865, Montevidéu estava cercada por terra e por mar. Cabe observar, porém, que as forças eram insuficientes para o assédio, como o próprio Mena Barreto observou.²⁷

As primeiras tentativas de evitar o ataque a Montevidéu através de uma mediação argentina fracassaram. O governo uruguaio considerou essa possível mediação como parcial, não a aceitou e declarou que poderia e deveria resistir.²⁸

Totalmente desamparado por López, que dirigira, em 13 de dezembro de 1864, as tropas paraguaias para invadir o atual Estado de Mato Grosso do Sul, onde havia a região em litígio, Aguirre apelou para o corpo diplomático estrangeiro sediado em Montevidéu. Por essa altura, a única ajuda possível seria através de mediação e alguns diplomatas começaram a se entender com Paranhos.

Tamandaré reconhecia que não se deveria bombardear Montevidéu e buscou uma solução pacífica e ao mesmo tempo honrosa. Prorrogou as ações diversas vezes. O cerco por terra também não se estreitou, na esperança de que o ataque não se precipitasse; as tropas mais avançadas eram, em geral, forças subordinadas a Flores. O General Osório avaliava que se perderiam uns dois mil homens para atacar e obter uma vitória decisiva. De Montevidéu, no entanto, saíam guerrilhas que tinham que ser freqüentemente enfrentadas.²⁹

Em 9 de fevereiro, em Montevidéu, uma bandeira brasileira, supostamente capturada por Muñoz em Jaguarão, foi levada pelas ruas, com banda de música, sendo pisoteada e arrastada no chão, com a presença do ministro da Guerra

²³ SCHNEIDER, Louis; NOGUEIRA, Manoel Thomaz Alves; RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai) contra o governo da República do Paraguai: (1864-1870). São Paulo: Edições Cultura, 1945. 1t. p. 84.

²⁴ FRAGOSO, op. cit. p. 150.

²⁵ RIO BRANCO, op. cit. p. 341.

²⁶ Ibidem. p. 318 e 319.

²⁷ FRAGOSO, op. cit. p. 154.

²⁸ RIO BRANCO, op. cit. p. 335.

uruguaio. Fez-se isso de forma que navios da Força Naval brasileira vissem parte do espetáculo. Havia entre os *blancos* pessoas fanatizadas, que odiavam a intervenção brasileira. É até possível que vissem, no bombardeio de Montevideu e no caos que sofreriam, uma forma de envolver os interesses de nações européias no conflito para conseguir uma intervenção externa que lhes assegurasse sua continuidade no poder.

Em 15 de fevereiro, terminou o mandato de Aguirre. Tomás Villalba foi eleito presidente do Senado, representando um grupo que era favorável à paz. Ele também assumiu a Presidência da República.

Em 16 de fevereiro, Paranhos foi surpreendido por uma proposta para início de negociações de paz, intermediada pelo Ministro Rafael Ulysses Barbolani, representante da Itália. Villalba queria negociar uma solução pacífica e ser reconhecido como governo legal pelo Brasil e por Flores.

Resolveu Paranhos que a capitulação de Montevideu deveria ser negociada por ele, conjuntamente com Flores. Acreditava que não era adequado obter a rendição da cidade e, depois, passá-la para Flores. A aceitação de Villalba como presidente não era desejável e ele mesmo reconheceu ser impossível sua permanência. No dia 20 de fevereiro de 1865, assinaram o Convênio de Paz, Flores, Paranhos e o Senador Manuel Herrera y Obes, pelo governo do Uruguai.

No dia 21 de fevereiro, as forças de Flores entraram na cidade. No dia seguinte, entraram as do Brasil. E no dia subsequente, Flores fez sua entrada solene. Ele assumiu, em seguida, a Presidência da República.

Houve, no entanto, um conflito entre Paranhos e Tamandaré. Tamandaré era o comandante-em-chefe das operações e se sentia posto de lado por Paranhos, que assumira a parcela política e praticamente não lhe consultava. Ele queria um desagravo pelo que os *blancos* haviam feito à bandeira nacional, em 9 de fevereiro, e, também, punições severas pela queima dos tratados em praça pública, com presença e participação de autoridades uruguaias. Tamandaré chegou a pedir demissão, expressando suas opiniões por escrito.

O Convênio de Paz negociado por Paranhos também não satisfez a todos os brasileiros por não ter exigido punições pelas ofensas ao Brasil ocorridas no final do governo de Aguirre. Houve reação popular brasileira à tolerância de Paranhos quando se tornaram públicos, no Rio de Janeiro, os termos do Convênio. O ministro dos Negócios Estrangeiros propôs a demissão de Paranhos ao Imperador e, em 3 de março, o futuro Visconde do Rio Branco foi demitido em decreto assinado por D. Pedro II. Segundo Doratioto, “para a demissão de Paranhos, teve maior peso o aspecto político e a opinião pública do que sua divergência com Tamandaré.”³⁰ Cabe observar que o gabinete era liberal e Paranhos conservador.

Mais tarde, Paranhos, em discurso no Senado a cinco de junho de 1865, justificou suas decisões³¹, mostrando que, do modo que agira, atingira o propósito maior de resolver o problema uruguaio de forma definitiva, para que o Brasil pudesse se dedicar totalmente ao conflito com o Paraguai, já iniciado, ter o país como aliado e utilizar seu território como base de operações.

A ação de Tamandaré no comando

da intervenção brasileira no Uruguai foi eficaz. Em poucos meses, resolutamente, agiu com a violência que a situação exigia e cumpriu sua missão, empregando os meios militares de que dispunha. É provável que a tolerância de Paranhos com os vencidos, mal vista no século XIX, por muitos, também tenha levado ao melhor resultado possível.

As experiências durante a vida de uma pessoa são muito importantes para orientar suas atitudes. Tamandaré, até 1864, já havia participado ativamente de dois conflitos externos, a Guerra de Independência e a Guerra Cisplatina. No primeiro, a ação rápida e eficaz de Cochrane no comando da Esquadra brasileira levou, em cerca de oito meses, à adesão de todo o território brasileiro à causa da Independência. No segundo, a indecisão da luta em terra e o prolongamento da guerra fizeram com que se buscasse a arbitragem externa, com resultados apenas parcialmente satisfatórios em relação ao que o Brasil desejava na época. Cabia-lhe, portanto, agir rápida e eficazmente na Campanha Oriental, como lhe apontava, corretamente, sua experiência pessoal.

²⁹ Ibidem. p. 353 e 354.

³⁰ DORATIOTO, op. cit. p. 77.

³¹ RIO BRANCO, op. cit. p. 299-406.

A análise do herói

Joaquim Marques Lisboa: um ser humano

José Maria do Amaral Oliveira

Almirante-de-Esquadra (Ref^o), ex-Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Introdução

Diferentemente do que ocorre em outras nações quanto àqueles indivíduos que se destacaram nos eventos navais em proveito de uma causa nacional, pouco tem sido publicado ou comentado na ambiência da sociedade brasileira, em suas devidas proporções, sobre Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha.

Proporia que a obra de José Francisco de Lima representa, possivelmente, um dos raros documentos que descreve minuciosamente o “perfil histórico” de um ser humano que teve uma presença significativa na evolução do nosso Poder Naval a partir das primeiras décadas da Independência, contribuindo particularmente por seus feitos para o que somos hoje como nação.¹

É verdade, todavia, que, no âmbito da Marinha do Brasil, documentos oficiais e artigos publicados em nossas revistas tradicionais procuram realçar aqui e ali os feitos de Tamandaré em todos os seus detalhes, caracterizando-o como o exemplo a ser seguido quanto ao que deveria ser o “profissional do mar” brasileiro. Esse é, talvez por seu formato, dentre vários aspectos, o método tradicional de “escrever” História.

Recentemente, todavia, no contexto do modelo da Nova História, procura-se destacar especialmente as circunstâncias que provocaram os feitos significativos de um ser humano, suas decisões e o seu

procedimento.

Por outro lado, é válido reconhecer e aceitar que, na convivência entre as sociedades humanas por efeitos do etnocentrismo, da imitação ou de um desejo de afirmação, procura-se criar exemplos que se assemelhem àqueles de outros povos vitoriosos em suas singraduras; assim sendo, torna-se imprescindível copiar “modelos”, ou imaginar algo em termos de um ser humano que produza os efeitos desejados.

Não me parece que este seria o caso de nosso Patrono. Em si, ele é um modelo único e distinto, diferenciando-se sob vários aspectos daqueles outros seres humanos que mereceram ser realçados pelos diferentes Poderes Navais.

Parece-me interessante observar, por exemplo, que o evento da Batalha do Riachuelo – a Data Magna da Marinha – não contou com a presença física do chefe naval brasileiro que intitulamos como nosso Patrono, algo distinto em relação à participação de um Nelson em Trafalgar, ou de John Paul Jones nos eventos decisivos das Guerras da Independência dos Estados Unidos.

Mesmo assim, por consenso de nossos antecessores e iniciativa de Alexandrino Faria de Alencar, em 4 de setembro de 1925 foi instituído o Dia do Marinheiro, 13 de dezembro, data do nascimento de Joaquim Marques Lisboa, “por ele representar a figura de maior destaque dentre os

¹ LIMA, José Francisco. Marquês de Tamandaré – Patrono da Marinha. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999.

ilustres oficiais da Marinha que honraram e elevaram a sua classe”.

Para o brasileiro comum e até mesmo para aqueles responsáveis pelos destinos de nossa nação, no passado e no presente, os mares e oceanos *infelizmente* (o grifo é meu) nada mais significaram, ou significam, no passar do tempo do que aquela imensa superfície líquida que vemos da beira das praias, como uma oportunidade para o lazer.

De quando em vez, por circunstâncias aleatórias, o mar representou para nós a ambiência imprescindível para a conquista de um objetivo nacional e, até mesmo, para a preservação de nossa própria sobrevivência como nação soberana e indivisível. Foram momentos fortuitos, sem a necessária continuidade, visando, como precaução lógica, a uma ação de presença permanente e com credibilidade nas áreas marítimas de nosso interesse.

Joaquim Marques Lisboa, desde os primeiros anos de sua juventude e até o seu falecimento, sete décadas mais tarde, dedicou sua vida ao aprendizado e à prática de ações marinheiras visando à consecução dos legítimos interesses nacionais.

Sem propósitos ocultos, ou arroubos de heroísmo fúteis, sem exigir louvores ou recompensas materiais, souberam combater quando foi necessário; soube comandar com perícia em situações difíceis. Soube, ainda, orientar a estruturação de um Poder Naval brasileiro e dela participar e, especialmente, manteve-se fiel à ordem instituída na qual acreditava.

Até mesmo quando já afastado das lides navais por circunstâncias normais da carreira, soube manter com dignidade a imagem merecida por seus feitos, passando a representar um marco de referência para aqueles que continuavam no serviço ativo ou iniciavam sua vida na Marinha.

Não creio ser possível afirmar que existissem, nas primeiras décadas do século XIX, os germes de uma mentalidade marítima genuinamente brasileira, uma condição que se tornava mais evidente, naquela época, no litoral sul de nosso atual território, que é uma das áreas mais inóspitas para atividades marítimas devido às suas características naturais.²

Outras causas poderiam ser apontadas para a ausência dessa mentalidade marítima, dentre elas o processo colonizador a nós imposto que restringia qualquer iniciativa nativa para expandir os seus horizontes e interesses comerciais a outras áreas do Oceano Mundial.

Ainda assim, do sul brasileiro surgiu um legítimo homem do mar, Joaquim Marques Lisboa. Vocação ou destino? Circunstâncias aleatórias ou influências ambientais?

Proponho que uma resposta aceitável poderia ser encontrada se examinarmos, sob diferentes enfoques, o cenário predominante na época e no local de seu nascimento; as influências que podem ter orientado sua carreira; e, principalmente, a sua visão educada quanto aos interesses de uma nação sendo estruturada particularmente na chamada Região do Prata. E, sob este aspecto, uma clara demonstração do que entendemos por patriotismo.

Sem dúvida, o ser humano, desde o seu nascimento, é influenciado pelo seu entorno. Aquilo que ouve, o que percebe, a ambiência em que inicia sua trajetória na vida, sua própria interpretação dos eventos de que participa, isso tudo modela o seu raciocínio, alimenta os seus sonhos na juventude e orienta o seu pensar quanto ao futuro.

A Província do Rio Grande do Sul

Certamente o sul brasileiro pode

nos transmitir de maneira bem nítida o significado de fronteira: aquela linha obviamente caracterizada por um acidente geográfico, ou definida por um povoamento ocasional que se transforma em permanente e admite, com o passar do tempo, por consenso de seus partícipes, que aquela parcela de um território representa o suficiente para sua sobrevivência e seu progresso.

Se levarmos em conta o Tratado de Tordesilhas, é possível afirmar que, no seu limite norte, Portugal, já em 1615, havia sobrepujado quaisquer reações espanholas e, progressivamente, passou a ocupar, até certo ponto pacificamente, o que hoje representa a nossa Amazônia.³

O mesmo não ocorreu quanto ao limite sul. A partir da Ilha de Santa Catarina e até o estuário do Rio da Prata, no transcorrer dos séculos XVII e XVIII, interesses econômicos, de expansão e de soberania caracterizaram a existência de uma fronteira fluida cuja delimitação não dependia exclusivamente do resultado de um confronto e uma acomodação entre povos de mesma origem. Ainda que Portugal e Espanha fossem os atores principais naquele cenário, existiram outros partícipes que também exerciam uma influência significativa.

A Grã-Bretanha, por exemplo, sempre interessada em estabelecer uma presença física e permanente na região, agia “diplomaticamente”, visando a obter vantagens que no final poderiam transformar o seu sonho em realidade. Se de um lado os espanhóis eram costumeiramente os inimigos a serem vencidos, de outro as convenientes e permanentes alianças da Grã-Bretanha com Portugal restringiam o emprego deliberado do Poder Naval britânico para proporcionar uma ocupação

territorial. O movimento expansionista português representava, por sua vez, uma realidade sempre presente, levando os bandeirantes paulistas, comandados, por exemplo, por Antônio Velho, a penetrar cada vez mais naquela região.

Existia a influência dos contrabandistas quanto à prata oriunda do Peru e que fluía através dos rios até Buenos Aires. Para eles, a nacionalidade não possuía grande importância e o lucro representava a sua bandeira⁴.

Ocorria a participação dos nativos desde 1607, com a instalação da Província Jesuítica no Paraguai, e até 1768, ano da expulsão da Companhia de Jesus da região platina, uma situação interessante e inédita, uma vez que, teoricamente, os jesuítas deveriam contribuir para a colonização daquela imensa área em benefício da Espanha quando, na realidade, eles tinham o seu próprio entendimento no tocante ao trato e uma pseudo-organização dos indígenas.

Foram as incursões portuguesas, por meio dos bandeirantes, que provocaram o retraimento das missões jesuíticas para as proximidades de Assunção e a área norte da Argentina. Somente quando a reação espanhola conseguiu deter a expansão luso-brasileira, a fronteira estabilizou-se precária e temporariamente.

A implementação, em 1680, de um núcleo de colonização lusa na margem norte do Rio da Prata, a Colônia de Sacramento, marcou na época o limite do avanço português.

O objetivo dessa fundação era triplo: controlar a margem norte do Rio da Prata, as terras da chamada Banda Oriental e a Capitania del-Rei. Com isso, ficaria assegurada em benefício de Portugal a manutenção do comércio de contrabando entre

³ O Acre é um caso a parte.

⁴ A despeito de Buenos Aires ser uma posse espanhola, seu crescimento e sua importância como cidade deveu-se muito mais às conveniências dos contrabandistas do que à presença soberana da Espanha.

o Brasil e Buenos Aires, especialmente da prata amoedada do Peru e do couro. Uma atividade comercial altamente benéfica para a coroa portuguesa.⁵

Ao mesmo tempo, as Sete Missões jesuíticas fixavam-se nas margens do Rio Uruguai. Estas entretanto iriam desaparecer diante das pressões externas exercidas pelo reinado português (e especialmente Pombal), para o qual as Missões representavam um obstáculo ao expansionismo pretendido, e também pela própria sociedade hispano-americana, como uma medida necessária aos seus interesses.

As Sete Missões teriam sua existência interrompida pelo Tratado de Madri (1750) e seu ponto final com a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses e espanhóis em 1768.⁶

A partir do final do século XVII e início do século XVIII, passou a existir uma crescente diferenciação no uso da terra entre a agricultura e a pecuária e, por via de consequência, nos hábitos de seus habitantes.

Se de um lado a erva-mate, oriunda principalmente do Paraguai, representava um excelente produto para exportação e se a prata contrabandeada proporcionava lucros substantivos, de outro nasceu o interesse pela caça do gado bovino e de eqüinos que haviam sido introduzidos pelos espanhóis naquela região no início da colonização.

Espanhóis, portugueses, índios charruas e os missionários aproveitaram-se da abundância dessas espécies para a extração do couro, para a tração das viaturas

⁵ Ver: PADUIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001; e KERN, Adão Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

⁶ O ilustre professor Miguel Reale realçou, em uma de suas análises, a importância do Tratado de Madri para o que somos hoje. Ver PADUIN, op cit.; e *Revista Marítima Brasileira*, vol. 125, nº 04/06; abril/junho de 2005.

⁷ Ver PADUIN, op. cit. Pampa, na língua quichua, significa planície. É a região que inclui parcelas dos territórios de Argentina, Brasil e Uruguai. Segundo Paduin, “os gaúchos, ou gaudérios, são uns moços nascidos em Montevideu nos vizinhos pagos. Pobres camisas e pior vestidos, procuram cobrir-se com um dos ponchos que fazem cama com o ‘xairel’ de lã dos cavalos servindo-lhes de almofada e sela. Possuem uma guitarra e aprendem a tocar muito mal e a cantar destoadamente várias estrofes que deformam e muitas que tiram de sua cabeça, que regularmente falam de amores...” Esta é uma tradução de Paduin de um trecho do artigo de Pablo Banco Azevedo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai*, 1922.

e para sua própria movimentação.

O contato aleatório entre esses grupos humanos criou hábitos culturais e, principalmente, sociais peculiares, que se manifestavam com maior nitidez nos “naturais” que lá nasceram.

Pode-se afirmar que, entre os desbravadores daquela área, muitos eram desertores dos Exércitos português e espanhol, fugitivos da justiça e negros escravos que se misturavam e somavam-se aos indígenas. Os frutos da mestiçagem fizeram com que surgisse um novo elemento social, que passou a ser denominado de “gaúcho”, ou “gaudério”, e que era o habitante natural dos “pampas”.⁷

A fundação de Montevideu, em 1724, representou um marco do início regular da ocupação espanhola de uma importante parcela do território platino que, do sul ao norte, se estendia do Prata à imprecisa fronteira com os portugueses; e de leste a oeste, do Atlântico ao Rio Uruguai. Foi uma decisão estratégica visando à interrupção do expansionismo luso e ao estabelecimento lógico de uma posse territorial no sentido de que a criação de uma cidade – e, principalmente, um porto oceânico – dava origem a uma jurisdição ao seu redor e proporcionava incentivos para uma posterior ocupação das áreas circunvizinhas.⁸

Montevideu praticamente se converteu, em pouco tempo, em um centro distribuidor dos produtos derivados da pecuária existente naquela região.

Em 1778, a abertura do comércio

⁸ Ver PAMPLONA, Marco; MADER, Maria Elisa (org). *Revoluções de Independências e Nacionalismos nas Américas*, (vol 1). São Paulo: Paz e Terra, 2007.

provável expansionismo britânico) favoreceu tanto Buenos Aires como Montevideu, acentuando também as desavenças com a presença portuguesa. Uma de suas consequências, de valor significativo, foi que Montevideu tornou-se o porto do monopólio do comércio de escravos na América do Sul.

A rivalidade entre Montevideu e Buenos Aires por razões basicamente econômicas tornou-se, portanto, quase inevitável, fazendo com que, em 1808, cada uma dessas cidades reagisse de modo diferente às notícias da crise na Espanha – uma crise provocada pelo enfrentamento das pressões irresistíveis por parte de um imperador francês que naquele momento decidia a seu critério os destinos das comunidades do Velho Continente.

As decisões de Napoleão quanto à Península Ibérica exerceram uma influência marcante, e até certo ponto decisiva, nos destinos da região Sul do Brasil, arduamente disputada por portugueses e espanhóis.

A rivalidade entre Buenos Aires e Montevideu em termos econômicos, por outro lado, transformou-se em problema permanente e assumiu, a partir de 1808, características de franca hostilidade. Uma rivalidade da qual, supostamente, se beneficiavam os “gaúchos” aqui e ali, na exploração aleatória dos recursos disponíveis nas terras daquela área.

Muitas vezes, as iniciativas dos coloniais portugueses e espanhóis contrariavam as determinações políticas de seus governos, visando muito mais a obter vantagens econômicas locais do que à consecução dos interesses dos dois reinos. Tal condição propiciava o aparecimento de um sentimento de independência,

sempre com a presença e participação dissimulada britânica a insuflar este ou aquele, em proveito da ampliação de sua influência. Essa tarefa foi facilitada pelo reconhecimento local de que as duas sedes de governo na Península Ibérica sofriam as pressões francesas e, assim sendo, as determinações oriundas da Europa careciam de autenticidade e de motivações lógicas.

Por certo, este foi o cenário percebido por Francisco e Antônio, entre os Marques de Abreu que chegaram ao Brasil por volta de 1775 e escolheram o Rio Grande do Sul como o seu local de residência. Enquanto Antônio preferiu permanecer em Porto Alegre, Francisco foi residir inicialmente em Pelotas e, em 1800, transferiu-se para a vila do Rio Grande. Decisões perfeitamente lógicas, se levarmos em conta que a expansão portuguesa para o sul proporcionava inúmeras oportunidades para aqueles com capacidade suficiente para a exploração organizada dos recursos da região.

Sem dúvida, Francisco possuía dotes naturais e um preparo intelectual que possibilitaram o seu sucesso na ambiência comercial. Mais importante do que isso, todavia, foi sua clara percepção quanto à importância do tráfego marítimo para o intercâmbio de bens. Das observações de José Francisco de Lima, pode-se deduzir que ele avaliou inteligentemente a importância da utilização das rotas marítimas interligando basicamente Montevideu, Buenos Aires, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, uma utilização que, se de um lado era facilitada pela existência da Lagoa dos Patos, defrontava-se, por outro lado, com um obstáculo natural que dificultava o acesso aos povoamentos da província: a barra do Rio Grande. Por certo, na

⁸ Ver PAMPLONA, Marco; MADER, Maria Elisa (org). *Revoluções de Independências e Nacionalismos nas Américas*, (vol 1). São Paulo: Paz e Terra, 2007.

ampliação de seus interesses comerciais, ele soube identificar as deficiências e carências daqueles responsáveis pela orientação e proteção, quando necessário, das embarcações que demandavam a barra do Rio Grande. A linha de ação por ele adotada para solucionar o problema, que também o afetava, demonstra claramente suas inteligência, iniciativa e determinação, qualidades que soube transmitir aos seus filhos.

Mais significativo, todavia, por suas conseqüências em nosso benefício como expressão militar, ele criou um ambiente familiar que, sem dúvida, influiu na formação profissional de seus descendentes.⁹

Joaquim Marques Lisboa, a meu ver, representa, sob este aspecto, uma exceção nesse processo educacional. Ainda que sempre tivesse demonstrado uma acentuada inclinação para as artes marinheiras, pode-se deduzir das observações de José Francisco de Lima que seu pai não pretendia aceitar facilmente seu ingresso no serviço naval. Mas a persistência de nosso Patrono e as circunstâncias do momento contribuíram para que mudasse sua opinião, o que possibilitou a presença marcante entre nós de seu filho como um integrante do Poder Naval que vinha sendo estruturado.

A Corte no Brasil

Em 1808, poucas semanas após a instalação de D. João VI no Rio de Janeiro – uma decisão lógica diante da superioridade napoleônica na Europa –, começava a esboçar-se o que seria a ambiência dos anos de juventude de Joaquim Marques Lisboa.

A partir daquele ano, passamos a con-

viver com uma nova estrutura governamental que determinaria nossa trajetória nas próximas décadas, criando condições totalmente distintas daquelas que orientavam o proceder das colônias espanholas.

D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro de Estado, por exemplo, recomendava, já em 1808, ao Príncipe Regente D. João – como um meio para barrar a expansão francesa no continente americano – a adoção de uma política externa voltada com especial interesse para os domínios hispânicos. A crise de autoridade espanhola recaía sobre suas colônias e ofereceria ao governo português possibilidades favoráveis de intervenção na região do Prata.¹⁰

O Rio de Janeiro, agora centro determinante dos destinos da “multinacional Brasil-Portugal”, iria adquirir um *status* diferenciado. Conseqüentemente, passava a representar uma nova ambiência social e um atrativo para a educação dos jovens brasileiros provenientes das várias regiões de nosso território.¹¹

Não poderia ser diferente em relação à família Marques Lisboa. Assim sendo, nosso Patrono, após alguns anos de sua infância em São José do Norte, onde partilhava diretamente de uma ambiência marítima, mudou-se para o Rio de Janeiro para iniciar sua posterior educação escolar.

Seu pai, um personagem importante na sociedade gaúcha, especialmente quanto ao comércio marítimo na área do Rio Grande, viria a ter sua condição reconhecida na sede da corte, principalmente por aceitar de imediato a nossa independência e jurar fidelidade ao fundador do Império. Assim sendo, o comerciante, patrão-mor e prático da barra do Rio Grande Francisco Marques Lisboa recebeu, em

1822, a Comenda da Ordem de Cristo.¹²

Proponho que este evento deva ter sido um dos fatores que influenciaram a decisão de Joaquim Marques Lisboa para se apresentar como “voluntário” na recém-criada Marinha Imperial. Por outro lado, o seu próprio reconhecimento quanto ao valor de sua ambientação com as artes marinheiras e, por certo, o sentimento de patriotismo levaram-no a ser insistente quanto à sua decisão.

É possível admitir também que a convivência com seu irmão mais velho, egresso da Real Academia da Marinha, contribuiu para sua percepção de quão deficiente era o Poder Naval disponível pós-Independência e do valor de sua participação naquele momento.

Assim sendo, as carências, conforme percebidas por nosso Patrono, não justificavam o seu ingresso na Academia de Marinha visando ao início normal de sua carreira.

Em 22 de março de 1822, Francisco Marques Lisboa requereu para seu filho a honra de servir como “voluntário” na Esquadra que se apresentava para lutar contra as forças portuguesas estacionadas na Bahia.

A Marinha Imperial

Para aqueles dedicados ao estudo das origens do Poder Naval brasileiro e que com ele convivem por profissão, a criação da Marinha Imperial, suas deficiências e conquistas representam um tema sobejamente analisado. Essa análise e suas conclusões, repito, normalmente ficam restritas a uma pequena parcela da sociedade brasileira, sem merecer o devido realce por parte daqueles que tentam “explicar” o que o Brasil foi no passado

e o que poderá vir a ser no futuro, tendo por base as experiências anteriores. O mesmo acontece com o significado e a importância de um Poder Marítimo e, por extensão, do Poder Naval.

A obra *História Geral da Civilização Brasileira* analisa a Marinha Imperial em poucas páginas (comparativamente à amplitude da obra), concluindo que “A Marinha foi o elo que manteve o Brasil unido, foi ela a sua armadura defensiva, a plataforma de onde o Império pôde desferir seus ataques de represália”.¹³

Sem dúvida uma conclusão correta, mas que inclui embutidos em seu conjunto, sem o devido realce, inúmeros fatos que mereceriam uma análise mais detalhada, pois contêm em si aspectos e circunstâncias relevantes da singradura brasileira no decorrer do século XIX, situações que evidenciaram nossas fraquezas e nossa incapacidade de progredir comparativamente a outras nações que também se tornaram independentes durante e após o período napoleônico.

Existe, por exemplo, uma sensível diferença em termos estratégicos e operacionais entre “ser o elo que manteve o Brasil unido”, a “armadura defensiva” e a “plataforma para os ataques de represália”. Uma diferença que se reflete nos meios necessários para sua consecução, nas áreas do seu emprego e nas táticas e estratégias a serem aplicadas visando ao atendimento de uma decisão política para a obtenção dos objetivos pretendidos.

Tudo isso implica também que os seres humanos envolvidos no processo devam possuir características próprias que permitam a sua correta adaptação às necessidades delineadas.

É nesse contexto que se destaca Joaquim Marques Lisboa durante sua vida

⁹ Entre seus filhos, o mais velho, Francisco, então comissionado como segundo-tenente na Marinha britânica, faleceu na Palestina. Manuel, matriculado na Real Academia da Marinha, foi demitido e desligado da Academia por agressão a um colega. Entrou para o Exército e participou da Confederação do Equador no lado republicano. Vicente cursou a Imperial Academia da Marinha e depois se transferiu para o Exército. Foram os feitos de Manuel que talvez tivessem inspirado D. Pedro II a prestar como homenagem a nosso Patrono seus títulos de nobreza, que incluiu Tamandaré. Ver LIMA, op. cit.

¹⁰ Ver PAMPLONA, op. cit.

¹¹ O conceito de uma multinacional “Brasil-Portugal” foi sugerido quando da análise da vinda de D. João VI para o Brasil. Ver *Revista Marítima Brasileira*, Vol. 127 – nº 04/06, abril /junho de 2007.

¹² Ver LIMA, op. cit.

como partícipe da Marinha do Brasil. Certamente a vocação para as artes marinheiras e o contínuo interesse em aperfeiçoar seus conhecimentos náuticos chamaram a atenção de seus superiores, principalmente de John Taylor, seu comandante na *Niterói*.

Muitas vezes, no transcorrer da vida humana, o sucesso surge por circunstâncias aleatórias, mas que produzem resultados amplamente satisfatórios.

A avaliação inicial de Taylor quanto ao desempenho de Marques Lisboa, provavelmente, determinou sua escolha para completar temporariamente, por necessidade de Cochrane, a tripulação da nau capitânia da Esquadra brasileira. Era uma segunda oportunidade de ser observado, e desta vez por um excepcional homem do mar.

O bloqueio da Bahia contra as forças portuguesas produziu os efeitos desejados, e John Taylor e Joaquim Marques Lisboa retornaram para a *Niterói*. Entre 1º de julho de 1823 e 19 de janeiro de 1824, nosso Patrono participou com destaque na tarefa atribuída à *Niterói*: a captura dos navios portugueses que se retiravam em definitivo para sua terra natal.

Foi, sem dúvida, um período excepcional, em que toda a perícia acumulada pelos mercenários britânicos foi aplicada em nosso proveito.

Para Taylor, o desempenho do “voluntário” classificava-o como “um jovem oficial digno de contemplação e que promete fazer honra à Marinha deste Império”.¹⁴

Decisões burocráticas, ainda que, a meu ver, lógicas em termos da futura estruturação da Marinha Imperial, determinaram em seguida sua matrícula na Academia Imperial da Marinha.

Persistia, no entanto, a necessidade de a Marinha Imperial ser “o elo que manteve o Brasil unido”, como também continuavam evidentes suas carências em termos de pessoal devidamente qualificado.

Qualquer chefe naval merecedor dessa atribuição sabe distinguir e escolher aqueles que podem contribuir para a consecução das tarefas a ele atribuídas.

Sem dúvida, Cochrane foi um dos mais brilhantes chefes navais da época. Seus defeitos pessoais, a incapacidade em gerir seus próprios recursos financeiros e algumas atitudes políticas incorretas determinaram o seu *status* de mercenário. Tudo isso não anulou, todavia, sua capacidade de avaliação daqueles que ocasionalmente serviram sob suas ordens.

Ao justificar, perante D. Pedro I, a necessidade de interrupção da permanência de Joaquim Marques Lisboa na Academia Imperial, ele nos transmite uma imagem de sua própria vivência na guerra no mar e avalia as condições de nossa Marinha Imperial quanto “... a impossibilidade de achar oficiais subalternos qualificados, tanto como a dificuldade de se formarem bons marinheiros”. E prossegue:

“Deveras, se não houvesse oficiais senão os que estudaram em qualquer academia, eu também ficaria excluído, e não creio que haja um só oficial inglês no serviço de Sua Majestade Imperial que assim fosse educado. Permita-me dar a minha opinião que a melhor Academia da Marinha é um navio de guerra, um respeitável e hábil lente, em que se combinam a teoria com a prática que aí se devem explicar.”¹⁵

As ações executadas para eliminar os efeitos da chamada presença de Joaquim Marques Lisboa embarcaram na *Pedro I*, agora sob o comando de Taylor e com a presença de Cochrane.

A pacificação do Maranhão e, em seguida, a neutralização de um possível levante oposicionista no Pará foram, em

seqüência, as ações de que participou nosso Patrono.

Nada melhor do que as palavras de Taylor para demonstrar a atuação de Joaquim Marques Lisboa nesses eventos. Diz o inglês ao Ministro da Marinha.

“Resta-me, pois, Excelentíssimo Senhor, suplicar a V. Exm^a., visto achar-se o dito voluntário embarcado a bordo da Nau *Pedro I* se digne atender benignamente à sua súplica com o único fito de ver promovido um oficial de verdadeiro merecimento e, que, como já disse na atestação que lhe passei, promete para o futuro fazer honra à Marinha deste Império.”¹⁶

Joaquim Marques Lisboa tornou-se, assim, segundo-tenente do quadro efetivo dos oficiais da Marinha.

A armadura defensiva

Considera o Barão do Rio Branco que “um dos sucessos mais notáveis do Primeiro Reinado foi, indubitavelmente, a guerra que com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata tivemos de travar”.¹⁷

Uma guerra que representou mais uma etapa do permanente conflito na área do Prata para delimitar fronteiras, agora entre nações que se tornaram independentes no período imediato pós-napoleônico. De um lado estava um Brasil Imperial e coeso, a despeito de tentativas frustradas de desagregação; de outro lado, os pretensos herdeiros de uma América espanhola, fragilizada pela ocupação napoleônica de seu núcleo de poder e que, por interesses próprios, disputavam lideranças naquela região, visando à criação de repúblicas.

A hostilidade entre Buenos Aires e Montevideu evoluiu, como era previsto,

para um conflito armado. Uma das estratégias utilizadas foi o levante chefiado por Artigas e que rapidamente se estendeu por toda a Banda Oriental. Com o apoio do Exército portenho, Montevideu foi cercada e a corte portuguesa no Rio de Janeiro foi obrigada a intervir na defesa de seus interesses.

O armistício de outubro de 1811 previu a saída das tropas portuguesas de Montevideu; com esta decisão, a posição de Artigas foi reforçada. Sob a sua égide, a Banda Oriental ascendeu às condições de entidade política dotada de organização, autonomia e reconhecimento generalizado.

Como etapa seguinte, Artigas pretendia criar uma confederação política platina, o que contrariava os interesses dos grupos políticos majoritários de Buenos Aires.

Em 1816, novamente ocorreu uma invasão portuguesa, com a ocupação de Montevideu no ano seguinte. A derrota de Artigas em Tacuarembi (22 de janeiro de 1820) não apenas determinou um declínio da influência portenha na região, como também fortaleceu os interesses econômicos locais.

É interessante registrar que a Província Cisplatina seria a última a aderir formalmente ao Império do Brasil, em fevereiro de 1824.

Na realidade, porém, começava a se fortalecer a noção das diferenças entre “brasilienses” “portenhos” e “orientais”, algo criado e defendido por Artigas. Daí a mudança de atitude em relação ao Império Brasileiro e à aliança entre a Banda Oriental e as províncias que compunham o que hoje é a Argentina.¹⁸

¹⁵ Para uma avaliação correta em termos do que foi a Marinha britânica nas últimas décadas do século XVII e até mesmo durante as guerras napoleônicas. Ver *Revista Marítima Brasileira*, vol. 125, nº 07/09, julho/setembro de 2005, onde são analisadas em detalhe as qualificações dos membros das tripulações dos navios de guerra da “Rainha dos Mares” naquela época.

¹⁶ Ver LIMA, op. cit.

¹⁷ Ministério das Relações Exteriores. *Estudos Históricos* (obras do Barão do Rio Branco). vol. VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império*. Volume 6, tomo II. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

¹⁴ Ver LIMA, op. cit.

Comenta o Barão do Rio Branco que, com a derrota dos imperiais brasileiros em Sarandi, o governo argentino, “que às escâncaras protegia a insurreição da Cisplatina deixasse cair a máscara enviando ao nosso Ministro dos Estrangeiros a nota de 4 de novembro de 1825, em que declarava que o Congresso reconhecia esse território incorporado de fato à República e que os exércitos desta iam expulsar das praças de Montevideu e da Colônia do Sacramento as tropas brasileiras (o grifo é meu).¹⁹

Reclamava Rio Branco, em 1864, quando ainda estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, ao discorrer sobre os episódios da Guerra do Prata (1825-1828), “que, embora cheia de sucessos importantes, essa luta não tem merecido dos homens que se aplicam ao estudo da história pátria a mínima atenção”.²⁰

Na realidade, a Guerra da Cisplatina implicou uma substancial presença das Forças Navais brasileiras, já então mais bem organizadas e com uma capacidade de projeção além de nossas fronteiras.

O bloqueio naval dos portos de Buenos Aires e Montevideu seria a providência lógica em termos da defesa de nossos interesses. Erros técnicos e táticos iniciais do então comandante de nossa Esquadra determinaram sua substituição, e Pinto Guedes assumiu o comando.

O Estuário do Prata – Enfrentaríamos um Poder Naval teoricamente inferior ao nosso; na realidade, deveriam ser levados em conta três fatores favoráveis aos nossos adversários e que reduziam a aparente superioridade: em primeiro lugar, os meios navais disponíveis para os argentinos, por serem mais leves, de menor calado e de manobra mais fácil, dispunham de uma razoável vantagem nas ações no Estuário

do Prata; em segundo lugar, estavam sob o comando de um mercenário, William George Brown, também britânico, mas que era um homem do mar com larga experiência; e, finalmente, seguindo um modelo já consagrado por aqueles em condição de inferioridade naval, tiveram início as ações dos corsários argentinos contra o nosso tráfego marítimo, algo que causava prejuízos consideráveis.

O Segundo-Tenente da Armada Joaquim Marques Lisboa participou dessa guerra desde o início; em sua obra, José Francisco de Lima descreve em detalhe tal participação. O jovem oficial foi uma presença dedicada, eficiente e que mereceu, em diversas oportunidades, o apreço e o reconhecimento de seus superiores.

Foi na tentativa de eliminação do terceiro fator favorável aos argentinos – a ação dos corsários – que o ser humano Joaquim Marques Lisboa teve a oportunidade de praticar um ato heróico, um evento que, a meu ver, coloca-o no mesmo nível dos homens do mar de qualquer nacionalidade que mereceram destaque por suas ações.

Como procedimento lógico, a base de apoio dos corsários argentinos situava-se em lugar afastado da área principal das operações. Na Patagônia, próximo à Barra do Rio Negro, eles passaram a dispor de um porto com pequenas oficinas de reparo e uma área de fundeio para os navios apresados.

A resposta brasileira também teria de ser lógica: o envio de um destacamento embarcado para destruir as instalações dos corsários e recuperar os navios brasileiros que lá permaneciam. O resultado dessa expedição é bem conhecido. A carência de informações sobre as condições do local e o erro de julgamento quanto

às possíveis reações do inimigo fizeram com que sofrêssemos uma significativa derrota.²¹

Prisão de Marques Lisboa – *Joaquim Marques Lisboa, então comandante da Escuna Constança, após ter demonstrado suas qualidades marinheiras nas operações iniciais, tornou-se prisioneiro dos argentinos durante um desembarque frustrado, juntamente com meio milhar de marinheiros, entre os quais cerca de 200 mercenários britânicos.*

Durante cinco meses, o nosso Patroño sofreu as agruras impostas pelo lado vencedor. Finalmente, foi decidido pelo comando argentino utilizar aquela mão-de-obra disponível nas instalações navais do Rio Salado, onde seriam submetidos ao trabalho forçado.

O deslocamento por via marítima para um novo local de prisão proporcionou ao Tenente Joaquim Marques Lisboa e ao seu companheiro de infortúnio, Joaquim José Ignácio, a possibilidade de planejar a tomada do navio-presídio. Um feito brilhante e de pleno sucesso.

Muitas vezes, na vida militar, o reconhecimento das ações praticadas com êxito, heróicas ou não, é ofuscado pelas conseqüências em termos do cenário mais amplo do qual essas ações fazem parte, ou dele decorrem. Seria, talvez, uma falha na capacidade de liderança ou a tendência de procurar eximir-se de um fracasso no qual parcela da responsabilidade também é intrínseca a um chefe.

Assim sendo, houve um Conselho de Guerra para julgar os responsáveis pelo fracasso. Joaquim Marques Lisboa foi poupado, mas, por outro lado, não teve o seu feito heróico devidamente reconhecido.

Uma segunda expedição de ataque aos abrigos dos corsários foi realizada em setembro de 1825, desta vez na Baía de

San Blas. Novo fracasso e a prisão, pelos argentinos, de grande número dos oficiais e marinheiros que compunham a divisão naval. Joaquim Marques Lisboa conseguiu salvar-se a nado, retornando ao seu navio, a Corveta Caboclo.

A Guerra da Cisplatina, na opinião de ilustres parlamentares brasileiros da época, dentre eles Cunha Matos, foi criada por Buenos Aires, “não para ganhar territórios, mas, basicamente, tratou-se de uma guerra de opinião”. Holanda Cavalcanti era mais incisivo ao defini-la como uma “ação para dissolver inteiramente o sistema do Brasil”.

Assim sendo, a força majoritária da opinião parlamentar facultava ao governo brasileiro conduzir uma política no Prata com toda liberdade, fosse em termos operacionais ou diplomáticos. Esta foi também a opinião de Rio Branco.

Em agosto de 1828, foi aprovada, todavia, a convenção que criou o Estado Independente da Cisplatina, a futura República do Uruguai.

Para o Brasil tornara-se inconveniente, por diferentes motivos, continuar na guerra: era evidente a escassez de recursos e fomentava-se um espírito revolucionário contra o Império e seus governantes em algumas regiões de nosso território, por instigação externa ou interesses particulares. Sofríamos também a pressão das potências estrangeiras contra o bloqueio por nós implantado na região do Prata.²²

É importante observar que o ideal da Independência e sua consecução não conduziram à adesão imediata e integral da classe dominante da sociedade brasileira daquela época. Segundo Nelson Werneck Sodré, este foi um longo e tortuoso processo; a Independência, conforme estruturada, somente foi aceita quando foram perdidas as esperanças da acomodação de seus interesses à antiga

¹⁸ A análise apresentada reflete as opiniões de João Paulo Pimenta em PAMPLONA; MADER, op cit.

¹⁹ RIO BRANCO, op. cit.

²⁰ RIO BRANCO, op. cit.

²¹ Novamente, José Francisco de Lima descreve detalhadamente estes eventos.

condição de subordinação a Portugal.

Até mesmo nas negociações para o reconhecimento de nossa Independência, “parcelas ponderáveis daquela classe foram receptivas a soluções de amputação da autonomia, da dualidade de reis e da união com Portugal”.²³

Surgiam, mais fortalecidas, as idéias quanto a um modelo federativo, assim como a de não-intervenção, ou de expansão na área do Prata.

Aos poucos, tornou-se evidente que as prioridades nacionais estavam alteradas. O “elo que manteve o Brasil unido” deveria, a partir daquele momento, deixar de lado sua missão – a meu ver, sempre prioritária – quanto a representar a “armadura defensiva” na região do Prata e dedicar-se à manutenção de nossa integridade física como nação.

Bastante razão tem José Francisco de Lima ao considerar que, “graças à ação eficiente da Marinha, sempre imparcial e única força então em condições de atuar em qualquer parte do País contra essas manifestações separatistas, a união nacional fora consolidada, naturalmente contando com a coadjuvação das forças locais”.²⁴

A questão do Prata ficou durante algum tempo colocada em um segundo plano. Não que a corporificação de um Uruguai como nação independente fosse a solução ideal. Aquela região permanecia como um vulcão por alguns momentos adormecido para, em seguida, provocar uma erupção. Existiam – e creio que ainda permanecem dissimulados – antagonismos de toda ordem. Ocorria o que classifico como antagonismos internos, isto é, a luta pelo poder nos territórios do que fora a América espanhola na parte sudeste do continente sul-americano.

Existia, todavia, um antagonismo voltado para o exterior muito mais atuante, o qual, quando surgiam as oportunidades, provocava reações contra o Império do Brasil de acordo com os interesses dos diferentes personagens envolvidos.

De 1831 a 1848, Joaquim Marques Lisboa participou das ações navais que visavam a garantir a integralidade de nosso território e a continuidade do sistema de governo que havíamos adotado quando da Independência.

No sul do Brasil, todavia, continuavam a persistir todos os problemas decorrentes na indefinição das fronteiras, dos interesses locais e, repito, do despeito pela importância e significado já adquiridos pelo Império brasileiro.

Os conflitos daí decorrentes e que Paduin denomina Guerra Grande do Prata (1839-1843: primeira fase e 1843-1851: segunda fase) juntam-se à Revolução Farroupilha. Segundo Helga Piccolo: “Se entrelaçaram e foram as duas conjunturas de maior tensão política na região platina, onde as interações políticas por necessidades ou conveniências caudilhescas foram fundamentais.”²⁵

Creio que, dentre quaisquer análises que tenham sido feitas, Paduin sintetiza o que realmente deu origem à Revolução Farroupilha:

A perda da Cisplatina, sua posterior emancipação e a instabilidade do Uruguai foram fatores que influenciaram na mentalidade e no posicionamento político dos estancieiros-caudilhos rio-grandenses. A perda desse território ocasionou problemas comerciais e de ocupação das terras e a posse do gado pelos estancieiros da campanha rio-grandense; ao mesmo tempo, veio demonstrar a concretização

dos objetivos emancipadores de uma província que não só pertencia a uma região fronteiriça, como o Rio Grande, mas que também pertencera ao Império do Brasil.²⁶

Outras análises têm sido apresentadas no tocante à Revolução Farroupilha, sem que possa ser encontrada uma conclusão bem fundamentada de que entre os revolucionários permeavam idéias separatistas e/ou o desejo de uma possível agregação com os vizinhos uruguaios e, possivelmente, os argentinos.

Talvez a conclusão mais correta esteja relacionada ao ideal de uma federação que reunisse as províncias brasileiras com uma relativa liberdade de ação de seus partícipes. Uma condição que se coadunava com a ambiência de uma sociedade de fronteira que continuava interessada em fortalecer e, se possível, ampliar suas posses territoriais.

Segundo Dante de Laytano, “o espírito da República estava presente em toda a América, e se houve uma participação, apesar de discreta e simpática, ela foi dos platinos do Rio Grande do Sul e não o inverso”.

A importância da fronteira é também por ele destacada: “A República Rio-Grandense foi proclamada numa cidade de fronteira, Jaguarão. A última capital farrapa; onde se instalou a Assembléia Constituinte, foi outra cidade de fronteira, Alegrete”.²⁷

Joaquim Marques Lisboa, por ser gaúcho e se manter intimamente relacionado à sua terra de origem, poderia até compreender as razões que conduziram à Revolução Farroupilha. A cidade do Rio Grande, por exemplo, demarcava, a meu ver, nossa fronteira marítima em relação

ao estuário do Prata e era profundamente afetada pelas decisões do Império em termos do comércio com a região platina.

Ainda que, para ele, a Revolução Farroupilha também representasse mais uma tentativa de desagregação do Império e, portanto, devesse ser eliminada, existia um forte fator emocional a influir em seu raciocínio como um ser humano normal.

João Francisco de Lima, em poucas palavras, define o dilema e a solução encontrada por nosso Patrono: “Assume o comando da Canhoneira nº 13, ... fazendo parte da Divisão Estacionada no Rio Grande para combater os Farrapos. Constrangido por ter que se defrontar com amigos e parentes, alega motivo de doença e pede o seu desembarque. Viria para a Corte e parece que ficou curado durante a viagem, pois poucos dias depois dava parte de pronto para o serviço”.

Qual poderia ter sido um outro procedimento de um ser humano, sem a menor dúvida um patriota, adepto incondicional do sistema de governo que adotávamos, mas ainda assim impregnado por um sentimento característico de uma sociedade fronteiriça?

O seu pensar e o seu proceder como oficial de Marinha ficam plenamente demonstrados quando, meses depois, em março de 1839, assume o comando do Brigue-Barca 29 de Agosto, então estacionado em Montevideu e que tinha por tarefa impedir que os farrapos recebessem recursos do exterior.

A plataforma para os ataques de represália

Muitos anos se passaram antes que a seqüência de eventos na região do Prata exigisse novamente a presença de Joaquim Marques Lisboa naquela área e no

²² Ver CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores* (1826-1889). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

²³ Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *As Razões da Independência*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

²⁴ Ver LIMA, op. cit.

²⁵ Ver PADUIN, op. cit, inclusive quanto à citação de Helga Piccolo.

²⁶ Ibidem.

comando de nossas Forças Navais.

Foram décadas durante as quais se processou uma transformação radical nos Poderes Navais, influenciada, em grande parte, pela presença incontestável da “Rainha dos Mares”.

A gloriosa “era da navegação a vela” chegava aos seus últimos dias. Novos métodos de propulsão, armamentos mais sofisticados e o metal substituindo a madeira na construção dos navios. Passaram a representar a preocupação das administrações navais, também envolvidas no processo de uma revolução industrial.

O Brasil, por outro lado, não considerava como plenamente resolvido o problema de suas fronteiras no sul, e discutiam-se no Parlamento brasileiro vários conceitos relacionados à nossa presença e atuação naquela área, entre os quais o de uma “neutralidade limitada” dos conflitos internos das repúblicas de origem hispânica e o de uma “doutrina da segurança imediata e interesses essenciais”. O Uruguai continuava a representar, na visão brasileira, o barril de pólvora, ou uma provável erupção vulcânica que poderia dar origem a novos conflitos.

Persistia a influência da “diplomacia” britânica como partícipe indireto, porém interessado em um jogo de xadrez em que as manobras deste ou daquele partido, por suas sugestões, poderiam lhes proporcionar benefícios comerciais e domínio político.

Sem dúvida, militarmente, o Brasil era mais forte que os seus vizinhos. Mas isso não representava um antídoto suficiente.

Ocorriam seguidamente as supostas ou reais “humilhações” praticadas pelos “irmãos platinos”, um fato plenamente discutido no nosso Parlamento. Daí as acusações contra a fraqueza política brasileira no Prata e as propostas veementes

para opções mais vigorosas.²⁸

O governo imperial certamente foi influenciado por essa tendência mais belicosa e, ainda que os recursos continuassem escassos (como sempre foram na visão dos economistas, quanto a despesas militares), adotou as providências que julgou adequadas. Coube a Joaquim Marques Lisboa a consecução de parcela significativa desta importante etapa para o fortalecimento de nosso Poder Naval.

Em maio de 1857, estando na Europa por motivos particulares, foi incumbido da execução de diferentes tarefas que, em seu conjunto, iriam proporcionar à Marinha brasileira os meios indispensáveis para estabelecer uma superioridade naval na imensa rede fluvial que predomina no oeste e no sul de nosso território: A obtenção de marinheiros na Bélgica; a compra, ou a construção, de navios adequados para a navegação dos Rios Paraná e Paraguai; e a contratação de operários especializados para o Arsenal de Marinha do Mato Grosso. Logo em seguida, com a evolução dos acontecimentos políticos no Paraguai, dar-se-ia a compra de mais oito canhoneiras.²⁹

Para aqueles oficiais que tiveram a honra e a responsabilidade, nas últimas décadas do século XX, de participar da aquisição e/ou construção de meios navais para a nossa Marinha no exterior deverá ser fácil avaliar os problemas enfrentados por Joaquim Marques Lisboa: escolha das melhores características dos “meios”, tendo em vista sua provável área de operações, e o equilíbrio imprescindível entre o “desejável” e o “possível”, sempre raciocinando com os recursos disponíveis, cuja previsão não lhe competia; o necessário discernimento quanto à qualidade do que era oferecido e sua provável performance, levando em conta a rápida evolução técnica dos equipamentos; e uma atitude firme, ainda que afável, para

não ser confundido com outros clientes de nações menos desenvolvidas.

Os resultados, todos conhecemos. Quando, em abril de 1864, nosso Patrono foi nomeado comandante-em-chefe das Forças Navais Brasileiras em Operações no Rio da Prata, ele tinha à sua disposição os meios navais necessários para implementar as decisões políticas do Governo, diante das ameaças percebidas.

Os fatos que imediatamente precedem e que finalmente produziram a agressão de Solano López são perfeitamente conhecidos por aqueles interessados na nossa História: “estrangulamento” paraguaio decorrente do bloqueio do Rio da Prata; a memorável vitória em Riachuelo; e manutenção do total controle de nossas Forças Navais por Tamandaré, a despeito de existir um Comando Combinado integrando os meios militares, brasileiros, argentinos e uruguaios. Todos esses eventos não apenas interromperam a progressão paraguaia em suas tentativas de invasão do território brasileiro, como também indicavam claramente qual seria o desfecho daquela guerra.³⁰

A retomada de Uruguaiana foi comemorada com a presença de D. Pedro II, assim como dos dirigentes políticos da Argentina e do Uruguai, dos chefes militares da Tríplice Aliança, entre eles, Joaquim Marques Lisboa.

Segundo alguns autores, ele demonstrava sinais de velhice e de estar doente e cansado. José Francisco de Lima é mais específico ao mencionar que “o mal da gota cada vez mais o fazia sofrer e às vezes o privava de locomover-se com facilidade”.

Talvez isso contribuisse para a aparência de velhice. Afinal de contas, se examinarmos em detalhe o aspecto físico

de Nelson no momento de Trafalgar, iremos nos defrontar com um personagem quase decrépito, com sua visão praticamente perdida, aleijado e demonstrando em sua postura o abatimento provocado pelas conseqüências de sua contínua participação nas campanhas navais da Grã-Bretanha.

Esgotamento talvez seja o termo para definir de maneira mais adequada o estado de nosso Patrono naquele momento histórico, esgotamento não apenas pelas responsabilidades inerentes ao comando das Forças Navais brasileiras, com todas as suas carências logísticas a serem solucionadas, mas ainda assim com decisões que produziram o resultado pretendido.

Ele estava muito mais esgotado pela não-aceitação de suas opiniões quanto às etapas seguintes para derrotar um inimigo decidido, ou que não eram efetivadas por interesses supostamente “nacionais” de nossos aliados e por uma insuficiência coletiva de nossa parte quanto ao que realmente representava o planejamento correto para a execução de operações militares em uma guerra atípica. Tratava-se do que hoje, em termos modernos do conflito armado, classificamos como “operações ribeirinhas”, em que o desembarque anfíbio e o cerco às posições fortificadas do inimigo, visando a solapar sua resistência, representavam talvez a primeira oportunidade na história das guerras, no mundo do século XIX, para uma demonstração válida do significado das “operações conjuntas”.³¹

Por entender corretamente o emprego de meios navais e bem conhecer nossas capacidades, Joaquim Marques Lisboa defendeu arduamente suas opiniões quanto ao prosseguimento da Guerra do Paraguai. Ao mesmo tempo julgava que os sucessos já obtidos deveriam levar,

²⁸ Ver CERVO, op. cit.

²⁹ Ver LIMA, op. cit.

²⁷ Ver PADUIN, op. cit.

naturalmente, a um pedido de paz por Solano López, “sufocado” pelas vitórias da “suposta” tríplice aliança.

Considero interessante – e admito ser uma opinião pessoal – a proposição de que o Imperador do Brasil, D. Pedro II, precedeu o modo de pensar de Roosevelt, Trumann e Stalin na condução do final da guerra contra a Alemanha nazista. A meu ver, algo distinto daquilo que ocorrera na Primeira Guerra Mundial. Não seria necessária apenas uma vitória honrosa e, em seguida, um acordo de paz com o Paraguai.

Tratava-se, na realidade, da extinção de um modelo de governo por meio da eliminação definitiva de seu líder.

Esgotado, reconhecendo suas deficiências físicas e, quem sabe, desiludido diante do cenário que antevia, Joaquim Marques Lisboa pediu sua exoneração do cargo de comandante-em-chefe das Forças Navais. Pouco depois, com 44 anos de serviço, passou para a reserva, afastando-se oficialmente das lides navais.

É evidente que, no exercício dos cargos honoríficos que foi chamado a exercer na Corte, tenha acompanhado as conseqüências da evolução e o desfecho da Guerra do Paraguai, principalmente quanto ao relacionamento entre civis e militares na ambiência política de nossa Nação.

Sem dúvida, seu convívio com a família real fortaleceu o respeito e a admiração pelo sistema de governo adotado e até mesmo aprofundou os laços de amizade com o nosso Imperador.

Acredito que, de maneira geral, a convivência de um ser humano com as realidades por ele enfrentadas devido à sua longevidade pode se constituir em

um período agradável de recordações de uma vida pregressa confirmada pelo fortalecimento e progresso dos ideais que sempre defendeu. Por outro lado, pode significar um final de singradura marcado por desapontamentos decorrentes da negação daquilo que considerava lógico e definitivo. Daí pode decorrer um sentimento de incapacidade, de revolta e até mesmo de alheamento às realidades com que passa a conviver. O ser humano Joaquim Marques Lisboa teve de enfrentar, nas últimas décadas de sua vida, ambas as situações.

Se de um lado sempre mereceu o apreço e o reconhecimento de seus seguidores na vida naval (e Saldanha da Gama é um excelente exemplo dessa realidade), por outro lado defrontou-se com a derrocada do Império, com o conflito entre pensamentos filosóficos, muitos dos quais de origem externa, e com as conseqüências de uma possível humilhação a componentes de nossa expressão militar. Assistiu à transformação precipitada de um Império consolidado durante seis décadas em uma República que, nos seus primórdios, assemelhava-se àquelas repúblicas sul-americanas das primeiras décadas do século XIX. E teve de tomar conhecimento da desagregação de nossa Marinha, à qual tinha dedicado toda sua capacidade e competência como homem do mar por vocação e impulsionado por um patriotismo característico das sociedades fronteiriças.

Certamente, o último desejo expresso em sua carta-testamento nos transmite, de maneira clara e sincera, o seu pensar quanto às realidades que teve de enfrentar no período final de sua vida e sua reação a elas:

Como homenagem à Marinha, minha dileta carreira em que tive a fortuna de servir à minha Pátria e prestar alguns serviços à humanidade, peço que sobre a pedra que cobrir minha sepultura se escreva: **‘Aqui jaz o Velho Marinheiro’.**

³⁰ Quando menciono Comando Combinado refiro-me à interpretação correta de seu significado. São forças militares pertencentes a duas ou mais nações colocadas à disposição de um comandante para a execução de determinadas missões em um conflito. Ainda assim, as forças navais brasileiras não ficaram subordinadas a esse Comando. Minha interpretação decorre das definições aceitas pelas nações que compõem a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e não conforme adotado em nossa expressão militar.

³¹ Na minha interpretação, a aplicação de uma força terrestre precedida pelo emprego dos meios navais e de fuzileiros navais.

BIBLIOGRAFIA:

CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília Editora Universidade de Brasília, 1981.

HOLANDA, Sergio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico – Declínio e Queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma Utopia Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LIMA, José Francisco. *Marquês de Tamandaré Patrono da Marinha*. Rio de Janeiro: SDM, 1999.

PADUIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PAMPLONA, Marco & MADER, Maria Elisa (org). *Revolução de Independências e Nacionalismos nas Américas*. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIO BRANCO. *Obras do Barão do Rio Branco*. Volume VIII – *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As Razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Tamandaré e a honra

Fernando Manoel Fontes Diégues

Vice-Almirante (Ref^o), membro do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval (Cepe/EGN).

Para nós, Tamandaré nunca foi uma figura estranha. Se já não fosse pelo fato de logo cedo nos familiarizarmos, ao entrar para a Marinha, com passagens de sua carreira e feitos navais, a imagem hirsuta e grave do velho marinheiro estampada nos livros escolares, em uniforme de gala, o peito coberto de medalhas, não se apaga facilmente da memória.

No entanto, essas informações fragmentadas não poderiam deixar de ser, por sua própria natureza, relativamente superficiais, como o verniz sobreposto à reflexão mais profunda, proporcionada pela experiência de vida e a maturidade intelectual trazidas pelo tempo. O bicentenário de seu nascimento nos incita a navegar mais longe e a explorar com mais detalhes o perfil do grande Almirante.

Nessa navegação, o explorador se depara com diversas situações enfrentadas por Tamandaré, em que as atitudes sobranceiras e a altivez de seu caráter se destacam. Em outras, um superior discernimento, a coragem física e moral, a determinação e a força de vontade pontificam. Continuando a exploração, a generosidade, a consideração pelos mais fracos, a convicção com que defendia seus princípios e uma fé inabalável nos destinos do Brasil ficam mais do que patentes.

Não tenho a pretensão de estender-me no exame de sua participação em nossa história ou no relato dos muitos episódios que comprovam o gênio e as virtudes do Almirante. Outros estudiosos mais competentes já o fizeram. Quero aqui apenas comentar as palavras de Tamandaré,

conforme registradas nos apontamentos deixados pelo historiador e comandante Oliveira Bello, transcritas no livro de um desses estudiosos, por sinal dos mais brilhantes, José Francisco de Lima.

Dizem os apontamentos que em uma das visitas de Tamandaré, já idoso, à Escola Naval, um dos alunos pediu-lhe que falasse sobre sua visão da honra. A explicação então formulada é preciosa e fundamental, ao desvendar os alicerces do pensamento e o modo de interpretar a vida de quem seria, no futuro, o Patrono da Marinha. Ela se desdobra de forma muito clara e objetiva. Para Tamandaré, como se constata logo no início do texto, a honra é uma espécie de energia vital, peculiar a cada indivíduo, “é a força que nos impele a prestigiar nossa personalidade”.

Até aqui, poder-se-ia supor que Tamandaré pudesse estar se referindo a um sentimento de honra mais vulgar, mundano, passível de traduzir-se em manifestações de vaidade e presunção, de confundir-se com o desejo fútil e vão de ser admirado pelos outros.

Essa impressão, no entanto, logo começa a desfazer-se quando ele prossegue na explicação: “É o sentimento avançado do nosso patrimônio moral, um misto de brilho e de valor”. Palavras – patrimônio moral, valor – que sugerem outras conotações, que apontam uma direção que não a do individualismo exacerbado e frívolo. Palavras que não excluem nem desprezam um compromisso ético com a sociedade em que se vive. Pelo contrário, põem-se a insinuá-lo.

E a impressão se dissipa inteiramente

com o enunciado dos dois requisitos que ele considera indispensáveis a esse “sentimento avançado”. O primeiro se situa, digamos, na esfera do conhecimento. Envolve o entendimento e a conseqüente adesão do indivíduo a certos valores morais. A honra, ensina Tamandaré, “exige a posse da perfeita compreensão do que é justo, nobre e respeitável, para elevação da nossa dignidade”.

Para ele, portanto, a dignidade do indivíduo não se dissocia nem prescinde de um comportamento pautado na observância desses valores. Quer dizer: o engrandecimento de si mesmo não pode estar desvinculado, não subsiste, sem a opção por tudo aquilo que a sociedade ou a nação contempla e assume como “justo, nobre e respeitável”.

Já o segundo requisito diz respeito ao enfoque prático, à disposição ou atitude que se espera de quem cultiva a honra. Ela exige “a bravura para desafrontar perigos de toda ordem, na defesa da verdade, do direito e da justiça”. A honra – é o que se pode concluir – não é um fim em si mesma. Ela se liga a objetivos – a verdade, o direito e a justiça –, para a consecução dos quais a bravura é um meio ou expressão.

Ao explicar ao aluno da Escola Naval sua visão de honra, Tamandaré nos revela o sentido que atribui à vida. Assimilando-se esse sentido é que se pode melhor compreender as motivações subjacentes a suas atitudes; os fundamentos éticos e morais de seu comportamento. Creio não estar exagerando ao sugerir que nele se encerra o fulcro da vontade e animação de toda uma existência dedicada ao serviço do Brasil.

A forma pela qual esse sentido se estrutura é muito simples. Nele se articulam os elementos essenciais de uma estratégia – no caso, de uma verdadeira estratégia de vida. Objetivos da estratégia: a verdade, o direito e a justiça. Meio para alcançar os objetivos: a honra, que, de certa maneira, se confunde com a dignidade do indivíduo. Natureza desse meio: uma força, um

sentimento avançado. Requisitos para a sua operação: uma perfeita compreensão dos valores que norteiam a sociedade (o que é justo, nobre e respeitável) e a bravura para enfrentar perigos no caminho dos objetivos.

Mas não termina aí a lição ministrada pelo Almirante ao aspirante. Ele ainda lhe ensina alguma coisa sobre o nível de importância, o grau de prioridade que deve ser atribuído à honra. E, nesse ponto, o desapego a bens materiais, o despreendimento pessoal e o sentido de missão que impregnaram sua vida aparecem em toda a plenitude: “Esse sentimento [a honra] está acima da vida e de tudo quanto existe no mundo, porque a vida se acaba na sepultura, os bens são transitórios, enquanto que a honra a tudo sobrevive”.

Nada mais importante que a honra. Sem ela, ele se sente desarmado, carente de força, das reservas morais que necessita para enfrentar os perigos existentes no caminho dos fins, ou seja, no caminho da verdade, do direito e da justiça. E se a expectativa de atingi-los se desvanece, tudo perde o seu valor. O caos se instala. Sem a honra, não se pode atingir os fins, e sem atingir os fins, tem de reconhecer o fracasso da missão a que se propôs na vida.

Mas, afinal de contas, não se combinam, nesse contexto, alguns aspectos que caracterizam o perfil do herói? O herói não se distingue dos homens comuns por um esforço corajoso e altruísta de superação de tudo aquilo que é falso, opressivo e injusto? Não simboliza a capacidade latente em todo ser humano de orientar o seu destino, mesmo que às custas, como no mito de Prometeu, do sacrifício da própria vida, na busca da sabedoria ou do poder para servir aos outros; ou, como no caso do Almirante, da honra para investir na construção de uma pátria que se deseja alicerçada na verdade, no direito e na justiça?

A resposta a essas questões não pode

deixar de ser um sim. Não tenho dúvidas de que em Tamandaré – não por suas palavras, que poderiam não ser coerentes com a ação, mas, sobretudo, pelas opções e atitudes que assumiu em vida – encarnam-se alguns dos atributos mais dignificantes do herói. Alguém que não viveu apenas para si, mas que se empenhou em perseguir o bem de todos, apesar dos danos e incompreensões a que pudesse estar sujeito ao trilhar esse caminho.

E não é difícil concluir, da apreciação de sua vida, que, para ele, o bem de todos tem como premissa a grandeza da nação. Não qualquer tipo de grandeza, artificiosa e vã, ou arrogante e impositiva, mas aquela que se define na manutenção da independência e no exercício da soberania, na preservação da integridade do país, no respeito e na amizade das demais nações. Dentro dessa moldura política, da qual afloram a consciência e o sentimento de nação, é que existiriam condições para o progresso e a felicidade do Brasil.

É no serviço da Marinha, no qual se engaja de forma consciente e ao mesmo tempo apaixonada – fosse a bordo da Fragata *Niterói*, nas lutas internas ou nas guerras do Prata e da Tríplice Aliança –,

que ele encontra o campo apropriado para dedicar-se à promoção dessa grandeza.

É razoável supor que a celebração de seu nascimento seja ocasião propícia para relembrar-se a figura austera e valorosa do Almirante, seus feitos e lições; para ressaltar-se os méritos do grande chefe militar, notável marinheiro e esclarecido cidadão. E que, na contemplação de sua imagem, se renove e se afirme nossa fé no Brasil como nação. Não seria pela falta de heróis que nossa fé poderia extinguir-se.

Um militar no Império

Marcos Guimarães Sanches

Doutor em História Social, professor de História do Brasil da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade Gama Filho e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A carreira do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, nos sugere uma reflexão sobre o seu perfil como militar no contexto do Estado Imperial, quando atuou em praticamente todas as intervenções militares internas e externas sem, no entanto, ocupar cargos políticos como outros chefes militares.

Autor de uma trajetória profissional bastante singular, foi elevado à condição de Patrono da Marinha (Aviso nº 3.322, de 4 de setembro de 1925) por iniciativa de um ministro, Alexandrino Faria de Alencar, tido de forma unânime na historiografia como um modernizador da Força. Que atributos se desejava ressaltar no Almirante? Considerar como singular sua trajetória implica em definir as linhas gerais do perfil do militar no Império e nele situar o nosso personagem.

O processo de consolidação do Estado nacional no Brasil desdobrou-se desde os últimos anos do período colonial até a década de 1850. Tal compreensão implica em superar uma visão factualista que reduz a 1822 a formação do Estado brasileiro, relativizar a percepção cara aos intelectuais e homens de Estado do oitocentos da existência de um sentimento nacional latente desde a colonização e repensar a Independência como um processo de ruptura/continuidade.

Entender a Independência como inserida no processo de “interiorização

da metrópole”¹ impõe dois problemas à reflexão: primeiro, a necessidade de relativizar interpretações clássicas como a de Oliveira Lima, que situava a ruptura com a metrópole quando a “aspiração nacional corporificou-se no representante da dinastia”, uma vez que existia apenas um “embrião” de classe dirigente². O segundo, diretamente vinculado à nossa problemática, versa sobre a origem das instituições “nacionais”, aqui restritas às instituições militares.

Muito já se debateu calorosamente sobre o tema. Onde demarcar a origem das Forças militares, Marinha e Exército, “brasileiras”? Valorizar sua origem em meio ao embrião de um sentimento nativista engendrado na colônia, pelo menos desde a luta contra os holandeses? Fixá-los nas lutas pela Independência como decisivas para a firmação da soberania do novo Estado nacional? Evidências empíricas socorrem ambas as abordagens, mas a identificação do “mito fundador”, na clássica expressão de Marc Bloch, talvez se abrigue melhor no campo da memória do que da História.

É consensual a insuficiência de estudos sobre a história militar e particularmente sobre suas instituições. No geral, a historiografia brasileira privilegiou, desde Varhagem até Pedro Calmon e Hélio Vianna, as ações militares, deixando em segundo plano seu estudo como instituições, agências do Estado, cuja atuação muitas das

¹ DIAS, Maria Odila Silva. A Interiorização da Metrópole, in MOTA, Carlos Guilherme. 1822. Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

² LIMA, M. Oliveira. O Movimento de Independência. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 27-30.

vezes deriva de forças não militares como a política de relações internacionais, a economia e até mesmo a cultura.

Desinteresse sobre o tema, desconhecimento de aspectos técnicos da arte da guerra, restrições teórico-metodológicas a diversos domínios da história (política, diplomática, militar, etc) ao longo do século XX e embates ideológicos restringiram o interesse ou a profundidade das análises, com se vê para ficarmos num único exemplo no sumário capítulo sobre a Marinha na *História geral da civilização brasileira*, escrito por Eurípedes Simões de Paula, sendo a obra dirigida por Sérgio Buarque de Holanda considerada com uma síntese da historiografia que se renovava no início da segunda metade do século passado³.

Na historiografia militar, os trabalhos mais conhecidos investigaram prioritariamente o Exército. Gustavo Barroso⁴ e Paula Cidade⁵ privilegiaram em suas análises a organização operacional do Exército, seu emprego e aspectos simbólicos como a criação e distribuição de unidades e a fixação de efetivos, deixando em segundo plano a sua estrutura administrativa e a formação de seus quadros. Exceções foram os trabalhos de João Batista de Magalhães⁶ e Francisco de Paula e de Azevedo Pondé e Vicente Tapajós⁷, embora o último fique muito restrito ao inventário normativo. De certa forma, João Batista

Magalhães foi o pioneiro na análise das relações do Exército com a política e sua organização como agência estatal⁸.

Caso à parte, o trabalho de Nelson Werneck Sodré, exemplo de abordagem marxista, que subordina a análise do Exército e das demais forças militares ao papel por elas desempenhado como instrumento de dominação da classe dominante.

Na área acadêmica para o período estudado, praticamente ficamos restritos ao texto síntese de John Schulz e Pedro Moacyr de Campos na *História geral da civilização brasileira*⁹ e ao trabalho de Adriana Barreto de Souza¹⁰, que avançaram na análise da estrutura e organização do Exército, inserida no processo político imperial.

Sobre a Marinha, as obras de referência são constituídas basicamente por testemunhos de militares, o que, se não lhes diminui o mérito, deixam de lado a discussão sobre as instituições, suas redes relacionais com a sociedade e o perfil de seus quadros. Destaque-se, tanto no mérito da iniciativa quanto na renovação metodológica, a obra coletiva *História Naval Brasileira*, produzida pela própria Marinha do Brasil e, dentro dela, para o período deste estudo, o volume dedicado a organização da Marinha no Império, escrito por Herick Marques Caminha, autor de obra análoga na *História administrativa*

do Brasil dirigida por Vicente Tapajós e já anteriormente citada¹¹.

A relevância de uma abordagem institucional deriva da compreensão de que a guerra não é um fenômeno exclusivamente militar, deslocando o foco da análise para o problema do poder, o que implica em reconhecer nas instituições militares um papel articulador das diferentes “variáveis” (“econômicas”, “sociais”, “políticas”, “culturais”), direcionadas por seus fins teleológicos, permitindo a identificação e interpretação das diversas redes de relações sociais.

Metodologicamente, são possíveis três abordagens, que não se excluem mutuamente, e provisoriamente denominaríamos como uma história institucionalista, preocupada em reconstituir a formação legal/institucional dos entes a serem estudados; uma história das relações de poder, tomando os entes num campo de força em que se relacionam os atores e, finalmente, uma história reticulada, privilegiando os processos e buscando recuperar a historicidade das instituições, num grupo de pontos e traços formadores de um conjunto que se apresenta como uma teia¹².

As forças militares destacadas no Brasil à época da Independência eram portuguesas e, como tal, detentoras de todas as características das instituições do Antigo Regime, comuns aos países europeus, que, no dizer de Quincy Wright, só nos séculos XVII e XVIII “testemunharam o desenvolvimento dos exércitos profissionais leais aos soberanos”¹³. No mundo moderno, para André Corvisier, a “missão mínima

do Estado” compreendia a garantia da ordem, segurança e justiça, dentro da qual a “missão militar” se exercia em “dois domínios”: a ordem e segurança interna e externa¹⁴. Para o autor, é no final da chamada Época Moderna que os exércitos se “profissionalizaram” e se “nacionalizaram”¹⁵. As duas afirmativas, válidas no geral para os Estados modernos e suas forças militares, precisam ser relativizadas no caso brasileiro.

O Exército português, estacionando na colônia no final do século XVIII, passara por remodelações, no período pombalino, dirigidas pelo Conde de Lippe. Estimado em 15 mil homens, a reorganização administrativa, a introdução de normas disciplinares mais rígidas e a incorporação de novos princípios estratégicos e táticos não foram suficientes para superar na estrutura militar os traços patrimoniais/estamentais da sociedade do Antigo Regime.

Fernando Uricoechea¹⁶, tomando em consideração a relevância dos grupos privados de milícias e ordenanças na manutenção da ordem interna e na defesa externa e a prebendarização das funções militares, concluiu que “falar dos militares coloniais em termos gerais é incorreto, considerando a profunda diferenciação funcional da sua estrutura”. Para a época, deve ser lembrado que Antonio de Moraes Silva, em seu *Diccionario*, atribui os dois sentidos ao adjetivo militar: “homem de guerra” e “concernente à milícia”¹⁷.

José Murilo de Carvalho em seu clássico sobre a elite política imperial a define como “ideologicamente hegemônica”, constituída pela unidade de formação

administrativa do Brasil. Brasília: Funcep, 1986.

¹² DIDIEU, Jean Pierre. *Processos y e redes*. La historia de las instituciones administrativas de la época moderna hoy, in CASTELLANO, Juan Luiz; DIDIEU, Jean Pierre; LOPEZ CORDON, Maria Victoria. *La pluma, la mitra y la espada*: estudios de la historia institucional em Edad Moderna. Madrid: Marcial Pons, 2000, p. 25 sg.

¹³ WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988, p. 55.

¹⁴ CORVISIER, André. *A guerra*: ensaios históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999, p. 179-180.

¹⁵ Ibidem, p. 239.

¹⁶ URICOECHA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel, 1978, p. 68.

³ PAULA, Eurípedes Simões de. A Marinha de Guerra, in HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1974, Tomo II, Vol. 4, p. 259-273.

⁴ BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

⁵ CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

⁶ MAGALHÃES, João Batista. Estudo sobre os Militares e a política, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nº 234, Jan/Mar 1957, p. 139-175, e *Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

⁷ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo e TAPAJÓS, Vicente. *Organização e Administração do Ministério da Guerra no Império*. Brasília: Funcep, 1986.

⁸ MAGALHÃES, João Batista. Estudo ..., p. 164.

⁹ CAMPOS, Pedro Moacyr; SCHULZ, John. O Exército e o Império, in HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1974, Tomo II, Vol. 4, p. 235-258.

¹⁰ SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império*: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

¹¹ CAMINHA, Herick Marques. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. História Admi-

e homogeneização pela carreira. Para o autor, os corpos militares constituídos nas lutas da Independência se aproximam deste perfil, pois ao contrário da América espanhola, não se subordinaram à lógica das práticas caudilhistas, prevalecendo a força de um “aparato estatal, mais organizados, mais coeso, e talvez mais poderoso”¹⁸.

Portanto, o Exército existente no contexto da Independência estava longe de possuir plenamente as características de uma corporação profissional de feição burocrática, no sentido empregado por Max Weber¹⁹. No quadro de oficiais, descontados os mercenários contratados nas Guerras da Independência, predominavam representantes de setores da elite colonial, com significativa presença de filhos de militares, esvaziando um pouco os raciocínios fundados em distinções entre civis e militares.

A Marinha teve um percurso diferente. Não havia uma presença permanente da Marinha de Guerra ou de instituições navais na colônia. A periodicidade de suas estadas estava subordinada à improvável regularidade das frotas ou a ações pontuais ligadas às guerras coloniais. Portanto, ao contrário do Exército, militares da Marinha não se fixaram na colônia e tampouco a sociedade colonial contribuiu para a formação dos seus quadros.

A diferença do Exército era também decorrente de outros elementos, como a manutenção das práticas tradicionais de recrutamento, que não se generalizaram na Marinha, a instituição na colônia da Academia de Guardas-Marinha, a absorção de oficiais ingleses de formação

discriminatória e aristocrática e os custos de ingressos, como os caros enxovais. No entanto, o peso de tais elementos está longe de ser consenso na historiografia.

Nesta linha de raciocínio, a Marinha, conclui José Murilo de Carvalho, “fechou suas fileiras a elementos de menores recursos e manteve o padrão aristocrático durante todo o período”, tornando o acesso ao seu oficialato “aspiração dos filhos da aristocracia cabocla”²⁰. Tal conclusão não dá conta do perfil do nosso personagem. Nascido em 1807, na Capitania do Rio Grande de São Pedro, formada sob forte tradição militar, era filho de um capitão de milícias, patrão-mor do Porto de Rio Grande e segundo-tenente honorário da Marinha. Engajado como, voluntário foi, no dizer de Marques Caminha, o exemplo honroso da categoria representativa da “ciência da arma, mas desacompanhada da nobreza”²¹.

Tomando por base a idéia de que a sociedade estamental perdeu várias de suas características no Brasil, incorporando novos elementos de hierarquização, podemos admitir que Marques Lisboa descendia de uma “pequena” “nobreza da terra” que desde a conquista do território buscou no serviço do Estado uma via de ascensão social, percurso comum da elite, como afirma José Murilo de Carvalho, ou uma “nobreza de posição”, na expressão de Lúcia Neves²².

O engajamento do jovem Lisboa como voluntário da Armada aos 15 anos não surpreende se considerarmos que à época tal idade já permitia de forma corrente o ingresso no mundo do trabalho. Na conjuntura da Independência e das guerras

que lhe seguiram, era precária a disponibilidade de recursos humanos na Marinha. A evasão de oficiais que se mantiveram fiéis a Portugal, a precariedade das práticas de recrutamento, agravada no caso da Marinha pela exigência de um conhecimento técnico mais apurado, explicam a aceitação do voluntário que, apesar de jovem, parecia ter alguma prática de atividades náuticas, como transparece da documentação produzida pelo Capitão-de-Fragata Taylor e por Lorde Cochrane na sua saída da Academia e no processo de promoção a segundo-tenente²³.

Passemos a examinar alguns aspectos do que denominamos de trajetória profissional singular. Tamandaré escapa às tipologias mais correntes dos oficiais. Não descendia da aristocracia, nem tampouco fora favorecido pelo cadetismo pomba-lino. A sua passagem pela Academia se limitara a modestos 140 dias, o que não o impediu de alcançar os mais altos postos da carreira e a nobilitação pelo Estado Imperial, mesmo com a recorrência de práticas típicas do Antigo Regime, como a proposta de conceder, em 1864, o título de Primeiro Almirante da Armada a um membro da Casa Imperial, no caso o Duque de Saxe, que o colocaria como superior hierárquico de todos os demais oficiais, inclusive Tamandaré e Inhaúma.

A proposta parece ter encontrado resistências e não prosperou, mas dela nos ficou o parecer, vazado com fina ironia por Nabuco de Araújo, que, no entanto, não deixava de reconhecer o atributo simbólico da concessão em uma ordem social aristocrática:

Aí vai o projeto com a dupla idéia de alteração do quadro e da promoção, como

V. Ex^a quer. Ainda penso que seria melhor não alterar o quadro: 1^a porque assim maior honra seria para o Príncipe, que deve ter o primeiro lugar na hierarquia com a exclusão de todos; 2^a porque, se assim, como V. Ex^a pensa, se matam as aspirações a esse posto, por outro lado, se previnem rivalidades funestas, além de que as aspirações não devem ser infinitas, sendo que não basta para elas o posto de vice-almirante, ao depois não bastará o de almirante; 3^a porque o número de almirantes não fica em proporção ao quadro da ramada. E o Exército? Também quererá maior número de marechais para o Exército? 4^a porque se torna mais odioso o alterar o quadro e criar o posto só para o Príncipe. Faça o melhor.²⁴

Os sessenta e seis anos, dez meses e dezesseis dias de serviço foram cumpridos quase exclusivamente em atividades operacionais embarcado em navios da Armada. Ao contrário de outros chefes militares de destaque, como as inevitáveis comparações com Caxias e Osório no Exército e Inhaúma na Marinha, não exerceu cargos políticos e o baronato não lhe foi concedido em razão do desempenho em campanhas militares.

Na década de 1850, período da hegemonia saquarema* e reconhecido consensualmente como o momento de consolidação do Império, Tamandaré, já chefe-de-divisão, exerceu entre setembro de 1852 e novembro de 1854 a Capitania dos Portos da Corte e Província do Rio de Janeiro, cargo estratégico para a implementação da Lei Euzébio de Queiroz. Ao deixar a Capitania dos Portos, foi designado Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte, sendo promovido a chefe-de-esquadra, em dezembro do mesmo ano.

¹⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typografia de Antonio José da Rocha, 1844, Tomo II, p. 334.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Brasília: UNB, 1981, p. 36-37.

¹⁹ WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1991, Vol. 1, p. 145-147.

²⁰ CARVALHO, op. cit., p. 148.

²¹ CAMINHA, op. cit., p. 86.

²² NEVES, Lucia M. B.; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 272.

²³ Transcritos em LIMA, José Francisco de. *Marquês de Tamandaré*. Patrono da Marinha. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999. p. 67-82.

²⁴ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 407-408.

* N.R.: Epíteto dado aos membros do Partido Conservador do Império, e que se origina do fato de a Fazenda de Monte Alegre, pertencente ao Visconde de Itaboraí, grande prócer do partido, achar-se localizada no Município de

Seguiu-se uma estada na Europa, quando foi incumbido de várias funções, entre elas a encomenda de novos navios para a Armada.

Foge ao objetivo desta comunicação, mas nos parece relevante, sugerir a investigação minudente da atuação de Tamandaré na Capitania e no Arsenal, considerando a relevância da conjuntura política e o possível paralelismo com a preocupação do Exército, no mesmo período, com seu reaparelhamento e modernização.

O final da década foi decisivo na carreira do nosso personagem, vice-almirante desde 1856, por sua aproximação com o Imperador D. Pedro II. Embora tenha servido como imediato da Fragata *Constituição* na vinda de D. Tereza Cristina para o Brasil, a função de comandante da divisão responsável pela visita do Imperador ao Nordeste o aproximou do monarca, do que decorrem o baronato (14 de março de 1860), a indicação como conselheiro de guerra (21 do mesmo mês) sendo ainda nomeado, quando do regresso a Corte, encarregado do Quartel-General de Marinha (21 de novembro do mesmo ano) e ajudante-de-campo do Imperador (25 de janeiro de 1862).

A ligação com o Imperador, “símbolo da devoção comum” da unidade nacional, na expressão de Lucia Neves²⁵, pode ser uma pista para o perfil disciplinado, e técnico, e sua ascensão funcional, apesar de avesso à política, como destacam seus biógrafos. No Quartel-General de Marinha, serviu a dois ministros: Francisco Xavier Paes Barreto (Gabinete Ferraz), magistrado e político nos últimos três meses de gestão, e Joaquim José Ignácio (Gabinete Caxias) nos três primeiros me-

ses de gestão. Há indicações de discordâncias entre o Almirante e os outros dois chefes militares, o Ministro e o Presidente do Conselho. Ao ser exonerado em 25 de setembro de 1861, conservou apenas as funções de conselheiro de guerra e ajudante-de-campo, permanecendo sem comissão até 20 de abril de 1864, quando recebeu o comando das Forças Navais em Operações no Rio da Prata.

No Prata protagonizou mais um embate com a política, neste caso a política externa “ativa”, como a definiu Amado Cervo, que consistia em promover a ascensão e apoiar governos aliados do Império e manter a neutralidade possível no conflito entre eles. O “sistema do Império no Prata”²⁶ fora costurado em diferentes missões diplomáticas, como as chefiadas por Soares de Souza, Belegarde e Carneiro Leão e tinham continuidade com a Missão Saraiva, visando a obter reparações do governo Aguirre às hostilidades perpetradas contra o Império.

O fracasso da Missão Saraiva e sua retirada do Uruguai (maio de 1864) deixava a representação do Brasil nas mãos de Tamandaré, que pautou sua ação mais pela demonstração de forças do que por negociações diplomáticas, firmando em outubro o acordo de Santa Lucia com Venâncio Flores e iniciando as ações de bloqueio dos portos. Para Gustavo Barroso, as ações no Uruguai foram o “estopim” que acendeu a pólvora no Paraguai²⁷.

Se a conflagração geral do Prata concretizada pelo Tratado da Tríplice Aliança (maio de 1865) não representou surpresa na avaliação de Hélio Vianna e Delgado de Carvalho, a ação de Tamandaré não correspondia ao conjunto do pensamento do governo do Império. O envio de nova

missão diplomática (fevereiro de 1865) dirigida pelo José Maria Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, colocou o diplomata em conflito com o militar que se pronunciou incisivamente em dezembro de 1864: “não careço de assessores e os atos que pratico são de guerra”²⁸.

A expressão do Almirante, ainda que possa ser relativizada, nos dá a idéia de como concebe a arte da guerra desvinculada da política. Se Tamandaré entende que só ações bélicas poderiam permitir atingir os interesses nacionais, Paranhos ainda insistia na política de neutralidade. O Barão do Rio Branco, na biografia do pai, explica a insistência na saída diplomática como fruto de uma preocupação com uma “luta prolongada e destruidora” entre o Império e o Paraguai, numa conjuntura delicada conseqüente as difíceis relações com a Inglaterra²⁹.

Paranhos, em famoso discurso pronunciado em 5 de junho de 1865, nos dá por oposição algumas pistas do pensamento de Tamandaré. Se o Almirante separa a política da guerra, o diplomata pensava na guerra como parte da política, “porque não se tratava, senhores, somente de diplomacia, a ação militar era portanto conhecer quais eram as nossas disposições militares e o estado da nossa força expedicionária.”³⁰ Para Paranhos, a política externa era uma política de Estado, independente do ministério que governasse: “a política externa não deve estar sujeita às vicissitudes da política interna, que deve ter princípios tradicionais e fixos, comuns a todos os partidos; e, seguramente, senhores, desgraçado o

país que, depois de tantos anos de independência, como conta o Brasil, nem ao menos tenha, ainda, princípios fixos acerca de sua política externa com relação aos Estados limítrofes”³¹.

Claramente magoado com a sua demissão, centrava a crítica no antigo Ministério (ministério Furtado), mas não deixa de responsabilizar o Almirante pela ação na República do Uruguai – “O ataque a Paissandu, a segunda cidade da República Oriental, em comum com o chefe da revolução, era a intervenção armada do Brasil na questão interna”³² – que na sua visão levaria ao questionamento do Império por outros Estados: “O que queríeis: a conquista? O que queríeis: levar os vossos limites até ao Rio Negro? O que queríeis: um Quinteros em Montevideú? Releva, portanto, que o ministério transato se explique, diga em que o plenipotenciário brasileiro não compreendeu o pensamento do governo imperial e demonstre a importância da falta que notou no ato que, não obstante, aprovou”³³.

Enquanto o diplomata enxergava a ação militar, particularmente o acordo com Flores, como uma intervenção na política interna do país vizinho, o Almirante não demonstrava a mesma preocupação, como transparece da carta encaminhada a Venâncio Flores, em 20 de outubro de 1864:

Tenho presente a nota que V.Exa. acaba de dirigir-me, em data de hoje, na qual me comunica que, como chefe da revolução da República Oriental do Uruguai, julga necessário unir os seus esforços aos meus para chegar à solução

²⁸ LIMA, op. cit., p. 245.

²⁹ RIO BRANCO, Barão do. *Biografias*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947.

³⁰ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p.305.

³¹ *Ibidem*, p. 306.

³² *Ibidem*, p. 321.

Saquarema (RJ).

²⁵ NEVES; MACHADO, op. cit., p. 276.

²⁶ SILVA, José Luiz Werneck. *As duas faces da moeda*. Rio de Janeiro: Universidade Aberta, 1990, p. 81.

²⁷ BARROSO, op. cit., p. 182 sg.

das dificuldades internas do seu país e das que têm sido suscitadas ao governo imperial pelo governo de Montevideu, visto que a revolução a que V. Exa. preside reconhece a justiça das reclamações do governo imperial, formuladas nas notas da missão especial, confiada a S. Exa. o sr. Conselheiro José Antonio Saraiva, e condena os atos ofensivos ao Império do Brasil do referido governo. (...)

Creio que V. Exa. avaliará o quanto eficaz é o apoio que lhe garanto debaixo de minha responsabilidade, o qual se traduzirá, imediatamente, em fatos e que reconhecerá nele mais uma prova de simpatia do Brasil pela República Oriental, a cujos males estimaria pôr um termo, concorrendo para constituir o governo que a maioria da nação deseja e que só encontra oposição em um reduzido número de cidadãos.³⁴

Prevaleceu a opinião de Tamandaré. Voluntarismo do Almirante, então promovido a visconde, ou a percepção concreta da região, na qual o Exército paraguaio já dava mostras de se preparar para a ofensiva. Não é nossa pretensão resolver a questão, lembrando apenas que a interpretação de Pedro Calmon pende para a segunda opção: “Entre o homem de partido e o almirante em plena guerra, o soberano não hesitou”³⁵.

O Almirante continuava polêmico e, da mesma forma que colecionara divergências com os políticos, não foram calmas as suas relações com outros chefes da Tríplice Aliança, particularmente com Mitre, embora o tratado não subordinasse a Marinha ao comando do general argentino. Depois de Riachuelo, aparentemente conseguiu fazer prevalecer seus pontos de vista e atuou decisivamente em Passo da

Pátria, Tuiuti e Curupaiti, cujo insucesso foi decisivo para a sua substituição por Joaquim José Ignácio, futuro Visconde de Inhaúma, em 22 de dezembro de 1866.

Praticamente se concluiu a carreira ativa do Almirante, que restringiu desde então sua atuação ao Conselho Superior Militar. Os títulos de conde (1887) e marquês (1888) lhe chegaram no ocaso da Monarquia, já bem distante dos embates nos rios platinos e, provavelmente, mais uma vez, se deviam às suas ligações com a Casa Imperial.

A última grande polêmica sobre Tamandaré gira em torno de sua posição na Proclamação da República. Soldado disciplinado: foi a bordo solicitar dispensa do Imperador da função de seu ajudante de campo, tendo se apresentado a seguir ao Quartel-General da Marinha. Monarquista? Teria oferecido ao Imperador o apoio da Marinha à resistência, tradição oral indicada por Calmon³⁶. Militar profissional avesso a política? Ao desembarcar teria demonstrado conformação com a República: “O que está feito, está feito, cuidemos de trabalhar e engrandecer a Pátria”, frase negada por vários de seus biógrafos³⁷.

É fato que Tamandaré não foi um homem de partido como Caxias ou Osório, mas foi de fato um político se recuperarmos a idéia de que a peculiaridade de estrutura institucional do Império encaminha “a organização da Monarquia brasileira sob a fórmula de que o rei reina, governa e administra, dentro do discreto comando de uma estrutura burocrático-política.”³⁸, dentro da qual se distinguiu a “artificialidade da elite”³⁹.

A idéia que permeia as análises de

Faoro e José Murilo de Carvalho também está presente em Ilmar Mattos, dentro da qual poderíamos colocar Tamandaré como um homem da Coroa, como tantos outros agentes do Estado:

Recuperando o que há muito evidenciamos, o Imperador devia reinar, governar e administrar porque sua figura sintetizava o papel de partido que a restauração da moeda colonial atribuía à Coroa. Como uma espécie de grande agencia administrativa, a Coroa deveria conduzir tanto as relações externas quanto as internas, e o fazia por meio de seu “braço”: o Executivo.⁴⁰

Reformado em 20 de janeiro de 1890, solicitação que já havia encaminhado antes da Proclamação, serviu no Supremo Tribunal Militar até o ano da morte, 1897, atravessando, portanto o governo Floriano Peixoto, com quem teria tido sérias divergências. A veracidade das posições não é o nosso objeto, mas certamente as suas possíveis leituras ajudam a explicar a comemoração do Almirante como Patrono da Marinha.

Estamos no campo da memória e para ele não basta o estabelecimento preciso de uma verdade absoluta, mas rastrear como e quais as versões foram apropriadas na instituição da comemoração. Para isto, no entanto, teríamos que navegar em outro mar.

³³ Ibidem, p. 304

³⁴ Ibidem, p. 314-315.

³⁵ CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 1824-1825.

³⁶ Ibidem, p. 1871.

³⁷ LIMA, op. cit., p.692.

³⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976, Tomo I, p. 341.

³⁹ CARVALHO, op. cit., p. 182.

⁴⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Squarema*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 199.

A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil: uma breve análise teórica

Francisco Eduardo Alves de Almeida

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1), membro e Instrutor do Centro de Estudos de Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Em 4 de setembro de 1925, o então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, instituía, por meio do Aviso 3.322, o Dia do Marinheiro. A referência utilizada pelo Ministro Alexandrino foi a data de nascimento de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, como uma justa homenagem a esse herói da Marinha.

Todas as nações do mundo procuram cultivar os seus heróis. A necessidade de qualquer grupo social humano possuir heróis é mais que notória. Não existem povos que não cultivem os seus heróis. A preservação dos mitos heróicos do passado não somente forja o caráter desses povos, mas principalmente mantém as bases fundamentais para um futuro caráter nacional, constituído por um grupo de indivíduos unidos por uma origem comum, por interesses comuns e principalmente por ideais e aspirações comuns.¹

Como historiadores, sabemos que o estabelecimento de heróis é uma construção histórica, motivada por interesses diversos que vão desde a preservação de valores culturais de determinada Nação até o enaltecimento de exemplos a serem seguidos. O certo é que o herói é constituído e como tal ele deve ser analisado.

Por que alguns atos heróicos se perdem nas brumas da História e outros não? Por que alguns são escolhidos e outros não? De que forma os atos heróicos foram

percebidos nos diferentes períodos históricos e como eles foram impregnando o imaginário popular? De que forma eles foram conspícuos para o forjar de qualquer nação?

Como forma de responder a essas perguntas, deve-se inicialmente definir o que seria a Nação, conceito estabelecido a partir do século XIX.

A *Nação* é uma entidade moral no sentido pleno do termo, do qual emanam conceitos importantes e específicos como *nacionalidade*, que compõe-se de um conjunto de traços morais que dão uma fisionomia especial a ela e ao *patriotismo*, amálgama indefinível de sentimentos de simpatia recíproca de amor às mesmas tradições, de aspirações de grandeza futura, de unidade e permanência de uma personalidade coletiva.² O herói provém exatamente dessas duas características notáveis da *Nação*: nacionalidade e patriotismo.

Essa constatação não significa indicar que só existem heróis a partir do estabelecimento dos Estados nacionais, certamente que não. O conceito de herói pode retroceder até os tempos homéricos.

Naqueles tempos, a noção de herói estava intimamente ligada ao conceito de *arete*. Em português não existe um equivalente exato para esse termo. A palavra “virtude” talvez seja a que mais se aproxima de seu sentido literal. *Arete* poderia

¹ AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à ciência política*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1999, p.31.

² *Ibidem*, p.35.

³ JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.25.

ser compreendida como a expressão do mais alto ideal cavalheiresco, unido a uma conduta cortês e distinta e ao heroísmo guerreiro, conforme conceituação de Werner Jaeger.³

Homero, ao escrever suas obras clássicas *Ilíada* e *Odisseia*, entendia certamente *arete* como qualidades morais e espirituais. Na primeira obra épica, a *Ilíada*, Homero enaltecia o herói como a expressão do valor moral do combatente, sua valentia, sua coragem e seu espírito de sacrifício, imortalizado tanto em Heitor como em Aquiles. Atrevo-me a enaltecer Heitor como símbolo máximo do herói homérico em detrimento do próprio Aquiles, filho dileto de Tétis, uma ninfa do mar, e de Peleu, Rei da Ftia.

Heitor, ao contrário de Aquiles era mortal, filho de Príamo, Rei de Tróia e Hécula. Homero descreveu Heitor como o mais dotado dos troianos. Nobre, forte, belo, tanto de alma como de corpo, insuperável na arte da guerra.⁴ Se algo lhe acontecesse tudo estaria perdido para Tróia, pois personificava o grande herói defensor de sua cidade.

Sua refrega final contra Aquiles, imbatível no campo de batalha, constitui-se na parte mais tocante da *Ilíada*, ao solicitar, antes do combate, a seu oponente invencível a preservação de seu corpo, pois sabia que seria morto pelo aqueu. Como era costume, a preservação do corpo de um guerreiro tombado defendendo sua *arete* era o máximo que ele aspiraria ao se dirigir ao Hades.

Aquiles, enraivecido pela morte de Pátroclo, recusa tal pedido e após um combate épico abate Heitor, o grande herói troiano, perante Príamo e Hécula, que a tudo assistem da fortaleza. Não satisfeito, Aquiles amarra o corpo de Heitor a uma

biga e executa diversas voltas em torno da cidade, procurando profanar o corpo do herói tombado no campo de batalha.

De nada adianta tal ato descontrolado, pois Afrodite, compungida pela “bela morte” de Heitor, preserva o corpo incólume de seu protegido até ser resgatado por seu pai Príamo, quando termina o poema épico.

Heitor personificou o primeiro grande herói épico ocidental, aquele que morre uma “bela morte”, defendendo a sua *arete*, a sua virtude.

Plutarco, 800 anos depois escrevia as suas 23 biografias comparadas, sempre analisando um grego e um romano. Seu propósito era moralizante, indicando exemplos a serem seguidos. Dentre os biografados, dois se distinguiam como grandes heróis da Antiguidade: Alexandre e César. O que Plutarco desejava era enaltecer a grandeza, a virtude cívica, o heroísmo. E nisso ele foi em parte responsável pela construção do mito do herói desses dois grandes personagens históricos. De acordo com o Professor Mario da Gama Cury, Plutarco “leva a extremos sua rigidez na idealização do herói que não pode ter defeitos e censura severamente Heródoto porque este, em sua *História*, retrata os grandes homens como eles são, com suas falhas e limitações”.⁵ É o ápice da “*Historia magistra vitae*” estabelecida por Cícero.

Dando um salto no tempo até o período medieval, a visão do herói se concentra não somente na defesa da virtude, mas sim na defesa da fé cristã.

O herói medieval representava o bem acima de tudo, o valor cavalheiresco, a nobreza, a pureza de coração, a valentia

ao enfrentar os inimigos e, o mais importante, a fé inabalável em Cristo e no cristianismo. Morrer por sua fé defendendo-a dos infiéis era o máximo que um nobre cavaleiro poderia aspirar.

A Igreja, como a principal instituição medieval e responsável pela disseminação da fé e da ética, estimulava o conceito de “guerra justa”, isto é a guerra como um castigo pelo pecado original que deveria ser um instrumento fundamental para que os “justos” controlassem os “ímpios”.⁶ Os heróis seriam os instrumentos divinos para a eliminação da heresia e conversão dos infiéis, defendendo a bandeira de Cristo. A morte na defesa da fé era o ápice do heroísmo.

As diversas canções de gesta enalteciam os heróis tombados no campo de batalha em defesa da fé. Quando Rolando, sobrinho de Carlos Magno, foi morto por seus inimigos em defesa da fé na Espanha, “em toda a França choveu, ventou e trovejou”,⁷ uma forma de Deus demonstrar por meio das manifestações climáticas a dor pela morte de seu grande herói medieval tombado no campo de batalha pela crença em Cristo.

No período moderno o enaltecimento do herói tornou-se menos explícito, talvez uma decorrência direta do recrutamento de mercenários para compor os exércitos que lutavam as chamadas “guerras de reis e príncipes”, tão bem discutidas e estudadas por Sir Michael Howard em seu clássico *A guerra na história da Europa*. Isso não impediu, no entanto, o enaltecimento de heróis militares notáveis como Gustavo Adolfo, Rei da Suécia e líder incontestado de seu país na Guerra dos Trinta Anos. Morto em Lutzen em 1632, Gustavo

Adolfo personificou o conceito clausewitiano de “centro de gravidade” pessoal, pois a partir de sua morte a Suécia aos poucos se afastou do campo de batalha. Ele continua sendo o grande herói e figura máxima dessa última e sangrenta guerra religiosa na Europa.

Ao final do século XVIII e início do XIX, Georg Friedrich Hegel, ao ver a figura majestosa de Napoleão, vencedor triunfante sobre os prussianos na Batalha de Iena, teve a certeza de que contemplava “o espírito do mundo a cavalo”. Tinha a certeza ainda maior que se não tivesse sido Napoleão, algum outro teria levado a cabo os ditames da “astúcia da razão”.⁸

Para Hegel, o grande homem não era o produto de condições sociais ou biológicas, mas essencialmente uma expressão do “espírito” de seu tempo ou da alma de sua cultura.⁹ O grande homem como Napoleão, para Hegel, tinha consciência de que suas palavras e ações eram permeadas pela Razão. Para o pensador alemão cada período histórico tinha o seu “grande homem”, o seu “grande herói”, não mais um defensor da sua *arete* como Homero imaginava, mas um homem dotado de discernimento, razão e liberdade, representante máximo do *Zeitgeist* ou espírito do seu próprio tempo. Disse Hegel sobre os grandes homens:

Assim são todos os grandes homens da História, cujos próprios objetivos particulares envolvem esses grandes fins que são a vontade do espírito do mundo. Eles podem chamar-se heróis, por isso que derivaram seus propósitos e sua vocação, não do curso calmo e regular das coisas, sancionado pela ordem vigente, mas de uma fonte oculta, uma fonte que não atingiu a existência

⁷ FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade média*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 140.

⁸ HOOK, Sidney. *O herói na História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962, p.56.

⁹ Ibidem, p.56.

¹⁰ Ibidem p.59.

¹¹ Ibidem.

⁴ STEPHANIDES, Menelaos. *Ilíada: a Guerra de Tróia*. 2ª ed. São Paulo: Odysseus, 2000, p.49.

⁵ PLUTARCO. *Alexandre e César, as vidas comparadas dos maiores guerreiros da Antiguidade*. Rio de Janeiro: Pres-tígio, 2001, p.16.

⁶ ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. A Guerra como fenômeno sociopolítico. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 125, 01/03, jan/mar 2006, p. 207.

fenomenal, presente daquele espírito interior, ainda oculto sob a superfície, o qual colidindo com a casca do mundo exterior, fá-la em pedaços porque é uma amêndoa diferente daquela que pertence à casca em questão. Eles são homens que parecem haurir em si mesmos o impulso de suas vidas.¹⁰

Para Hegel, o herói pode morrer ou parecer que esteja derrotado, mas a História sempre o justificará.¹¹

Outra perspectiva interessante do culto ao herói é a de nosso muito conhecido Alfred Thayer Mahan, autor de um clássico da História Naval, o *The influence of sea power upon History*, de 1890.

Em 1897, Mahan escreveu talvez uma das mais completas biografias de Lorde Horatio Nelson, morto em combate na Batalha de Trafalgar, em 1805. Seu livro foi o *The life of Nelson: the embodiment of sea power of Great Britain*, em dois volumes.

Nesse clássico, Mahan dialoga com outros dois notáveis biógrafos de Nelson: Robert Southey, muito conhecido dos historiadores brasileiros em virtude de sua *História do Brasil*, escrita em 1819, e John Knox Laughton. Southey criticara a postura do herói britânico em relação a seu relacionamento amoroso com Lady Hamilton, uma ligação infeliz para um herói morto no convés de seu navio, ostentando todas as suas condecorações e expondo-se ao perigo e aos atiradores franceses, defendendo o império britânico. Não estaria Nelson, ao se expor tão ostensivamente ao fogo inimigo, procurando se colocar como o grande herói naval sacrificado no altar da Pátria? É uma questão que merece maiores investigações.

Sir John Knox Laughton, por outro lado, procurou defender Nelson de suas

acusações, tentando compreender e até justificar certas atitudes do herói inglês.

Embora reconhecesse erros graves na biografia de Nelson, Mahan, em uma atitude equidistante de ambos, procurou apontar Nelson como um grande herói naval que deveria ser um arquétipo e base para uma correta educação naval, um estudo de caso no desenvolvimento profissional de todos os marinheiros, um exemplo típico de liderança naval. O certo é que os três procuraram com suas diferentes versões interpretar o Nelson mito, o Nelson figura heróica e o Nelson figura humana, o exemplo de como os marinheiros britânicos deveriam ser e lutar, com o espírito de sacrifício e liderança do grande herói tombado em combate.

Até esse ponto tem sido atribuída especificamente a palavra *herói* em sentido amplo e vago, dentro de um tempo histórico determinado e em perspectivas distintas, conforme a percepção daqueles que atribuíram significação a esse atributo, o *heroísmo*. Tal visão merece ser abandonada para se atribuir características mais concretas, considerando o tempo presente como fulcro. Para isso se recorrerá a percepção do herói segundo classificação do professor Sidney Hook, historiador da Universidade de Nova Iorque.

Segundo esse autor, o herói na História é um indivíduo a quem podemos atribuir influência preponderante na determinação de um desfecho ou acontecimento cujas conseqüências teriam sido profundamente diferentes se ele não agisse daquela forma.¹² Deve haver distinção entre o herói como *homem-momento* e o herói como *homem-época* na História. O *homem-momento* é qualquer homem cujas ações tenham influenciado desenvolvimentos subseqüentes numa direção completamente diferente daquela que

teria sido seguida se essas ações não tivessem sido perpetradas. O *homem-época*, por outro lado, é um *homem-momento* cujas ações são as conseqüências de extraordinária capacidade de inteligência, vontade e caráter, em vez de acidentes de posição.¹³ Essa distinção, segundo o professor Hook, tenta fazer justiça à crença geral de que um herói é grande não somente em virtude do que faz, mas em virtude do que ele é.

Um exemplo típico de um *homem-momento* foi Joaquim Cordovil Maurity na Passagem de Humaitá, na Guerra do Paraguai. Ele se transformou em exemplo e em herói por tomar uma decisão extrema no momento aprazado, em circunstâncias extremas, com sacrifício da própria vida. Forçando a passagem, entrou Maurity para a imortalidade, transformando-se em herói da Marinha brasileira. Este é o exemplo do herói tipo *homem-momento*.

Tanto o *homem-momento* como o *homem-época* aparecem em pontos de inflexão da História. A possibilidade de ação já foi preparada pela direção dos acontecimentos precedentes.¹⁴ A diferença está em que o *homem-momento* age no instante adequado por meio de um ato relativamente simples de profunda influência no curso da História. O momento chega e o ato se consuma, sendo este o ato supremo do *homem-momento*.

O *homem-época*, por outro lado, encontra uma bifurcação na estrada da História, no entanto ajuda também a criá-la. Aumenta dessa forma as probabilidades de sucesso para a alternativa que escolhe em virtude das excepcionais qualidades que possui. Ele, assim, possui uma vantagem em relação ao *homem-momento*. Ele não espera o instante, ele

transforma e molda aquele ato decisivo em uma ação refletida e estudada, daí a sua superioridade. Assim independe do momento. Ele perdura antes, durante e após o evento histórico.

Exatamente nesse ponto que a figura de Joaquim Marques Lisboa passa a ser discutida como herói. Seria ele um *homem-momento* ou um *homem-época*?

Embora Joaquim Marques Lisboa, o futuro Marquês de Tamandaré, tenha se distinguido na Campanha da Cisplatina e em outras operações relevantes da Marinha em diversas ocasiões, não se pode imputar a ele uma decisão extraordinária em um ou mais momentos decisivos no curso da História. Sua atuação foi contínua, constante, perene. O próprio conceito de *homem-época* pressupõe que deva existir um laço poderoso entre ele e sua classe e no caso de Tamandaré existia exatamente esse laço indissolúvel entre ele e aqui me atrevo a afirmar sua classe social constituída por seus pares na Marinha e a própria Marinha como instituição. Além disso, o *homem-época* geralmente desfruta de prestígio e poder na classe que o apóia, o que confirma exatamente o papel social de Tamandaré dentro do meio naval.

O professor Hook afirmou que “o comportamento da maioria das figuras históricas em relação a sucessos políticos e sociais pode ser explicado em termos dos interesses que falam através deles. Mas há indivíduos que não somente retrucam, mas reagem de modo a modificar radicalmente as relações originais do interesse social”.¹⁵ Essa frase de Hook aponta exatamente para os comportamentos ou ações que fizeram com que Joaquim Marques Lisboa fosse laureado por Alexandrino como

¹⁴ Ibidem, p.132.

¹⁵ Ibidem, p.142.

¹⁶ LIMA, José Francisco de. *Marquês de Tamandaré: Patrono da Marinha* (Seu perfil histórico). Rio de Janeiro: Serviço

¹² Ibidem, p.130.

¹³ Ibidem.

Patrono da Marinha e herói naval.

Sim, Tamandaré era um *homem-época* com qualidades notáveis em um período histórico, o governo Arthur Bernardes, em que se fazia necessário ressaltar algumas virtudes que estavam se tornando raras na cena política nacional. Não deve ser esquecido que o Tenentismo se espraiava entre as Forças Armadas brasileiras e que era necessário enaltecer exemplos fundamentais para a classe militar como um todo. No ano anterior acontecera o levante do Encouraçado *São Paulo* e Alexandrino necessitava de um exemplo que congregasse a Marinha em torno de um nome com unanimidade entre os componentes da força. Por que Tamandaré foi escolhido e não Barroso? Ou mesmo Inhaúma? Ou Maurity? Em que Tamandaré se diferenciava dos outros personagens importantes da Marinha?

Em primeiro lugar, sua lealdade total ao Império brasileiro. Lealdade que o fez aceitar magoado a República, para ele um ato deplorável. Tamandaré sempre foi monarquista e sempre foi leal a D. Pedro II, por quem mantinha grande amizade e respeito, tendo sido por muito tempo seu ajudante-de-campo. Sua lealdade era tanta que depois de 15 de novembro de 1889 jamais embarcou em lancha que desfraldasse bandeira que não fosse a Imperial.¹⁶ Não mais tomaria parte em qualquer cerimônia pública por mais importante que ela fosse. Ao falecer em 1897, seu caixão foi coberto com a bandeira do seu querido Império.

Alexandrino precisava enaltecer a lealdade ao sistema como fundamental nos círculos navais. Tamandaré assim era esse exemplo.

Em segundo lugar, sua aderência estrita à lei e aos regulamentos. Essa

característica estava certamente ligada à sua total lealdade ao Império, do qual se considerava um humilde servidor. Tamandaré, em momento algum de sua extensa carreira, permitiu que as leis e regulamentos navais imperiais fossem ultrajados, sendo a legalidade um de seus atributos mais marcantes. Essa inclinação inata de Joaquim Marques Lisboa com a legalidade foi fator ponderável na escolha de Alexandrino para ser o futuro patrono, uma vez que esse exemplo deveria ser seguido por todos que abraçaram o serviço naval, principalmente naqueles anos conturbados de governo Arthur Bernardes.

Em terceiro lugar, sua longevidade na Marinha. Com 15 anos de idade Tamandaré assentou praça, como voluntário da Armada a bordo da Fragata *Niterói*, comandada por John Taylor, durante a Guerra da Independência. Na Marinha assim permaneceu por cerca de 67 anos, uma vez que em 1889, mais precisamente em setembro, havia solicitado sua reforma ao ajudante-general da Armada e este lhe solicitara que aguardasse um pouco mais a promulgação da nova lei de reforma compulsória, que logo entraria em vigor, dando-lhe assim maiores vantagens. Naquela oportunidade, Tamandaré ainda era ajudante-de-campo do Imperador Pedro II. A longevidade de Tamandaré lhe imputava uma ascendência moral considerável na classe naval, pois vira a Armada nascer e se desenvolver. Participara de todos os principais eventos políticos do período e assim transformou-se em exemplo a ser seguido.

Em quarto lugar, seu nacionalismo perante qualquer situação extrema. Reconheço o perigo de se utilizar a expressão “nacionalismo”, uma vez que esse conceito requer inúmeras interpretações.

O século XIX foi o século em que esse conceito foi reafirmado, como sabemos. Utilizo aqui uma conceituação derivada da anteriormente apresentada, de autoria de André Hauriou, que diz ser a *Nação* um grupo humano no qual os indivíduos se sentem mutuamente unidos, por laços tanto materiais como espirituais, bem como conscientes daquilo que os distingue dos indivíduos componentes de outros grupos nacionais.¹⁷

Essa definição parece ser a que mais se adequa ao caso brasileiro, no qual a Guerra do Paraguai foi o evento histórico norteador do marco inicial da nacionalidade brasileira. Nesse evento, Tamandaré foi um dos principais participantes. Sua disputa com Bartolomeu Mitre no modo como a Esquadra deveria ser utilizada demonstra o seu nacionalismo. Temia ele que, por trás daquele desejo de Mitre de expor a Esquadra ao fogo da artilharia paraguaia postada nas margens, estivesse um desejo de ver enfraquecido o Poder Naval brasileiro, elemento fundamental para a defesa dos interesses nacionais no Prata. O tempo demonstraria o acerto de sua visão estratégica, pelo menos no que tange à preservação da Esquadra. Nunca em tempo algum navios sozinhos venceram combates ocorridos em terra. *Sir* Julian Corbett, grande historiador e teórico naval britânico, estabeleceria 50 anos depois que a Marinha deveria apoiar a ação em terra e a vitória seria obtida sempre por uma ação em terra.

Em quinto lugar, sua liderança na Marinha. Quando de sua morte, o seu amigo de muitos anos, o Almirante Ignácio Joaquim da Fonseca, assim se pronunciou:

Aqui, perante a majestade da morte, enlutados corpo e alma, venho depor o derradeiro preito de homenagem da Marinha brasileira ao que foi o bravo e distinto voluntário Joaquim Marques Lisboa, por si ou por seus altos feitos marciais e navais e de amor da Pátria, elevado ao posto de

primeiro almirante, à dignidade de conselheiro de guerra e à de Marquês de Tamandaré. O luto da Marinha, do Exército e de todas as classes nacionais é o eloqüente testemunho da veneração que merecia o quase centenário Almirante Marquês de Tamandaré. A paz do Senhor sela com a sua cristianíssima alma.¹⁸

Essa demonstração de amizade e de reconhecimento por parte do Almirante Joaquim da Fonseca com os feitos de Tamandaré indicam sua grande liderança na classe. Era ele por todos admirado e reverenciado como um exemplo a ser seguido.

Uma sexta característica era sua experiência marinheira, advinda de diversos comandos no mar, culminando com a chefia das Forças Navais brasileiras no teatro de operações no Paraguai. Um evento importante que demonstrou as qualidades de grande marinheiro de Tamandaré foi o salvamento da Nau portuguesa *Vasco da Gama*, no dia 5 de maio de 1849, em frente à Baía de Guanabara. Naquela oportunidade, Marques Lisboa, manobrando o seu navio, a Fragata *Dom Afonso*, aproximou-se da *Vasco da Gama*, já prestes a naufragar, e com rara habilidade conseguiu transferir o dispositivo de reboque a esse navio e posteriormente rebocou-o para o porto do Rio de Janeiro, apesar de forte temporal. Tamandaré era marinheiro admirado por toda a Marinha.

Uma sétima característica era seu cavalheirismo, mesclado com nobre sentimento de honra militar. Seu combate com Espora na Guerra da Cisplatina, em 29 de maio de 1828, quando comandava o *Bela Maria*, demonstrou cabalmente essas qualidades. Após um dia inteiro de combate contra esse herói argentino, comandante da Escuna *Ocho de Febrero* e esgotada a munição deste adversário, aceitou sua rendição, sendo no entanto brindado com uma lembrança de Espora por sua postura digna e respeitosa: o óculo que o Almi-

de Documentação da Marinha, 1982, p.688.

¹⁷ MENDONÇA, Nadir Domingues. *Uma questão de interdisciplinaridade: o uso dos conceitos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p.148.

¹⁸ LIMA, op.cit., p.707.

¹⁹ Ibidem, p.655.

rante Brown lhe presenteara na Batalha de Quilmes, em uma clara demonstração de admiração e respeito com aquele nobre combatente brasileiro.

Uma oitava característica importante era a simplicidade. Avesso ao luxo e ao conforto, sua casa modesta não correspondia às altas posições que ocupava na Marinha e na Corte. Mesmo a bordo dos navios, fazia questão que seus camarotes primassem pela simplicidade, dormindo em camas desconfortáveis de madeira sem colchão, com traveseiro duro e baixo para conservar sempre o corpo rígido. Acreditava que a posição horizontal, para os tipos sangüíneos como ele, era a que melhor auxiliava a circulação do sangue.

Um nono ponto observado de Tamandaré era seu senso de humor apurado. Muitas vezes gostava de pregar peças em amigos por quem sentia estima. Em uma das vezes o alvo foi exatamente Caxias. Um dos pratos preferidos de Joaquim era o gambá ao molho que ele considerava uma iguaria. Ao mesmo tempo, a Caxias repugnava tal animal, que considerava insuportável. Comê-lo, para o velho chefe do Exército, era impensável. Apreciava mesmo era um bom franguinho ao molho. Tamandaré sabia desse gosto de Caxias e não perdeu a oportunidade. Em certa ocasião, Caxias fazia uma visita a um primo de Joaquim, João Maria Lisboa, e lá iria almoçar. Imediatamente, acorreu a casa de João levando um gambá. Pediu então a senhora de seu primo que preparasse esse prato com o máximo de esmero e carregado de molho, de modo a afastar o odor característico do animal odiado por Caxias.

Caxias, ao ver Tamandaré para o almoço, ficou muito satisfeito, principalmente por que o aroma da “cutia” trazida por Joaquim era agradável e apetitoso. Era um presente trazido por Tamandaré ao velho comandante-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai. Um gambá, tra-

vestido em “cutia”. Foi então servido o almoço e Caxias comeu, comeu, e comeu, saboreando com gosto a “cutia” trazida por Joaquim. Ao final, querendo elogiar a esposa de João, disse Caxias: “O prato estava excelente, delicioso, acho mesmo que se trata de uma cutia especial, pois tinha até rabinho!”¹⁹ Foi, então, um gargalhar de todos e até do próprio Caxias ao saber da peça que lhe fora pregada por seu grande amigo.

Por fim, uma décima característica importante de Tamandaré, que deveria ser enaltecida por Alexandrino, era a de disciplinador. Em nenhum momento Joaquim Marques permitia que a disciplina e a ordem fossem perturbadas. Seus inúmeros comandos foram sempre governados pela observância estrita ao dever, temperadas pelo seu exemplo de chefe, comandante e líder. Dessa forma, nunca teve qualquer dissabor com insubordinações em seus navios, ao contrário, sempre foi respeitado e querido por seus oficiais e marinheiros.

Essas qualidades de Tamandaré eram por demais conhecidas por Alexandrino, que tinha como uma de suas características a centralização de decisões, das mais simples às mais complexas em seu gabinete. Tudo por ele passava. Certamente a decisão de escolher Tamandaré como Patrono da Marinha foi dele e só dele. Sabia que nessa escolha deveria existir uma unanimidade por parte da Força. Se a escolha fosse diferente dessa unanimidade, certamente os ânimos, que já se encontravam exacerbados pela situação política do País, se inflamariam mais ainda. Alexandrino não teria direito de errar e certamente não errou. A Marinha, como instituição constituída de homens com memória recebeu o seu patrono escolhido, Tamandaré, com alegria, reconhecendo-o por suas qualidades como o exemplo a ser seguido. Bela escolha de Alexandrino. Embora não tenha alterado os ânimos inflamados contra Arthur Bernardes, provocou certamente uma unanimidade de opiniões no seio da Ma-

rinha. Tamandaré era um aglutinador de qualidades para a Armada.

Passados mais de 80 anos desde o estabelecimento de Tamandaré como patrono e herói da Marinha, homenageamos o nascimento desse personagem importante na História do Brasil e da Armada.

Joaquim Marques Lisboa é, conforme conceituação teórica do Professor Sidney Hook, um *homem-época*. Não existem fatos espetaculares e decisivos por ele realizados que tenham modificado o curso da História, no entanto ele esteve presente em todos os principais eventos ocorridos com a Armada Nacional desde o seu nascedouro. Ele foi o exemplo a ser seguido por todos que tiveram a chance de conhecê-lo. Por suas qualidades pessoais, foi elevado a herói da Marinha.

Não há nações que não cultivem seus heróis e personalidades. Todos, todos os países são assim. Cultivam os seus importantes personagens. Nas Forças Armadas esse enaltecimento necessita ser mais vigoroso. A profissão militar envolve o combate, a refrega, o sofrimento, a abnegação e o patriotismo. Os exemplos dos heróis do passado devem ser lembrados. A partir desses atos heróicos os combatentes compreenderão que os seus sacrifícios fazem parte de um legado vindo do passado.

Alexandrino bem percebeu isso em 1925. Tamandaré foi o seu escolhido e não poderia ser outro. Ele era unanimidade. Era o *homem-época* de sua instituição. O exemplo a ser seguido por todos. Inclusive pelos tenentes amotinados da Marinha em 1924.

Alexandrino acertara na escolha. A unanimidade com Tamandaré persiste até hoje. Ele continua sendo o grande herói da Marinha.

19.Ibidem, p.655.

“Aqui jaz o Velho Marinheiro”: as instruções de Tamandaré para seu sepultamento

Fernando Manoel Fontes Diéguas

Vice-Almirante (Ref^o), membro do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval (Cepe/EGN).

Já bem idoso, sentindo, com certeza, aproximar-se o final de sua vida, Tamandaré redigiu instruções para o seu sepultamento. Elas muito nos revelam de seus sentimentos e idéias. Representam uma importante contribuição para a compreensão do pensamento e do caráter desse grande marinheiro, um dos cidadãos mais ilustres do seu tempo. Refletem a maturidade e o discernimento adquiridos em uma longa experiência de vida na Marinha, alcançando uma quadra de nossa história marcada por significativas transformações políticas, econômicas e sociais.

De fato, cabe lembrar que as instruções foram escritas em 23 de setembro de 1893, havia 17 dias, portanto, do início da Revolta da Armada, contra o governo de Floriano, e na esteira ainda borbulhante de dois acontecimentos recentes, de expressivas conseqüências na história do Brasil: a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Os fatos e as circunstâncias políticas da época não poderiam deixar de estar presentes no espírito do Almirante quando ele redigiu as instruções.

Tamandaré não desejava que, após sua morte, lhe fossem prestadas honras militares, “tanto em casa como em acompanhamento para a sepultura”. O motivo pelo qual as rejeitava era um honesto sentimento de respeito e amizade pelo imperador Pedro II, “o mais distinto filho desta terra, tanto por sua moralidade, alta posição, virtudes, ilustração, como pela dedicação no constante empenho do serviço da Pátria, durante quase 50 anos

que presidiu a direção do Estado”.

Ora, se a Nação não havia “prestado honras fúnebres de espécie alguma por ocasião do falecimento do Imperador”..., “a nenhum homem de seu tempo se poderá prestar honras de tal natureza sem que se repute ser isso um sarcasmo cuspidosobre os restos mortais de tal indivíduo”. Linguagem dura e sem rodeios. O estilo direto e franco modula o protesto contra aquilo que considera uma injustiça, traça os contornos da denúncia que o inconformismo e a lealdade não lhe permitem esquecer ou omitir.

Exijo – escreveu Tamandaré nessa espécie de testamento – “que meu corpo seja vestido somente com camisa, ceroula e coberto com um lençol, metido em um caixão forrado de baeta, tendo uma cruz da mesma fazenda, branca, e sobre ela colocada a âncora verde que me ofereceu a Escola Naval em 13 de dezembro de 1892 [data de seu 85º aniversário.

À valorização do símbolo mais relevante da Marinha, a âncora, Tamandaré associa a sua fé: no ponto em que a haste e o cepo da âncora se cruzam, deveria ser colocado “um coração imitando o de Jesus, para que assim ornado signifique a âncora-cruz, o emblema da fé, esperança e caridade, que procurei conservar sempre como timbre de meus sentimentos”.

Não queria que fossem depositadas flores, coroas ou “enfeites de qualquer espécie” sobre o caixão. Mas seu patriotismo – é interessante observar que em um pequeno texto como o dessas instruções, com cerca de 50 linhas que não dariam

para preencher duas páginas, a palavra “pátria” aparece quatro vezes – admitia uma exceção: “só a Comenda do Cruzeiro que ornava o peito do Sr. D. Pedro II em Uruguaiana, quando compareceu como primeiro dos Voluntários da Pátria para libertar aquela possessão brasileira do jugo dos paraguaios que a aviltavam com a sua pressão”. Revelam-se, nessa exceção, a alma do guerreiro e a altivez de espírito que tantas vezes demonstrara na defesa da soberania e da dignidade do Brasil.

Ao patriotismo alia um apurado senso de justiça e solidariedade humana. Exigia que seus restos mortais fossem “conduzidos de casa ao carro e deste à cova por meus irmãos em Jesus o Cristo que hajam obtido o foro de cidadãos pela Lei de 13 de Maio”. Isso prescrevia como “prova de consideração a essa classe de cidadãos em reparação à falta de atenção que com eles se teve pelo que sofreram durante o estado de escravidão”, e como “reverente homenagem à Grande Isabel Redentora, benemérita da Pátria e da Humanidade, que se imortalizou libertando-os”.

Exigia mais: nada de anúncios ou convites para o enterro; e, ainda, que seu corpo fosse levado em “carrocinha de última classe” e enterrado em sepultura rasa.

A simplicidade e o pouco-caso por honrarias se confirmam no último pedido das instruções: “Como homenagem à Marinha, minha dileta carreira, em que tive a fortuna de servir à minha Pátria e prestar alguns serviços à Humanidade, peço que sobre a pedra que cobrir minha sepultura se escreva: Aqui jaz o Velho Marinheiro”.

A importância desse documento – é pena que tão pouco conhecido –, escrito por Tamandaré de próprio punho, parece-me irrecusável. Embora bastante curto, dele podem ser extraídos alguns traços significativos da visão e das preocupações do Almirante em relação ao Brasil da época em que o redigiu. Pode-se dizer que o documento sintetiza o pensamento de um cidadão que por mais de 70 anos viveu

de perto a história de seu país; participou de quase todas as lutas da época, internas e externas; esteve presente, enfim, nos momentos mais cruciais e decisivos do processo de formação e consolidação do Estado brasileiro.

Representa, sobretudo, pelos exemplos de conduta e ética militares que sugere ou sublinha, um legado de inestimável valor. Dele se projetam alguns dos atributos de caráter que marcaram a vida do grande Almirante: a lealdade, o horror à injustiça, seu amor à Marinha, a fé, o patriotismo, a altivez, o espírito de solidariedade humana e a simplicidade. Ao redigir as instruções para seu sepultamento, lançando no papel seus sentimentos, Tamandaré transmitiu às gerações seguintes um verdadeiro testamento moral.

O panteão em que foram depositados os restos mortais do Patrono da Marinha, no Comando do 5º Distrito Naval, em Rio Grande (RS), cidade em que ele nasceu, é simples, como ele o foi em vida. A sepultura é rasa. Tem a pedra com a inscrição que ele pediu, sem flores ou enfeites, fixada em uma área onde se destacam a imponência natural de figueiras centenárias e a visão do mar.

Um singelo monumento de concreto, com a forma de vela de navio, distingue-se no verde do terreno. Nele estão inscritas as campanhas de que Tamandaré participou: Guerra da Independência, Guerra da Cisplatina, Campanha Oriental, Guerra do Paraguai, Confederação do Equador, Setembrada, Cabanagem, Sabinada, Balaiada e Revolução Praieira. Campanhas que evocam o brilho de seus feitos na Marinha e a grandeza dos serviços prestados pelo Velho Marinheiro ao Brasil.

Fontes para a História

O Almirante Tamandaré através da *Revista Marítima Brasileira*: a construção da memória de uma instituição da Marinha do Brasil (1897-1950).

Prof. Paulo André Leira Parente

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Curso de Especialização em História Militar Brasileira do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil/UNIRIO.

No ano de 2007, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, a Academia e a Armada reuniram-se para comemorar o Bicentenário de Nascimento de Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil e monumento da história pátria. Conforme o historiador Jacques LeGoff definiu, o monumento "... é um sinal do passado ... é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação ..."¹

Em sua etimologia latina a palavra *monumento* remete ao verbo latino *monere* que significa *fazer recordar, avisar, iluminar e instruir*. Portanto, o *monumento* é tudo aquilo que evoca o passado e perpetua sua recordação através de outras gerações no tempo da História ou da memória. Recordar através de um monumento significa para uma geração do tempo presente instruir-se sobre um passado comum que contribuiu para a formação de sua identidade coletiva. Também ilumina sua consciência ao formar o sentimento de pertencer a um grupo social, a um povo, a uma nação ou a uma pátria.²

Os monumentos são obras comemorativas construídas ao longo da História

através de lembranças e memórias que mantém viva a recordação de um passado que é significativo a um grupo e lhe fornece coesão na medida em que cria, nesse grupo, a consciência de pertencer a um passado e a um destino comum. Comemorar é compartilhar da memória. A narrativa histórica não é a única forma de expressão da consciência do passado. Conforme identificou o historiador Marc Ferro: "O conhecimento do passado constitui apenas um dos aspectos da História; há outros que se exprimem com a mesma vivacidade, mas que durante muito tempo os profissionais não reivindicaram, nem reconheceram como pertencentes a seu campo. É o caso das comemorações e das festas que, desde a tradição dos gregos, os historiadores ignoravam _ e que a historiografia atual levou em conta."³

A memória coletiva atuou na construção da identidade através da institucionalização social da memória do Almirante Tamandaré. Sua busca e esforço na recuperação do passado fortaleceram uma *cultura histórica* expressa nos artigos, registros, apologias e memórias publicadas na *Revista Marítima Brasileira*. Tais registros estavam comprometidos com

¹ GOFF, Jacques le. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, 535.

² FLORESCANO, Enrique. A Função Social do Historiador. In: *Tempo*. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, no 4, Volume 2, p. 66.

³ FERRO, Marc. *A História vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 54.

⁴ "A memória difusa pode alimentar-se também de *silêncios*, daqueles vazios que se perpetuam através do tempo.

a formação de uma identidade coletiva interna da Marinha do Brasil e frente a outros grupos e instituições.

O Almirante Tamandaré em sua dimensão como Patrono da Marinha do Brasil e monumento da história pátria tornou-se um eixo referencial de uma tradição militar que agregou valores ao grupo que o elevou a esta condição de monumento. Dentre as diversas estratégias da memória e instrumentos utilizados por grupos variados na construção do vulto de Tamandaré, identificamos a atuação da *Revista Marítima Brasileira*.

Ao longo de sua existência em publicações ininterruptas, desde o final do século XIX, a *Revista Marítima Brasileira* atuou como um destacado e dinâmico veículo de informação geral e formação intelectual da sociedade militar que influenciou a Marinha do Brasil, principalmente de seus oficiais. Entre 1897 e 1950, a *Revista Marítima Brasileira* atuou de forma decisiva em prol da memória do Almirante Tamandaré. Neste intervalo de tempo, identificamos em suas publicações um primeiro período de intensa manifestação e apego à lembrança do Almirante Tamandaré, no ano de seu passamento em 1897.

Um segundo longo período de contra-história, que se caracteriza por um silêncio quase absoluto sobre sua memória, correspondendo a grande parte da República Velha, entre os anos imediatos de seu passamento e o ano de 1932. Ao longo deste tempo, a não-lembrança foi rompida timidamente em 1908, com uma curta menção ao centenário de nascimento de Tamandaré e, em 1923, com uma homenagem prestada por uma missão naval norte-americana em seu monumento na Avenida Beira-Mar.⁴

Verificamos ainda um terceiro pe-

ríodo de intensa atividade e defesa da memória do Almirante Tamandaré, entre 1932 e 1950. Neste intervalo surgiu uma complexa produção de artigos e notícias comprometidas com a valorização de sua lembrança e da elevação de sua figura como instituição da Marinha do Brasil e como um dos mais importantes protagonistas da história pátria.

Neste período, a direção de redação da *Revista Marítima Brasileira* esteve sob a responsabilidade do Capitão-de-Fragata da reserva Dídio Afonso da Costa, estudioso da História Marítima Brasileira, primeiro chefe da Divisão de História Marítima, criada em 1938, e mais tarde, em 1943, transformada no Serviço de Documentação da Marinha, no qual atuou como seu primeiro diretor. Sua atuação como diretor de redação da *Revista Marítima Brasileira* resgatou a figura do Almirante Tamandaré do esquecimento ao qual havia sido relegado pela revista durante o primeiro período da história republicana brasileira.

A memória social em suas relações com a História pode implantar uma visão homogênea ou de conflito no resgate do passado. A memória pode esquecer fatos e características de um acontecimento ou qualidades de um personagem histórico. Por outro lado, conforme identificou Arno Wehling, “a memória pode ser um instrumento de combate para afirmar a própria identidade minoritária, muitas vezes ante outras comunidades da mesma sociedade.”⁵

Assim, a identidade ou a legitimidade de um grupo pode ser alcançada através da simplificação do passado em um eixo em torno do qual se organizam as estratégias da memória, dentre as quais destacamos: a identificação e valorização de um evento fundador; a escolha de um

vulto emblemático e as qualidades que representa; a construção de monumentos ou memoriais; a determinação de “lugares da memória”; a apresentação de símbolos; a organização de exposições, festas públicas e comemorações.

No período por nós demarcado, ou seja, entre 1897 e 1950, a construção e o resgate da memória do Almirante Tamandaré correspondeu a uma ética da convicção e a combates apresentados ao longo de diversos artigos publicados na *Revista Marítima Brasileira*. Para o conjunto dos escritos dedicados ao Almirante Tamandaré, identificamos as seguintes qualidades da memória social:

- a) Tamandaré como um herói popular e atemporal dos brasileiros;
- b) os gestos do passado de sua vida já continham o futuro;
- c) a identidade plena entre a vida de Tamandaré e a História do Brasil;
- d) sua grandeza maior frente a outros vultos da História Naval Brasileira e mesmo frente à história pátria; e
- e) o esquecimento e o resgate de sua memória em períodos distintos.

Tamandaré: o passamento para a eternidade e sua repercussão na *Revista Marítima Brasileira* (1897)

Jacques LeGoff apontou para o fato de que entre os materiais da memória coletiva ou social que sobreviveram através dos tempos destacam-se “... os monumentos funerários destinados a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.”⁶

Assim, a trajetória de construção da

memória institucional do Almirante Tamandaré começou com o seu passamento em 20 de março de 1897. A *Revista Marítima Brasileira*, através de um suplemento editado no mesmo mês de março de 1897, publicou a Necrologia do Almirante Tamandaré, sua fé de ofício, ordens do dia do Quartel-General da Marinha e da Escola Naval, manifestações diversas de pesar, notícias de seu passamento reproduzidas dos principais jornais da cidade e uma descrição de seu sepultamento.

O funeral de Tamandaré reuniu uma aglomeração popular em torno de sua casa, na freguesia da Gávea. Os cuidados fúnebres foram conduzidos pelo pároco da Freguesia. Seu corpo foi retirado de casa e transportado para o carro fúnebre por seis marinheiros, conforme uma última vontade expressa em seu testamento. Sobre o caixão foi depositada a âncora com a qual os alunos da Escola Naval lhe presentearam, em uma homenagem em sua casa quando Tamandaré completou 85 anos, em 1892, e, também, a bandeira imperial do Brasil. Identificamos um grande aglomerado popular, aspirantes da marinha, guardas-marinha, oficiais, professores, magistrados e diversas autoridades civis, dentre as quais o Governador Paes de Carvalho. O cortejo fúnebre foi acompanhado por uma multidão até o seu final, no Cemitério São Francisco Xavier.

A reação da *Revista Marítima Brasileira* expressou a dimensão de uma catástrofe nacional. Os redatores da notícia, o Capitão-Tenente Afonso Henrique Viera e o Primeiro-Tenente Reformado Leão Amzalak, escreveram: “O destino severo decidiu que o mês de março corrente fosse de contínuo luto para as armas de terra e mar da República. Ao desastre de

Memória Social e Documento, 1997, p. 17.

⁶ LE GOFF, op. cit., p. 535.

⁷ *Revista Marítima Brasileira*, 1897, Suplemento, p. 136 B.

⁸ *Ibidem*, p. 136 B.

Estes podem ajudar a compreender certos comportamentos, certas atitudes sociais.” *Ibidem*, p. 61.

⁵ WEHLING, Arno. Memória e História. Fundamentos, convergências e conflitos. In: *Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Mestrado em

Canudos seguiu-se o passamento, no dia 20 às 16:00 horas da tarde, do Ilustre Almirante Marquês de Tamandaré, o decano da Marinha brasileira.”⁷

O texto do suplemento destacava seus maiores feitos: seu arrojado comando do *D. Afonso*, quando liderou o salvamento dos naufragos da Galera *Ocean Monarch*, em 24 de agosto de 1848, na Inglaterra. Mencionava, também, o socorro prestado à Nau portuguesa *Vasco da Gama*, desarvorada debaixo de um temporal na barra do Rio de Janeiro, entre 5 e 6 de maio de 1849. Apontava ainda Tamandaré como veterano das campanhas marítimas da Independência e da Cisplatina e comandante-em-chefe na primeira fase da Guerra da Tríplice Aliança. Os redatores, ao final da notícia, aclamavam Tamandaré como “Herói na tomada de Payssandu.”⁸

A reação da Armada foi registrada no mesmo suplemento. A ordem do dia do Quartel-General da Marinha, assinada pelo Almirante Júlio César de Noronha, Chefe do Estado-Maior General, pedia oito dias de luto como testemunho do pesar na Armada. A ordem do dia do Diretor da Escola Naval, Contra-Almirante Dionysio Manhães Barreto, também destacava sua atuação nos episódios de salvamento da *Vasco da Gama* e do *Ocean Monarch*, quando seu gesto de bravura foi reconhecido pelo governo inglês, com a entrega do cronômetro de ouro.⁹

Os jornais do Rio de Janeiro publicaram amplas matérias, necrológios e biografias, nas quais eram apresentados os feitos do Almirante Tamandaré. Ao longo da semana seguinte ao seu passamento, Tamandaré permaneceu presente na imprensa carioca. De sua biografia destacaram-se preferencialmente: a entrada precoce na vida ligada ao mar, sua

participação nas lutas em prol da Independência, seus feitos de salvamento e o reconhecimento recebido por parte do governo inglês.

A vitória alcançada sobre a natureza em luta constante contra os perigos do mar, expressos nos gestos de coragem que empreendeu para salvar o *Ocean Monarch* e a *Vasco da Gama* foram um tema recorrente. Assim, o *Jornal do Commercio*, em edição de 21 de março de 1897, o saudava como “... um marinheiro ilustre, cujo nome havia sido aureolado pela glória no Atlântico, no Mediterrâneo e no Pacífico, cuja bravura tinha sido testemunhada pela Europa e pela América ... Na viagem da Fragata *Niterói*, sob o comando de John Taylor, perseguindo um inimigo 20 vezes superior até à embocadura do Tejo, lutando ora com os elementos, ora com a escassez de víveres e de aguada, até deixar nas costas da Europa o adversário que fugia ... desfraldando pela primeira vez nos mares da Europa, a bandeira do Brasil.”¹⁰

Através da redução do presente ao passado, a memória instituída o fato fundador do primeiro combate marítimo travado pela Marinha do Brasil em águas estrangeiras. Por outro lado, os jornais não mencionaram sua atuação e comando na Guerra da Tríplice Aliança.

A apresentação de sua longa vida dedicada à Marinha confundia-se com a própria História do Brasil. Sua vida de marinheiro, patriota e dedicado expressava-se na trajetória do Império. Esta, por sua vez, poderia ser narrada através de sua biografia. O homem e a História se confundiam. O *Jornal do Commercio* destacou: “A fé de ofício do Almirante Tamandaré é a história da nossa Marinha durante os dois primeiros reinados.”¹¹

O *Jornal do Commercio* apresentou ainda a oração proferida à beira do túmulo pelo Almirante Inácio Joaquim da Fonseca, que já o caracterizava como herói: “Tamandaré, dominador dos mares, modelo do perfeito militar, herói de várias batalhas ... excelso marinheiro que jamais empalideceu, quer nas procelosas tempestades, quer no horror da batalha.”¹²

A *Gazeta de Notícias*, no dia 21 de março de 1897, resumiu sua ligação com a história pátria e também lhe concedeu o título de herói: “Com a avançada idade de 90 anos, a maior parte deles empregados em servir e honrar a Pátria, expirou ontem à tarde o glorioso Almirante Marquês de Tamandaré, relíquia da Marinha de Guerra brasileira e uma tradição no Brasil ... Sua vida foi uma profissão de feitos gloriosos, uma grinalda de vitórias, capazes de por si só ilustrar a vida de um herói.”¹³

A alteridade de sua vida com a história pátria foi apresentada no jornal *O Paiz*, em 21 de março de 1897: “A sua biografia não se escreve num resumido artigo de jornal, porque, a bem dizer, ela compreende uma bela porção da história de nossa Pátria.” E ainda no jornal *Cidade do Rio*, neste mesmo dia: “... lenda de honra e de bravura da Armada brasileira ... coração de patriarca naval ... foi por isto mesmo contemporâneo e personagem notável em todos os nossos feitos marítimos, desde um ano após a nossa Independência.”¹⁴

O *Jornal do Brasil*, em edição de 24 de março de 1897, dedicou-lhe um belo e incisivo elogio, fundado na alteridade entre sua vida e a história, acrescentando-lhe, também, a dimensão de herói: “Marinheiro da Independência, marinheiro do

Império, marinheiro ainda na República, a sua história é a história da Marinha brasileira ... compartilhou sempre de todas as glórias que sobre os mares conquistaram as nossas armas ... Para a Pátria, porém, a morte de mais este grande filho não é um simples acidente lutuoso, é um verdadeiro acontecimento nacional. Tamandaré, para ela, acaba de ter a trasladação para a posteridade, porque na história ele já vive e nossos triunfos na apoteose de todos os heroísmos e de todas as bravuras que fizeram da nossa marinhagem a primeira da América do Sul.”¹⁵

A instituição de um monumento chegou logo a seguir. Em 20 de maio de 1897, o Senado Federal por iniciativa de Quintino Bocaiúva, através do Projeto nº 1.897, contratou a execução de um busto em bronze representando a efígie do Almirante Joaquim Marques Lisboa, com a legenda: “Ao seu benemérito servidor, a Pátria agradece.”

No momento imediato de sua passagem para a eternidade, Tamandaré foi lembrado pelo povo, por profissionais liberais, por marinheiros e oficiais. Foi também exaltado como Herói da Pátria e Patriarca da Marinha, vencedor sobre a natureza adversa do mar, cuja vida se confundia com a história do Império. A cidade do Rio de Janeiro acompanhou seu cortejo fúnebre e os jornais divulgaram seus feitos e gestos de bravura.

O esquecimento do Almirante Tamandaré na Revista Marítima Brasileira (1897-1932)

Após as intensas homenagens prestadas ao Almirante Tamandaré em março

¹³ Ibidem, p. 49.

¹⁴ Ibidem, p. 75.

¹⁵ Ibidem, p. 57 e 58.

¹⁶ *Revista Marítima Brasileira*, 1 Tomo, 1908, p. 991-993.

¹⁷ *Revista Marítima Brasileira*, Ano XLIII, 1923, p. 870.

⁹ Ibidem, p. 136 B.

¹⁰ Ibidem, p. 15 e 16.

¹¹ Ibidem, p. 28.

¹² Ibidem, p. 30.

de 1897, seguiu-se um longo silêncio na *Revista Marítima Brasileira*. Neste período, que se estende ao longo da República Velha e o início da era Vargas, surgiram apenas duas notícias sobre Tamandaré. A primeira, informava sobre a comemoração do centenário de seu nascimento em 1908, organizada pelo Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar. A celebração foi grandiosa e constituiu-se como o primeiro evento festivo dedicado à memória de Tamandaré apresentado na *Revista Marítima Brasileira*.

O Ministro da Marinha ordenou o desembarque dos alunos da Escola de Aprendizes-Marinheiros e de três companhias de guerra compostas, contingentes dos navios da esquadra, Corpo de Infantaria da Marinha e marinheiros nacionais. Reunidos na Avenida Beira-Mar, formaram ao lado do busto do Almirante Tamandaré. Estavam presentes o Ministro Alexandrino de Alencar, o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Cordovil Maurity, representantes da família Marques Lisboa, comissões do Clube Naval e da Liga Marítima Brasileira, oficiais de mar e terra e uma comissão de alunos dos cursos de Marinha e Máquinas da Escola Naval.

O Ministro Alexandrino de Alencar depositou flores no busto e lembrou a "... bravura e amor dados pelo Almirante Tamandaré, cuja memória todos os brasileiros devem conservar como um penhor sagrado das glórias pátrias." O Cruzador *Tiradentes*, fundeado nas proximidades da avenida, promoveu uma salva de 19 tiros. Toda a descrição da festa comemorativa do centenário de nascimento de Tamandaré ocupou menos de três páginas na *Revista Marítima Brasileira* deste ano.¹⁶

A segunda notícia apresentava em uma única página a homenagem prestada diante do monumento do Almirante Ta-

mandaré pela Missão Naval Americana, em 1923. Comemorando o dia da Armada Norte-americana, o Contra-Almirante Carl Vogelgesang e seus oficiais depositaram uma riquíssima coroa de flores no pedestal do monumento, sendo acompanhados pela Marinha Nacional e o Clube Naval. Estavam presentes o Ministro da Marinha Alexandrino de Alencar, o Embaixador dos Estados Unidos, autoridades da Armada e do Exército, oficiais da Missão Naval Americana e o Chefe do Estado-Maior da Armada, Contra-Almirante Machado Dutra, que proferiu o discurso oficial, lembrando o Almirante Tamandaré como "... notável vulto que simboliza as tradições da Marinha Nacional."¹⁷

O resgate da memória do Almirante Tamandaré na *Revista Marítima Brasileira* (1932-1950)

A atuação do Capitão-de-Fragata reformado Dídio Costa em prol do resgate da memória do Almirante Tamandaré marcou as publicações da *Revista Marítima Brasileira* entre os anos de 1932 e 1950. Inclusive, sua dedicação foi anterior ao exercício da direção de redação na revista. Em 14 de setembro de 1922, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou o Primeiro Congresso Internacional de História da América no contexto das comemorações do Centenário da Independência. O congresso foi presidido por Gomes Pereira e contou com relatores como Moreira Guimarães e Raul Tavares.

No Primeiro Congresso Internacional de História da América, já identificamos a atuação de Dídio Costa, que apresentou uma comunicação intitulada "Memórias", na qual destacava a atuação de Barroso, Tamandaré e Inhaúma na História Marítima Brasileira. Seu trabalho fundamentava-se em uma avaliação psicológica, moral e intelectual de cada um dos três grandes

marinheiros. O trabalho que Dídio Costa inicialmente apresentou no Primeiro Congresso foi transcrito tardiamente para a *Revista Marítima Brasileira*, na qual surgiu apenas em 1933.

Ao se referir a Tamandaré, valorizou sua atuação no episódio da Fragata *Niterói*, quando atuou sob o comando de John Taylor: "Houve nela amor da glória ao patriotismo, superando a escassez de meios por tal forma que a empresa é qualificada por muitos como a mais importante das empresas marítimas da Independência."¹⁸

Acrescentou qualidades dramáticas ao relato do salvamento dos naufragados da *Ocean Monarch*: "... sinistro de grande repercussão, salvando o comandante brasileiro, com grande risco de sua vida, de sua gente e do seu navio, a tripulação e os passageiros da embarcação sinistrada", lembrando o reconhecimento inglês através da entrega a Tamandaré do "Cronômetro de Ouro".¹⁹

Dídio Costa rompeu o esquecimento efetivado na *Revista Marítima Brasileira* no que se referia a atuação do Almirante Tamandaré na Guerra da Tríplice Aliança, destacando sua participação nos eventos de Corrientes, Riachuelo, Cuevas, Mercedes, Uruguiana, Passo da Pátria, Curupaiti e a Passagem de Curuzu. Acrescentou ainda um viés popular à sua figura: "Guerreiro reverenciado na capital do País, onde não raro era visto a espairecer e a receber homenagens da multidão das ruas."²⁰

Entretanto, apesar de sua simpatia por Tamandaré, neste trabalho, escrito portanto em 1922 e republicado tardiamente na *Revista Marítima Brasileira*, em 1933, ainda igualou Barroso e Inhaúma em um

mesmo patamar: "Tamandaré, Inhaúma e Barroso foram primazes entre inúmeros servidores de notoriedade. Na paz, construíram; na guerra, venceram. Como tudo e todos, passaram; mas, como poucos, fulgiram, legando a posteridade exemplos característicos, próprios a uma época de construção ..."²¹

Em 13 de dezembro de 1936, ocorreram as primeiras comemorações grandiosas do Dia do Marinheiro que contaram com a presença de um forte público, líderes políticos e a sociedade militar. A comemoração foi uma iniciativa do Ministro da Marinha, Almirante Henrique Aristides Guilhem. Seu objetivo era o lançamento da primeira pedra do novo monumento dedicado ao Almirante Tamandaré, a ser construído em Botafogo. A cerimônia contou com a participação de Getúlio Vargas, os ministros, altas autoridades, a Armada representada em todos os corpos e estabelecimentos navais, o Exército, as Bandas de Música e Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais e da Escola Naval, uma representação de vereadores da cidade do Rio de Janeiro, através de Átila Soares e Jorge Mattos e uma grande aglomeração popular.

Em seu discurso, o Ministro Almirante Guilhem lembrou a identificação da vida de Tamandaré com a História do Brasil e o aclamou como herói maior em diversas passagens, dentre as quais destacamos: "A Marinha de Guerra, iluminada pelo esplendor da vida do marinheiro que mais recompensas colheu pelos imensos serviços prestados à Nação, tem sentido e compreendido os exemplos desse herói que lidou armas, da Independência ao esplendor do Segundo Império ... Joaquim Marques Lisboa é uma figura de marinheiro, de grande homem, estampada nos fastos da Nação desde quando esta se

¹⁶ Ibidem, p. 52.

¹⁷ Ibidem, p. 67.

¹⁸ *Revista Marítima Brasileira*, 6º bimestre, 1936, p. 365.

* N.R. Partidários do integralismo, movimento político brasileiro de extrema-direita baseado nos moldes fascistas,

¹⁶ *Revista Marítima Brasileira*, Ano LIII, 1933, ns. 1-2, p. 41.

¹⁹ Ibidem, p. 45.

libertou e formou.”²²

A Força Aérea Naval, sob o comando do Capitão-de-Fragata Amaral Savaget, realizou evoluções sobre a Praia de Botafogo. Desfilaram a Escola Naval, dois batalhões de marinheiros, que cantaram o dobrado *Garça Branca* e a *Canção do Fuzileiro* e um grupo de “camisas-verdes” que cantaram o Hino Nacional em frente à urna que continha os restos mortais de Tamandaré.

Dídio Costa discursou no evento de colocação da primeira pedra do novo monumento. Celebrou sua construção como mais digno frente à grandeza do homenageado. Insistiu na alteridade entre a vida de Tamandaré e a História e por diversas vezes também o chamou de herói: “O perfil histórico do grande guerreiro, resumindo a Marinha Nacional, saída logo do berço para as lutas, confunde-se com essa instituição que ele viu nascer ... A fama do herói pairava em toda a parte, em torno do nosso pavilhão, a palpitar nos cruzeiros e nas travessias oceânicas ...”²³

A notícia do lançamento da primeira pedra do novo monumento foi acompanhada da transcrição do discurso proferido por Dídio Costa e do primeiro esboço biográfico sobre Tamandaré. O esboço continha de forma detalhada e clara todos os períodos de sua vida tendo sido o primeiro publicado na *Revista Marítima Brasileira*.

A partir do ano de 1936, a revista identificou o Almirante Tamandaré conforme as características plenas da memória social que apontamos ao início: a condição de herói, a alteridade entre sua vida e a história, os gestos realizados no passado

contendo o futuro e sua grandeza maior frente aos demais vultos da História Naval Brasileira. Este período da publicação é um ponto de inflexão na construção social da memória de Tamandaré, a partir do qual a *Revista Marítima Brasileira* empreendeu um combate em prol de sua memória.

São publicadas diversas apologias, memórias, descrições biográficas e anedotas. Dentre as quais destacamos o “Ensaio Psicológico”, de Mariano de Azevedo, que apresentou Tamandaré através da alteridade com a História: “Nasceu na Marinha de Guerra brasileira, quando a Marinha de Guerra brasileira nascia ... Subiu a todos os postos, um a um, como um a um subiu a todos os graus da nobreza ... Obedeceu a dois grandes Impérios, o de D. Pedro I e o de D. Pedro II, assistiu e ajudou a içar-se no mastro da Niterói, na Independência, a primeira Bandeira Brasileira.”²⁴

Foi comparado a Nelson, Barroso, Inhaúma e Marcílio Dias, tornando-se maior do que estes em virtude de sua identidade pátria: “Tamandaré teve dois companheiros de armas e de bravura, Barroso e Inhaúma, sendo dos três o único brasileiro ...” e, conforme a sentença de Cochrane ao Imperador: “Majestade, aquele senhor será o Nelson brasileiro.”²⁵

Em uma oração transmitida pela Rádio Ipanema do Rio de Janeiro, no mesmo 13 de dezembro de 1936, proferida por Marcos de Alencastro Graça, repetem-se tais características, de forma quase literal: “Dentre os nossos chefes de Marinha, o mais notável homem de mar fora, sem dúvida, Joaquim Marques Lisboa, o primeiro almirante genuinamente brasileiro ... O nosso Nelson brasileiro.”²⁶

Na conferência intitulada “Tamandaré e Marcílio Dias”, proferida pelo Capitão-de-Fragata Oliveira Belo, em 13 de dezembro de 1940, no Círculo dos Oficiais Reformados, Tamandaré vence as comparações frente aos demais vultos da Marinha do Brasil e do continente americano. Conforme Oliveira Belo afirmou: “Tamandaré foi o maior almirante brasileiro e o único, no seu gênero, que procedeu da jaqueta aos bordados, em todo o continente, até hoje.”²⁷

Não superou Nelson como herói em virtude das limitações de suas ações no mar “... desenvolverem-se sempre em limitados setores, quer na águas nacionais, quer nas internacionais, contra inimigos de confuso valor bélico, que se batiam por interesses pouco patrióticos.” E conclui comparando-o com uma certa vantagem sobre Caxias: “Caxias, procedente de várias estirpes, neto, bisneto, filho e sobrinho de militares de valor, teve a grande sorte de ser proclamado cadete aos cinco anos de idade, porém Tamandaré logrou ventura maior ...”²⁸

Tais comparações prosseguiram e apresentavam o mesmo padrão: em 23 de dezembro de 1942, no jornal *A Notícia*, “Tamandaré será sempre nosso exemplo e nosso guia”²⁹; “Tamandaré, Inhaúma e Amazonas”, em artigo na mesma *Revista Marítima Brasileira*³⁰; no *Jornal do Brasil*, em texto de autoria de Carlos Garrido, intitulado “Tamandaré”.³¹

Em 1941, a *Revista Marítima Brasileira*, em um artigo assinado por Gastão Penalva, intitulado “Barroso ou Tamandaré”, entrou no debate sobre as homenagens que seriam prestadas aos altos vultos e sacerdócios pátrios na reforma do papel-

moeda que levaria as estampas e homenagens impressas no dinheiro. Foram definidas as seguintes representações: o Estado Novo, Getúlio Vargas; a imprensa, Quintino Bocayuva; a Viação e Obras Públicas, Lauro Muller; a Ciência, Osvaldo Cruz; a Jurisprudência, Rui Barbosa; o Exército, Caxias; a Marinha, Almirante Barroso.

Gastão Penalva empreendeu um forte combate em defesa de Tamandaré, listando em seu artigo diversos argumentos contrários a escolha do Almirante Barroso, dentre os quais destacamos: “Antes de tudo não era brasileiro ... Venceu, de fato, Riachuelo. Mas Riachuelo é um conjunto de bravuras que compõem a própria bravura ... Recolheu-se a Montevideu, onde constituiu uma família opulenta que viveu em fausto e distinção no recesso heráldico de um palácio encantado.”³²

A favor de Tamandaré em sua comparação constava um forte reducionismo histórico: “Foi este o grande timoneiro de um século (...) e de uma feita, ambos muito jovens, salva o próprio Barroso, prestes a perecer no abismo inexprimível das correntezas amazônicas. Ora, tendo salvado Barroso, Tamandaré salvou Riachuelo, salvou esse combate singular que, na opinião insuspeita de Osório, decidiu os destinos da guerra.”³³

Dídio Costa foi o autor do primeiro trabalho com características científicas da História publicado na *Revista Marítima Brasileira*. Intitulado “O berço de Tamandaré”, seu artigo busca resolver o problema do local de nascimento de Joaquim Marques Lisboa. Com farta documentação original e postura crítica, concluiu por

fundado em 1932.

²³ *Revista Marítima Brasileira*, Ano LVI, 1936, ns. 5-6, p. 335 e 336.

²⁴ *Revista Marítima Brasileira*, 2º bimestre, 1936, p. 1116 e 1117.

²⁵ *Ibidem*, p. 1117.

²⁶ *Revista Marítima Brasileira*, 1º bimestre, 1937, p. 774.

²⁷ *Revista Marítima Brasileira*, 1º bimestre, 1940, p. 818.

²⁸ *Ibidem*, p. 818.

²⁹ *Revista Marítima Brasileira*, 6º bimestre, 1942, p. 739.

³⁰ *Ibidem*, p. 739.

³¹ *Revista Marítima Brasileira*, 4º trimestre, 1943, p. 428.

Vila do Rio Grande, na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.³⁴

Oliveira Belo escreveu ainda um artigo com características históricas intitulado “Tamandaré e as expedições à Patagônia”, publicado na *Revista Marítima Brasileira*, em 11 de junho de 1943. Destacou a precocidade de Tamandaré em seu contato com o mar e acompanhou sua biografia até o ano de 1827, quando participou da expedição à Patagônia. A valorização dos gestos de bravura desse período levam-no a identificar o futuro no passado, pois viu nesse período de sua vida: “O reconhecimento de um herói oculto pela idade.”³⁵

A Segunda homenagem estrangeira recebida junto ao monumento de Tamandaré, em Botafogo, partiu do Navio-Escola *La Argentina*, da Marinha argentina, em 27 de outubro de 1948. Foram cantados os hinos nacionais com a presença de bandas de música do Corpo de Fuzileiros Navais e do *La Argentina*, desfile de tropas e a visita de Getúlio Vargas ao navio-escola.³⁶

Por fim, o reconhecimento pleno de Tamandaré no período que demarcamos não passou despercebido na *Revista Marítima Brasileira* e foi simbolicamente apresentado aos seus leitores. Com um estilo direto e objetivo, noticiou uma rápida cerimônia ocorrida no Gabinete do Ministro da Marinha Sílvio de Noronha, com a participação do chefe do Estado-Maior da Armada, o comandante do 1º Distrito Naval, os diretores de Ensino e Pessoal, o diretor do Serviço de Documentação da Marinha, o chefe de gabinete do ministro e seus demais oficiais. Nesta cerimônia,

o quadro a óleo pintado por Manuel Pastana representando o episódio do *Ocean Monarch* foi alçado e afixado no gabinete ministerial.³⁷

No ano seguinte, a concepção de Tamandaré como monumento institucional da Marinha do Brasil era acrescida em seu valor com o surgimento da primeira *monumenta* (coleção) relativa ao seu Patrono. Através de Ato de 5 de agosto de 1948, o Ministro Sílvio de Noronha formou uma comissão presidida por Dídio Costa, encarregada de receber a doação de várias relíquias de Tamandaré feita por Leon Victor Louis Robichez, viúvo de Luzia Marques Lisboa Robichez, antiga proprietária dos objetos.³⁸

O *monumento* transformara-se em *monumenta*. A memória de Tamandaré tornara-se institucional e sobreviveria em outras gerações. Compartilhar a memória e celebrar mantém vivo o objeto de nossas lembranças através do tempo. Aqueles que não recordamos perecem e aquilo que não lembramos desaparece. De uma notícia dada em um jornal sobre o passamento de Tamandaré até o gesto de afixar um quadro na parede de um ministro, travou-se um combate em prol de sua memória que, justamente por isso, mantém o Patrono da Marinha do Brasil vivo nas nossas lembranças e nas futuras gerações. Em verdade, o Almirante Tamandaré sobrevive através das comemorações, celebrações, monumentos e lugares da memória que lhe dedicamos.

³² *Revista Marítima Brasileira*, 5º bimestre, 1941, p. 3345.

³³ *Ibidem*, p. 3346.

³⁴ *Revista Marítima Brasileira*, 4º trimestre, 1944, ns. 4, 5 e 6, p. 285.

³⁵ *Revista Marítima Brasileira*, 1º trimestre, 1945, p. 812.

³⁶ *Revista Marítima Brasileira*, 4º trimestre, 1948, ps. 502 e 503.

³⁷ *Revista Marítima Brasileira*, 3º trimestre, 1947, p. 263.

³⁸ *Revista Marítima Brasileira*, 1º trimestre, 1949, p. 757.

Arquivo Tamandaré: o espelho de uma carreira

Edina Laura Costa Nogueira da Gama

Capitão-de-Mar-e-Guerra do Quadro Técnico, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Origem

A *Revista Marítima Brasileira*, no início de 1949, anunciou na seção Noticiário a compra, pelo então Ministério da Marinha, de objetos e documentos que pertenceram ao Almirante Marquês de Tamandaré, junto a Leon Victor Louis Robichez, viúvo de Luzia Marques Lisboa Robichez, neta do Marquês de Tamandaré, representante ainda dos demais herdeiros do Patrono da Marinha do Brasil.

Da relação detalhada no mesmo periódico, constavam objetos que hoje compõem parte do acervo em exposição no Museu Naval, no caso condecorações, espada, quadro a óleo, espadim, óculo de alcance e outros objetos. Quanto à documentação, eram listados:

- 153 ofícios do Ministro da Marinha – Guerra do Paraguai;
- Processo do Segundino de Gomensoro – Encalhe da *Jequitinhonha*;
- 115 cartas do Almirante Barroso – Guerra do Paraguai;
- 96 cartas do General Osório – Guerra do Paraguai;
- 21 cartas de J.M da Silva Paranhos – Guerra do Paraguai;
- Diário de Bordo – 1866;
- 34 cartas do General Manoel Marques de Souza – Visconde de Porto Alegre. Guerra do Paraguai;
- Cartas do Almirante Joaquim José Ignácio – Visconde de Inhaúma;
- Cartas do General Venâncio Flores;
- Numerosas cartas dirigidas ao Almirante: Conselheiro Silveira Lobo, Segundino Gomensoro, Conselheiro Pinto Lima, etc.;
- Diplomas das promoções e nomeações de Joaquim Marques Lisboa; e
- Correspondências particulares (cartas da Família Real, convites, montepios, congratulações, elogios, etc...).

Outro conjunto de documentos foi entregue à Marinha do Brasil por Sofia Monteiro de Barros, por intermédio de Jósio de Salles, cumprindo assim o desejo de Maria Eufrásia Marques Lisboa, filha do Almirante Tamandaré.

O manuseio

Acondicionados em 17 livros, em sua maioria na dimensão aproximada de 50 cm por 39 cm de largura e com encadernação em couro, os documentos foram colados às respectivas páginas, guardados em armário próprio, sendo dispostos sem obediência à cronologia ou mesmo ao assunto. Entretanto, em que pese as técnicas hoje existentes sobre acondicionamento e conservação em papel, o fato é que a documentação está em bom estado de preservação.



Figura 1 – Acondicionamento do Arquivo do Almirante Tamandaré, aspecto do livro nº 1

O inventário, com uma metodologia histórica, do Arquivo do Almirante Tamandaré teve início em 1978, quando todos os seus 1492 documentos foram catalogados, e hoje microfilmados, exceto o Livro 16. Até este ano, as consultas realizadas levavam, invariavelmente, ao manuseio dos originais.

A historiografia naval tem registrado, no caso de livros e outros trabalhos escritos sobre a vida do Almirante Tamandaré¹, o uso em escala numerosa da documentação do Arquivo pelo Primeiro-Tenente José Francisco de Lima; outros autores também podem ter pesquisado a respeito, mas não há citações nas publicações.

Nesse mister, cabe o registro da bela impressão que me causou a conversa que mantive com o Tenente Francisco, há alguns anos. Disse-me ele que o seu livro era resultado de uma pergunta que sempre o perseguiu ao longo da carreira naval: “O

que levou o Almirante Tamandaré a ser considerado o Patrono da Marinha do Brasil?” Deste modo, ele buscou suas respostas nos documentos lidos em arquivos. Apesar de nascido longe dos grandes centros culturais do País, de origem humilde, sem nenhuma formação acadêmica, ele me mostrou metodologia de pesquisa e construção de uma hipótese...



Figura 2 – Manual de sinalização entre a Esquadra e o Exército durante o ataque a Curupaiti. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, Livro nº 4, p. 93

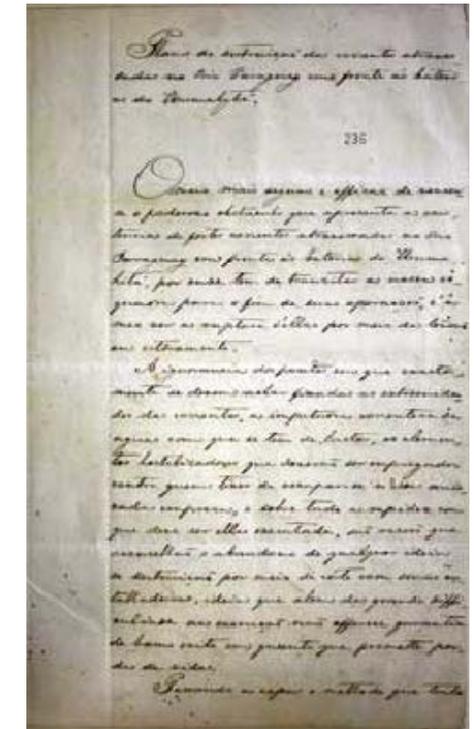


Figura 3 – Plano de destruição das correntes atravessadas no Rio Paraguai em frente às baterias de Humaitá. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 4, p. 46, doc. 236

O Livro 16

Como parte das comemorações do Bicentenário de Nascimento do Patrono da Marinha, incluiu-se a publicação do *Arquivo do Almirante Tamandaré*. Era o momento de, cumprindo-se a nova realidade no domínio da construção histórica, democratizar e popularizar, enfim, tornar conhecida e disponível aos estudiosos toda uma documentação que pode ser creditada à história política, onde se encontra a história militar e naval. O propósito não era o de, com a publicação, produzir o acesso a verdade sobre a trajetória do Almirante Tamandaré, mas sim trazer a público, no dizer de José Murilo de Carvalho, “mais mediadores do conhecimento da História: os documentos”² e assim ser possível reconhecer a importância e a existência dos heróis, lideranças da sociedade, os quais nascem, por vezes, em resposta de importantes demandas concretas do segmento social/instituição que representam, absorvendo expectativas e necessidades de grupos e coletividades ali alocados³.

³ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História na educação de jovens e adultos. Disponível em: <<http://www.educacao.gov.br/sef/estrut2/pcn/materiais/eja/volume2/historia.pdf>>. Acesso em: 19 de outubro de 2007.

⁴ CARVALHO, op. cit.

⁵ Todos os grifos nas próximas citações são meus.

¹ Bibliografia pesquisada na rede integrada de 36 bibliotecas de Organizações da Marinha do Brasil.

² CARVALHO, José Murilo de. O Historiador e os morcegos. *Revista Nossa História*. Ano 1, nº 10, p. 98. ago. 2004.

Nesse contexto, em 2006 foi iniciado o inventário do Arquivo pelo Departamento de História Marítima e Naval do então Serviço de Documentação da Marinha, com o apoio dos Departamentos de Arquivos da Marinha e de Publicações e Divulgação. A sua produção, decidiu-se, seria impressa e, atendendo aos apelos da informática como fator de democratização da pesquisa histórica, também em CD-ROM. Assim, todo o fichamento existente foi revisto e atualizado, sendo os documentos catalogados. Mas, durante o processo, descobriu-se o Livro 16.

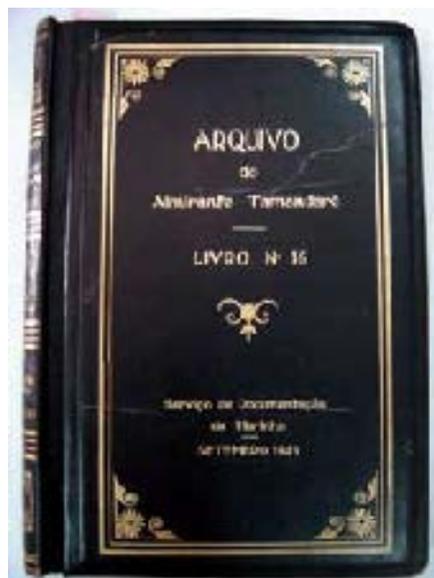


Figura 4 – Livro nº 16 do Arquivo do Almirante Tamandaré

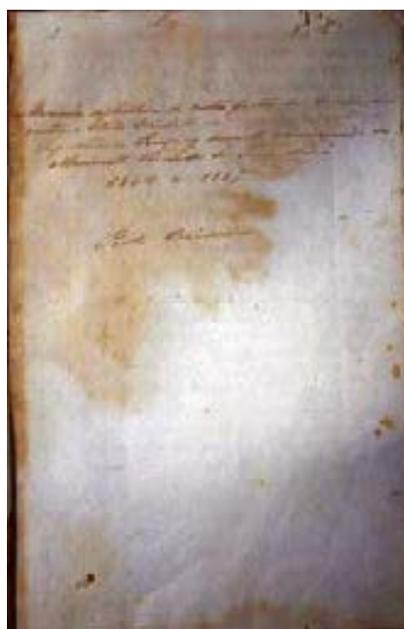


Figura 5 – Página de abertura das “Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o comando do Almirante Visconde de Tamandaré”, escrita por Euzébio José Antunes. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro

nº 16, p.16

A memória explicativa de certos fatos das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e contra a República do Paraguai durante o comando do Almirante Visconde de Tamandaré é uma fonte primária que trata de questões políticas e operações militares ocorridas até a rendição de Uruguaiana, em fins de 1865, tendo como personagem central nesse relato o Almirante Tamandaré. Busca explicar, com o concurso de numerosos documentos, as ações empreendidas pelo Patrono da Marinha do Brasil no período. Foi escrito pelo Capitão-Tenente Euzébio José Antunes em 1867, por ordem do Ministro da Marinha.

A escolha desse militar para escrever esse depoimento deve ser considerada em função das comissões que exerceu ao tempo dos conflitos no Prata, como ajudante-de-ordens do comandante da Força Naval no Rio da Prata, sediada em Montevideu (1862-65) e no assessoramento prestado ao Almirante Tamandaré, em Buenos Aires (1865-66), na criação da estrutura logística que permitiu a operação da Esquadra brasileira nos Rios Paraná e Paraguai. Junte-se aos fatos o conhecimento de causa e perfil jornalístico que já demonstrara no trato de discussões, pela imprensa, das mais complicadas questões da alta administração da Marinha de Guerra, merecendo elogios do comandante da Estação Naval da Bahia, onde também serviu.

Diante desse manuscrito inédito, optou-se por também publicá-lo, pois, por que não se fomentar “a ambição de todo historiador na produção do conhecimento novo... dizendo coisas diferentes das que foram ditas por nossos predecessores?”⁴. Citemos como exemplo da “diferença” a contraposição desta fonte àquela historiografia corrente, que condena as ações empreendidas pelo Almirante Tamandaré nos episódios de Salto e Paissandu, a morosidade da Esquadra, a sua longa estadia em Buenos Aires, julgando-os como resultado da incompetência, até mesmo fruto de “visíveis sintomas de velhice precoce” do Comandante-em-Chefe das Forças Navais no Rio da Prata à época. O depoimento do Capitão-Tenente Euzébio Antunes, além de transcrever e citar diversos documentos, como já referido, traça considerações a respeito, também opinando sobre as “certezas” deixadas pela guerra ainda em curso, como veremos a seguir:

Fevereiro de 1867:⁵

A Guerra do Paraguai encerra uma preciosa lição para o Brasil, embora com o sacrifício do bem-estar e do futuro da geração atual, que já se mostra cansada por uma luta tão prolongada e cruel, e procura lançar a culpa desta situação tirante à lentidão e inércia na presente marcha das operações e a erros dos últimos governos, quando deve atribuí-los à improvidência a total confiança de uma paz estável no passado, de que todos que tiverem parte ou influência nos públicos negócios são responsáveis, sem distinção de partidos.⁶

Temos direito em falar esta linguagem; porque nunca partilhamos essa confiança e improvidência que das altas regiões do poder, e do seio do Parlamento Nacional se procurava implantar nas massas populares, e que nos fez adormecer nas proximidades

⁴ ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o Comando do Almirante Visconde de Tamandaré*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007. p. 11.

⁷ 7. *Ibidem*. p.11.

⁸ *Ibidem*. p.33.

⁹ *Ibidem*. p.37.

de um vulcão; e para provar a nossa tese, e evitar que a História registre uma grande injustiça nacional, é que hoje lançamos mão da pena para escrever este esboço imparcial.⁷

Página 18:

Esta mudança brusca na política do Paraguai para conosco data da época em que D.Carlos Antonio López se viu livre do tirano de Buenos Aires, pelos esforços brasileiros, e pôde assim respirar, sem ter concorrido com um só soldado, nem com o menor sacrifício para a queda desse tirano que o apertava em um círculo de ferro e ameaçava esmagá-lo, sendo assim quem melhor proveito tirou deste fato importante que tanta influência tem tido nos destinos do rio da Prata e em sua prosperidade.⁸

Página 22:

Não podia ser, realmente, mais desgraçada a situação militar do Império quando tivemos de fazer soar o canhão no Rio da Prata para desafronta da honra nacional e para conseguir as garantias a que tinham direito os brasileiros residentes no Estado Oriental. Nunca almirante algum se viu encarregado de uma missão tão árdua, tão pouco definida, com tão escassos elementos, como o então Barão de Tamandaré nessa ocasião!

Com efeito: não obstante o Sr. Conselheiro Saraiva ter demorado quanto pôde a apresentação do *ultimatum* ao Governo de Montevidéu, o que teve lugar no dia 12 de agosto de 1864, somente no dia 1º de dezembro, isto é, quase quatro meses depois, foi que o Exército Brasileiro penetrou no Estado Oriental, e que Exército! Que não chegava a seis mil homens, inclusive os 1.200 voluntários que acompanhavam o General Netto.⁹

Página 27:

Único responsável nessa época crítica pela direção política e militar da guerra e gozando de uma ilimitada confiança de seu governo, que o deixava inteiramente livre, ele consultaria o melhor, como porque no teatro dos acontecimentos era o mais habilitado para resolver – (Despacho de 7 de dezembro de 1864, do Ministro dos Negócios Estrangeiros), o Almirante brasileiro se multiplicava para malograr todos esses planos, a fim de corresponder a essa honrosa confiança.¹⁰

Página 38:

Considerações acerca da resposta do Ministro em Assunção às indagações do Almirante Tamandaré sobre o poderio militar paraguaio (os documentos foram transcritos):

Eis o modo por que éramos servidos! Imprevidência de uma parte, descuido de outra, ignorância completa do valor militar do inimigo, e a vaidade de saber tudo dessa China da América! Assim empreendemos ao acaso esta guerra desastrosa!

É digno de ler-se integralmente este ofício escrito pelo Almirante ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em 12 de outubro. Ele revela a sua impaciência por incitar as

operações, e o seu anelo por nos ver colocado em uma posição sobranceira às dificuldades que se debruçavam no horizonte! Quem diria que dois anos depois seria este mesmo chefe acusado de inércia por não ter realizado operações imprudentes, sem motivo justificado, só para satisfazer caprichos de quem joga com a opinião pública, tão fácil de ser explorada?¹¹

Páginas 40 e 41 – Transcrição de ofícios do Presidente da Província do Rio Grande do Sul e do Brigadeiro Canavarro, em 20 de setembro de 1864:

O Sr. Conselheiro Saraiva recomendou-me que devia prevenir a V. Ex.^a para serem as operações do Exército coadjuvadas pelas forças da nossa Esquadra, e assim o faço sem poder determinar a época certa em que poderão achar-se as nossas forças em frente a Paissandu e Salto. Ass: Presidente da Província do Rio Grande.¹²

Comando da Fronteira do Quaraí. Quartel-General em Santana do Livramento, 27 de setembro de 1864. Ilm^o e Exm^o Sr. Hoje às 10 horas do dia, recebi o ofício que V. Ex.^a serviu-se dirigir-me em data de 21 do corrente, comunicando-me que o General Servando Gomes, à frente de uma força de 2.500 homens das três armas efetuava sua passagem para o norte do Rio Negro, talvez com o fim de reforçar Paissandu para oferecer batalha ao General Flores, que se acha ao alcance de tiro de canhão da dita cidade, incorporar-se à Guarnição do Salto, ou dirigir-se a esta fronteira. Em resposta tenho o pesar de dizer a V. Ex.^a que, com as forças que atualmente tenho à minha disposição, parece-me inútil ou sem vantagem qualquer tentativa que faça por esta parte; porque pouco excedem de 500 homens de cavalaria, disseminados por toda a fronteira. Ass: David Canavarro¹³

Páginas 44 e 45 – Transcrição de ofício do Comando da Flotilha de Mato Grosso, 4/10/1864:

A força sob meu comando é bastante diminuta, e incompleta, pois havendo quatro vapores só um tem artilharia e todos estão mal guarnecidos, do que já dei conhecimento ao Quartel-General da Marinha, logo que tomei este comando, mas que nenhuma solução teve até agora, e por isso não sofreu melhoramento algum a Flotilha, e continuam os navios lotados de modo que, nem para a simples navegação dos rios tem guarnição suficiente; além disso acresce que só do Corpo de Imperiais Marinheiros pode-se obter praças para os navios, e este está mui resumido e incompleto pela falência de recrutas ou voluntários.¹⁴

Página 46:

Já vimos qual era o estado efetivo do Exército debaixo dos muros de Montevidéu; pois bem, a Marinha não lhe era superior nem em organização nem em número¹⁵.

Página 48:

Ninguém pensava que o General López invadissem a Província de Corrientes, e rom-

¹⁴ Ibidem. p.57.

¹⁵ Ibidem. p.59.

¹⁶ Ibidem. p.61.

¹⁷ Ibidem. p.61 e 62.

¹⁸ Ibidem. p.79.

¹⁰ Ibidem. p.41.

¹¹ Ibidem. p.51.

¹² Ibidem. p.53.

¹³ Ibidem. p.54.

pesse assim com a Confederação Argentina; portanto, quando se tratava da guerra, a persuasão geral era que ele não sairia da defensiva, limitando-se à invasão de Mato Grosso para se apoderar dos limites a que pretende.¹⁶

Páginas 48 e 49 – Transcrição de ofício do Almirante Tamandaré ao Ministro da Marinha, em 3 de março de 1865, expondo o seu plano de operações:

... cumpre-me romper, no mais curto prazo possível as hostilidades contra a República do Paraguai. O Governo Imperial, porém, ainda não nos deu a conhecer o plano geral de campanha que tinha resolvido adotar nesta guerra justa, que provoca aqui imensas simpatias; nem exigiu a opinião de seus generais de mar e terra, incumbidos do comando das forças em operações.¹⁷

Páginas 65 e 66:

... à discussão do Tratado e do plano da campanha havia assistido o General Urquiza, que veio a Buenos Aires, para este fim expresso, a convite do General Mitre. Aquele caudilho, que consideramos o homem mais funesto do Rio da Prata, e que à ferocidade do tigre reúne a astúcia da raposa, havia mostrado muito entusiasmo pela causa dos aliados, e prometeu ser o primeiro a dar uma lição ao inimigo, fazendo marchar de Entre-Rios seus soldados já prontos, em número de oito mil homens, que, reunindo-se ao General Nicanor Cáceres, que comandava os correntinos, e ao General Paunero, que havia partido de Buenos Aires com as forças de infantaria e artilharia disponíveis, podiam formar um exército de vanguarda de 12 a 15 mil homens, capaz, com efeito, de dar um golpe importante, logo que o inimigo se internasse no território correntino, do qual o ministro das Relações Exteriores da Confederação esperava os melhores resultados. Havia, porém, muito quem não só duvidasse da cooperação deste caudilho, como que até desconfiasse que ele estava de combinação com o inimigo, que não se atreveria a avançar tão francamente à procura da Província de Entre-Rios, se não esperasse achar apoio nela.

O Almirante Tamandaré era um destes...¹⁸

Páginas 81 e 82:

Nestas graves circunstâncias, tendo dois chefes de confiança à frente da Esquadra no Paraná, devia o Almirante Tamandaré partir também para ali, e abandonar nosso Exército, abandonar nossa Província do Rio Grande, dar as costas ao perigo sério que corria a integridade do Império, perigo que obrigou até o Imperador a fazer uma viagem incômoda e rápida, por uma estação rigorosa, para se apresentar em frente ao inimigo, como o primeiro Voluntário da Pátria?

Julgamos que nem os próprios adversários deste ilustre general se atreverão a dar uma resposta positiva a esta interrogação, preferindo a defesa do solo estrangeiro à defesa do solo da Pátria.¹⁹

Página 90:

Estes preciosos documentos da história nacional além das provas que nos fornecem

¹⁹ Ibidem. p.94.

²⁰ Ibidem. p.102.

²¹ Ibidem. p.140.

²² Ibidem. p.159.

da injustiça com que se acusava de morosos os movimentos da nossa Esquadra, nos revelou também o seguinte, que convém ter em memória.

1ª – A insuficiência do 1º Corpo do Exército argentino para realizar os planos de campanha esboçados em Buenos Aires pelo Ministro Elizalde nas cartas que dirigiu ao Almirante.

2ª – Que a Esquadra, se não tivesse subido e descido tantas vezes por causa daquele Exército, teria chegado a Corrientes – donde só esteve distante 16 léguas – com carvão ainda para navegar, visto que ela podia chegar mesmo depois disso àquele ponto, partindo do Rincón do Soto.

3ª – Que ela salvou então aquele 1º Corpo do Exército com o seu inestimável concurso, embora com o sacrifício de sua glória.²⁰

Página 125:

A Repartição da Guerra não tinha ainda estabelecido no Rio da Prata nenhuma administração militar, e o serviço dessa repartição recaía no Estado-Maior da Esquadra, que em tão múltiplos e variados deveres encontrava a cada momento dificuldades imprevistas.²¹

Página 139:

O ilustre Sr. Conselheiro Paranhos, na obra que escreveu com o título *Convenção de 20 de Fevereiro*, procurou mostrar que o Visconde de Tamandaré colocou-se em manifesta contradição assinando esta proposta de capitulação, e reprovando aquela convenção. Ele compara os termos de um e outro documento, e acha as condições oferecidas a Estigarribia muito mais suaves do que no que serviriam para a rendição de Montevideú.²²

Na última página do manuscrito do Capitão-Tenente Euzébio Antunes há uma interrupção da narrativa, parecendo faltar sua continuação.

O Catálogo do Arquivo do Almirante Tamandaré

Esta obra resume os 1492 documentos dispostos em 17 livros do Arquivo do Almirante Tamandaré em fichas catalográficas e, mediante uma prévia seleção, permite aos estudiosos dos “Domínios da História” a consulta em microfiches sob a guarda do Arquivo da Marinha. Há elementos para se pesquisar a construção/reconstrução de uma história política, social, cultural, do poder no Brasil, campos de investigação observados na obra organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas.²³

²³ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaio da teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

²⁴ NOVA, Cristiane Carvalho da. A informática e a democratização da pesquisa histórica. In: Revista eletrônica *O Olho da História*. v. 1, n. 4, p. 100-106. Salvador: UFBA, 1997. Disponível em <http://www.oohodahistoria.ufba.br/04nova4.html> [acesso em 5 de outubro de 2000]

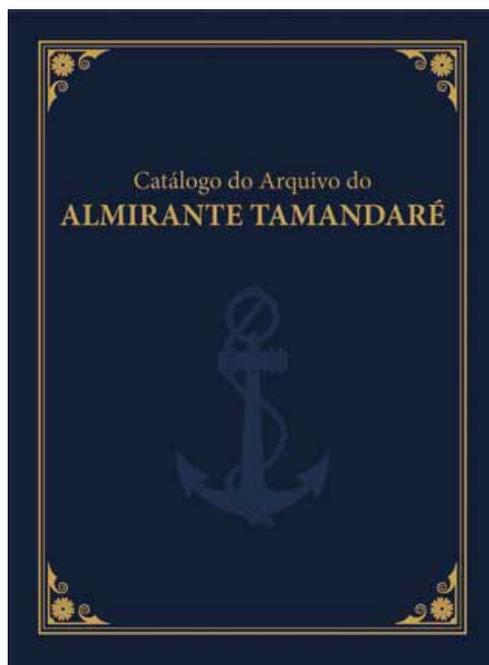


Figura 6 – Capa do Catálogo do Arquivo Almirante Tamandaré

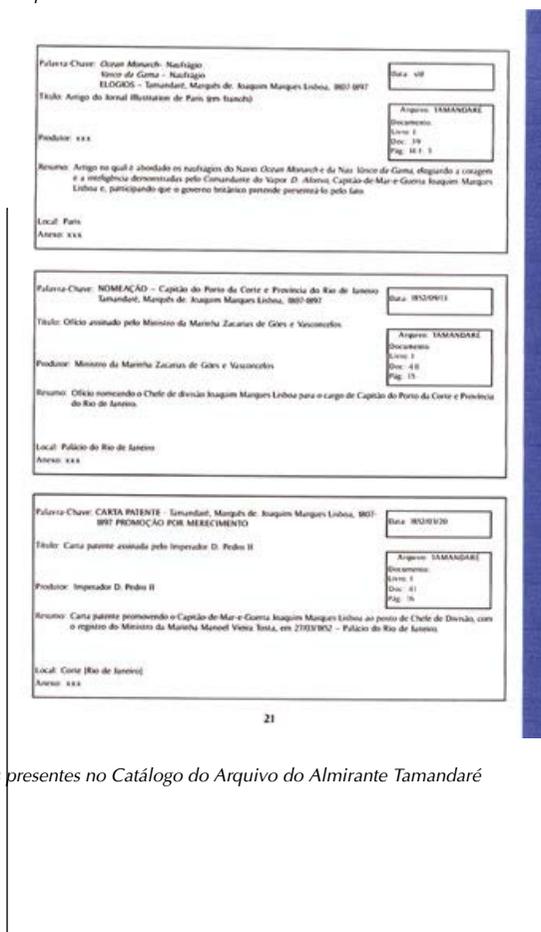


Figura 7 – Fichas catalográficas presentes no Catálogo do Arquivo do Almirante Tamandaré

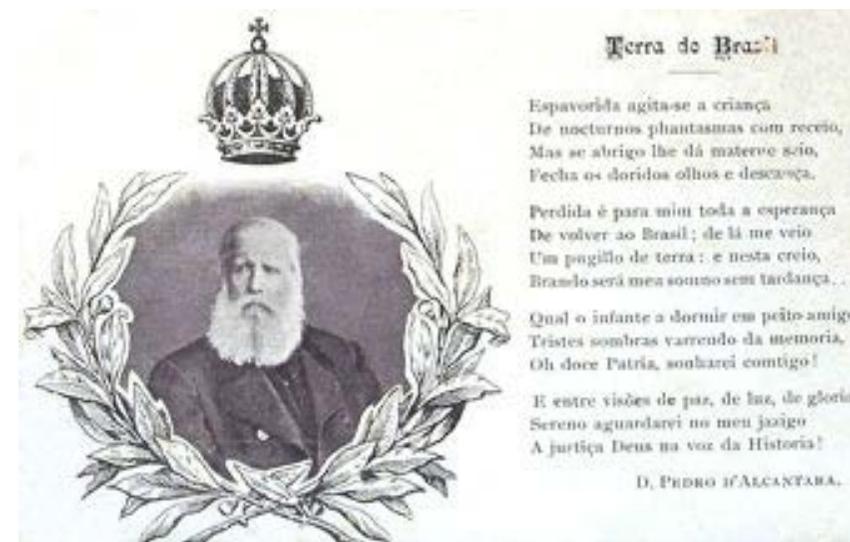


Figura 8 – Cartão-postal impresso com o retrato do Imperador D. Pedro II. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 4, doc. 10

Esses ditos elementos provêm da história naval brasileira vivida por um homem que atravessou todo o tempo monárquico do País. O acesso ao Arquivo Almirante Tamandaré trará ainda consigo, em que pesem as críticas, "... o fetiche da busca pelo 'documento inédito' e 'original', tão comum ao ambiente historiográfico."²⁴

Entretanto, podemos encontrar outras finalidades na produção bibliográfica da documentação do Patrono da Marinha, todas elas relacionadas ao progresso da tecnologia da informação, já conhecida dos pesquisadores de história: facilitação na coleta das fontes primárias, conservação dos documentos, democratização das informações, etc... E todas elas remetem a um fato – o documento precisa existir – juntamente com o historiador e a realidade histórica.²⁵ Para tal, é necessário produzir uma memória escrita e dessa forma ser preservada. Documentos produzidos eletronicamente, muitos digitalizados, bem como outras ferramentas tão modernas serão capazes de nos fazer repensar uma história que começou a ser escrita há 200 anos, como a do Patrono da Marinha do Brasil? Será que assim "... continuaremos a percorrer os caminhos e descaminhos da História, enfrentando com serenidade as diferenças de opinião e opção teórica ..."²⁶, objetivo maior a ser alcançado com essas publicações? Vale a pena refletir....

²⁵ CARVALHO. Op. cit. p. 98.

²⁶ CARDOSO; VAINFAS. op. cit.p. 449.



Figura 9 – Cartão-postal impresso com o retrato do Marquês de Tamandaré, Almirante Joaquim Marques Lisboa e com transcrições assinadas pelo Cardeal Wiseman, Imperador Pedro II e pelo Marquês de Tamandaré. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 5, doc. 7



Figura 10 – Cartão-postal impresso com a fotografia do Chateau d'Eu e correspondência entre Isabel d'Orleans e Bragança Princesa Imperial do Brasil, 1846-1921 e Maria Eufrásia Marques Lisboa. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 6, doc. 25



Figura 11 – Cartão-postal impresso com fotografia da Família Real, assinado pelo Conde d'Eu (Luiz Felipe Maria Fernando Gatão d'Orleans), 1842-1922 e Isabel, Princesa Imperial do Brasil, 1846-1922. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 5, doc. 19



Figura 12 – Cartão-postal impresso com o retrato da Imperatriz Tereza Cristina. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 4, doc. 145



Figura 13 – Cartão-postal impresso com o retrato do Marquês de Tamandaré, Almirante Joaquim Marques Lisboa. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 3, doc. 5

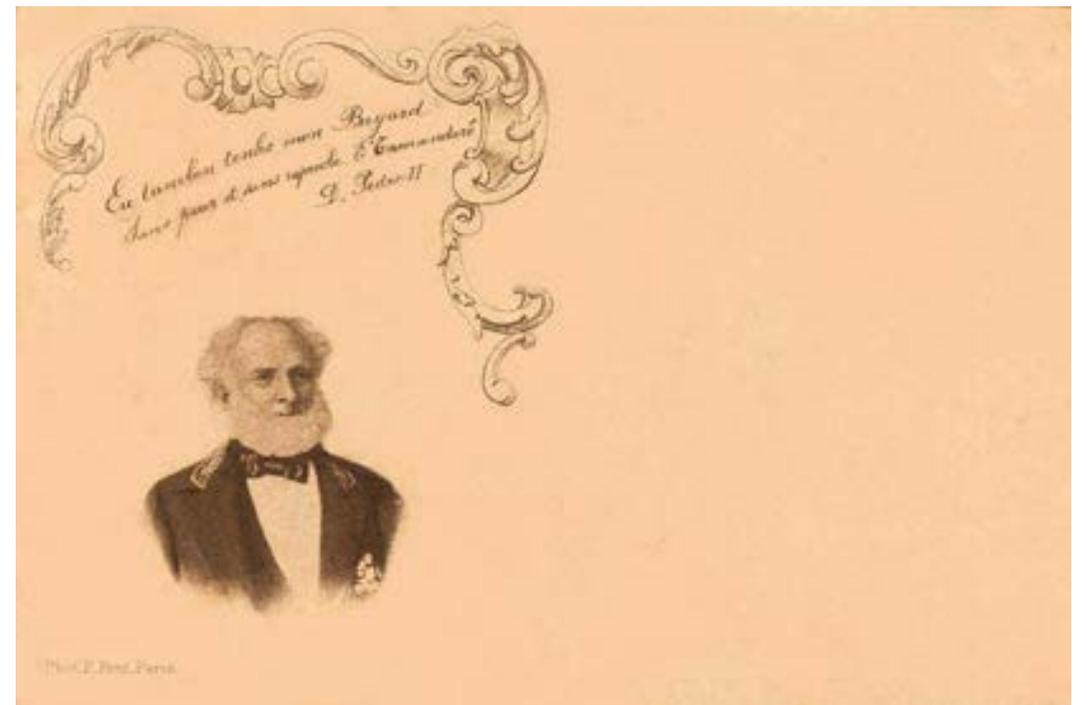


Figura 15 – Cartão-postal impresso com o retrato do Marquês de Tamandaré, Almirante Joaquim Marques Lisboa – transcrição assinada pelo Cardeal Wiseman. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 3, doc. 9



Figura 14 – Cartão-postal impresso com a fotografia do "Eu - Ruines du Chateau" e correspondência entre a Princesa Isabel d'Orleans e Bragança, 1846-1921 e Maria Eufrásia Marques Lisboa. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 6, doc. 22

